



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/PPGEO**

Luara Martins de Oliva Santos

**MONTES CLAROS/MG CIDADE SAUDÁVEL? Análise a partir de  
indicadores intraurbanos**

Montes Claros, MG  
Maio de 2022

Luara Martins de Oliva Santos

**MONTES CLAROS/MG CIDADE SAUDÁVEL? Análise a partir de indicadores intraurbanos**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEIO da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Soares de França

**Linha de pesquisa:** Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Montes Claros, MG  
Maio de 2022

Santos, Luara Martins de Oliva.

S237m Montes Claros/MG cidade saudável? [manuscrito] : análise a partir de indicadores intraurbanos / Luara Martins de Oliva Santos. – Montes Claros, 2022.

121 f. : il.

Bibliografia: f. 105-114.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2022.

Defesa: 19/05/2022.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Soares de França.

1. Indicadores - Cidades saudáveis – Montes Claros (MG). 2. Problemas urbanos. 3. Índice cidades saudáveis. I. França, Iara Soares de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Análise a partir de indicadores intraurbanos – MG.

# **MONTES CLAROS/MG CIDADE SAUDÁVEL? Análise a partir de indicadores intraurbanos**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEU da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Soares de França

**Linha de pesquisa:** Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iara Soares de França – Orientadora (PPGEO –Unimontes)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anete Marília Pereira – (PPGEO - Unimontes)

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Beatriz Ribeiro Soares – (PPGEO - UFU)

Montes Claros, MG  
Maio de 2022

## DEDICATÓRIA

Para a minha mãe, Joelma, pelo incentivo ao longo da vida.

## AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Código de Financiamento 001).

Agradeço a Deus por essa conquista e por me amparar nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha mãe Joelma e aos meus irmãos, Luma, Luíza, Lucas e Luã pelo apoio em minha trajetória no mestrado e por me encorajarem a seguir e não desanimar.

À minha orientadora Iara pela dedicação, pela confiança depositada e pelos ensinamentos. Obrigada por tudo, professora Iara!

Ao meu companheiro Rik e sua família por estarem ao meu lado tornando essa caminhada mais leve, ajudando-me a contornar as dificuldades.

A minha gratidão aos meus amigos pela força e por compreenderem a minha ausência em tantas situações.

Aos meus colegas do mestrado que, apesar da distância imposta pela pandemia, sempre estiveram presentes com uma palavra de conforto e carinho.

À Aline Oliveira funcionária do Viver Sistemas por seu auxílio na obtenção dos dados de saúde. A sua ajuda foi fundamental para a conclusão dessa pesquisa.

À Universidade Estadual de Montes Claros e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade!

Muito obrigada a todos que contribuíram com a realização dessa pesquisa!

A cidade é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente porque se perde nas formas sempre tão fluídas e móveis (CARLOS, 2007).

## RESUMO

O crescimento da urbanização no mundo a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em razão da industrialização, foi um fator que gerou uma diversidade de problemas urbanos de natureza espacial, econômica, social e ambiental. Nesse contexto, projetos, agendas e ações passaram a ser realizados a fim de melhorar a vida da população nas cidades e obter ambientes urbanos mais agradáveis, inclusivos e seguros, proposta que converge com os objetivos preconizados pela Agenda 2030 da ONU e com o Movimento Cidades Saudáveis iniciado no Canadá entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, a partir da década de 1970 as cidades vivenciaram um crescimento significativo, fenômeno que está associado à existência de fatores de atração nas áreas urbanas, como a presença de indústrias, maiores oportunidades de emprego, bem como a fatores de repulsão no campo, como a concentração fundiária, ocasionando uma problemática ambiental e urbana que interferiu diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, principalmente das populações mais pobres. Nessa direção, a partir da proposição de um Índice Cidades Saudáveis (ICS), o trabalho em comento avalia as condições de vida no espaço intraurbano de Montes Claros, uma ferramenta que pode auxiliar a gestão pública na criação de políticas efetivas para que sejam mitigados os principais problemas urbanos, a partir da perspectiva do Movimento Cidades Saudáveis. Assim, para a construção do índice foram considerados indicadores relacionados à saúde, educação, infraestrutura urbana, espaços verdes livres públicos e nível socioeconômico. Tais indicadores foram selecionados com base em estudos de casos que trabalhavam metodologias ligadas à qualidade de vida no espaço urbano e à busca por Cidades Saudáveis. A abordagem metodológica dessa pesquisa foi constituída por uma análise teórica acerca de temas Cidades Saudáveis, urbanização, industrialização, problemas urbanos e indicadores de qualidade de vida nas cidades; elaboração de mapas com a utilização do software livre QGIS versão 3.20.3 e a realização do cálculo do Índice Cidades Saudáveis a partir do software livre RStudio versão 4.1.1. Na verificação efetuada fez-se uma classificação por quartis em que se observou que as regiões de planejamento Ibituruna, Morada do Parque, Todos os Santos, Vila Guilhermina e Centro, localizadas respectivamente nas zonas oeste, sul e central da cidade, foram as que apresentaram os melhores valores para o ICS, no intervalo de 0,761 a 0,864. São áreas que concentram condomínios fechados de alto padrão construtivo e as maiores rendas per capita da cidade. Em contrapartida, as regiões Santos Reis (zona oeste), Distrito Industrial, Village do Lago (ambas na zona norte), Carmelo (zona leste) e Santo Inácio (zona sul) se enquadraram no intervalo dos menores valores para o ICS, de 0,657 a 0,706, evidenciando que essas áreas de fato têm menor acesso a serviços básicos. Ressalta-se que as regiões Village do Lago e Distrito Industrial concentram grandes conjuntos habitacionais, um elevado contingente populacional que vive com baixa renda e segregados do restante da cidade. A partir da análise apresentada foi possível identificar as áreas de Montes Claros e seus problemas, daí a necessidade de intervenção pública, tendo em vista, a construção de um ambiente urbano mais saudável. A busca por cidades saudáveis é uma questão premente, uma vez que, a mitigação dos problemas urbanos é uma condição necessária para que a população residente nas cidades possa viver com melhor qualidade de vida.

**Palavras-Chave:** Cidades Saudáveis; Problemas Urbanos; Indicadores; Índice Cidades Saudáveis

## ABSTRACT

The urbanization growth in the world from the second half of the nineteenth century, mainly due to the industrialization progress, was a factor that generated a diversity of urban problems of spatial, economic, social and environmental nature. In this context, projects, agendas and actions began to be carried out in order to improve the lives of the population in cities and achieve more pleasant, inclusive and safe urban environments, a proposal that converges with the objectives recommended by the UN 2030 Agenda and with the Healthy Cities Movement started in Canada between the 1970s and 1980s. In Brazil, from the 1970s onwards, cities experienced significant growth, a phenomenon that is associated with the existence of attraction factors in urban areas, such as the presence of industries, greater employment opportunities, as well as factors of ejection in the countryside, such as land concentration, all of which caused an environmental and urban issue that directly interfered with the life quality of the cities' population, especially of the most unfavored groups. In this sense, from the proposition of a Healthy Cities Index (ICS), this work evaluates the living conditions in the intraurban space of Montes Claros, a tool that can assist public administration in the creation of effective policies to mitigate the main urban problems, from the perspective of the Healthy Cities Movement. Thus, for the construction of the index, indicators related to health, education, urban infrastructure, free public green spaces and socioeconomic level were considered. These indicators were selected based on case studies that worked on methodologies related to the life quality in the urban space and the search for Healthy Cities. The methodological approach of this research consisted of a theoretical analysis on the topics Healthy Cities, urbanization, industrialization, urban problems and indicators of life quality in cities; elaboration of maps using the free software QGIS version 3.20.3 and the calculation of the Healthy Cities Index from the free software RStudio version 4.1.1. In the verification carried out, a classification by quartiles was made in which it was observed that the planning regions Ibituruna, Morada do Parque, Todos os Santos, Vila Guilhermina and Centro, located respectively in the west, south and central areas of the city, were the ones that presented the best values for the ICS, ranging from 0.761 to 0.864. These are areas that concentrate closed condominiums of high building standard and the highest per-capita incomes in the city. In contrast, the regions Santos Reis (west zone), Distrito Industrial, Village do Lago (both in the north zone), Carmelo (east zone) and Santo Inácio (south zone) fell within the range of the lowest values for the ICS, from 0.657 to 0.706, showing that these areas in fact have less access to basic services. It is noteworthy that the Village do Lago and Industrial District regions concentrate large housing blocks, a high population group that lives on low income and segregated from the rest of the city. From the analysis presented, it was possible to identify the areas of Montes Claros and its issues, hence the need for public intervention, with a view to building a healthier urban environment. The search for healthy cities is a pressing issue, since the mitigation of urban problems is a necessary condition for the population living in cities to live with a better quality of life.

**Keywords:** Healthy Cities; Urban Problems; Indicators; Healthy Cities Index

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

ACI: Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros

BNH: Banco nacional de Habitação

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS: Centros de Atenção Psicossocial

CCZ: Centro de Controle de Zoonoses

CEO: Centros de Especialidades Odontológicas

CEREST: Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador

CMMAD: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

CNUMAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COVID-19: Coronavirus Disease 2019

E: Educação

EVLP: Espaços Verdes Livres Públicos

FAP: Faculdade Prisma

FASA: Faculdades Santo Agostinho

FASI: Faculdade de Saúde Ibituruna

FCO: Faculdade de Ciências Odontológicas

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS: Índice Cidades Saudáveis

ICS: Instituto de Ciências da Saúde

IFNMG: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ISEIB: Instituto Superior de Educação Ibituruna

IU: Infraestrutura Urbana

LRPD: Laboratório de Prótese Dentária

MIT: Massachusetts Institute of Technology

MMA: Ministério do Meio Ambiente

NS: Nível Socioeconômico

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Saudável

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida

PMMC: Prefeitura Municipal de Montes Claros

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente

PROMINAS: Faculdades Prominas

QGIS: Geographic Information System – GIS

RP: Região de Planejamento

RPMS: Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis

S: Saúde

SEJUSP: Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

SEMA: Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMS: Secretaria Municipal de Saúde

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS: Sistema Único de Saúde

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

ÚNICA: Faculdade Única

UNIFIPMoc: Centro Universitário FIPMoc

UNIFUNORTE: Centro Universitário Funorte

UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros

UPA: Unidade de Pronto Atendimento

USF: Unidade de Saúde da Família

UTI: Unidade de Terapia Intensiva

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Etapas da pesquisa.....	20
Figura 02: Conferências organizadas pela ONU em prol do meio ambiente e do desenvolvimento urbano sustentável.....	27
Figura 03: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	28
Figura 04: Fatores facilitadores e dificultadores para efetividade e sustentabilidade das iniciativas da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis.....	54
Figura 05: Eventos que marcaram a história de Montes Claros-MG.....	58
Figura 06: Evolução da população e da frota de veículos em Montes Claros entre 1970 e 2018 (quantidade).....	68
Figura 07: Escolas por Região de Planejamento em Montes Claros-MG.....	81
Figura 08: Distribuição dos Parques Públicos Urbanos em Montes Claros-MG.....	85
Figura 09: Renda domiciliar per capita por Região de Planejamento de Montes Claros - MG.....	90
Figura 10: Estrutura de Saúde em Montes Claros-MG.....	91

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Região Intermediária de Montes Claros-MG.....	56
Mapa 02: Regiões de Planejamento da cidade de Montes Claros-MG.....	78
Mapa 03: Bairros de Montes Claros-MG.....	79
Mapa 04: Educação por Região de Planejamento da cidade de Montes Claros/MG.....	81
Mapa 05: Espaços Verdes Livres Públicos por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	83
Mapa 06: Infraestrutura Urbana por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	86
Mapa 07: Nível Socioeconômico por Região de Planejamento em Montes Claros/MG .....	88
Mapa 08: Saúde por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	92
Mapa 09: Casos e óbitos por Covid-19 em Montes Claros entre março de 2020 e fevereiro de 2022.....	95
Mapa 10: Índice Cidades Saudáveis por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	96

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Iniciativas de Projetos Cidades Saudáveis no Brasil.....	46
Quadro 02: Síntese das iniciativas de municípios saudáveis da RPMS.....	50
Quadro 03: Síntese do Índice Cidades Saudáveis.....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Instituições de ensino superior em Montes Claros-MG.....	62
Tabela 02: Conjuntos habitacionais do PMCMV em Montes Claros – 2011 a 2018.....	64
Tabela 03: Composição do indicador Educação por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	82
Tabela 04: Composição do indicador Espaços Verdes Livres Públicos por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	84
Tabela 05: Composição do indicador Infraestrutura Urbana por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	87
Tabela 06: Composição do indicador Nível Socioeconômico por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	88
Tabela 07: Composição do indicador Saúde por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	93
Tabela 08: Leitos Complementares de internação existentes no município em dezembro de 2020.....	94
Tabela 09: Composição do Índice Cidades Saudáveis por Região de Planejamento em Montes Claros/MG.....	97

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 1: MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO</b> .....	22
1.1 Principais conferências e movimentos sobre o meio ambiente.....	22
1.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel das cidades na Agenda 2030.....	28
1.3 Urbanização brasileira na contemporaneidade e problemas urbanos.....	29
1.4 A crise urbana.....	34
<b>CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO CIDADES SAUDÁVEIS E O CONTEXTO DE MONTES CLAROS-MG</b> .....	42
2.1 Movimento Cidades Saudáveis: contexto histórico.....	42
2.2 Processo histórico de Montes Claros.....	55
2.3 Montes Claros na atualidade: potencialidades e problemáticas.....	60
<b>CAPÍTULO 3: ÍNDICE CIDADES SAUDÁVEIS E SUA APLICAÇÃO EM MONTES CLAROS-MG</b> .....	70
3.1 Metodologia para elaboração do Índice para Cidades Saudáveis .....	70
3.2 Montes Claros como cidade saudável: análise espacial e desafios.....	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>ANEXOS</b> .....	115
Metodologias de índices em pesquisas no Brasil.....	115
Metodologias de índices em pesquisas de outros países.....	116
Registro iconográfico.....	117

## INTRODUÇÃO

As discussões acerca do meio ambiente e seus problemas ganharam grande visibilidade na década de 1960, a partir da identificação do agravamento de problemas urbanos, principalmente em razão da urbanização, processo que está associado à industrialização. A necessidade de mão de obra para o trabalho nas indústrias atraiu pessoas da área rural para o meio urbano aumentando, conseqüentemente, a população residente nas cidades. No campo, as condições de vida se transformaram com a modernização do processo produtivo que possibilitou a substituição de trabalhadores rurais por máquinas para o plantio, colheita dentre outras funções.

O aumento da população citadina não foi acompanhado pelos sistemas de infraestrutura urbana, nesse sentido, muitas pessoas não foram atendidas com serviços de saneamento básico como acesso à água tratada e rede de esgoto. E o estabelecimento de moradias em áreas impróprias tornou-se uma realidade frente a impossibilidade de adquirir uma residência em loteamentos formais onde o preço da terra era elevado. Assim, o surgimento de favelas e a ampliação de problemas urbanos em geral configurou-se caracterizando, principalmente países da periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil.

A partir do aumento dos problemas urbanos no mundo, na segunda metade do século XX, diversos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) se uniram em conferências para discutir a degradação ambiental e medidas para a diminuição de problemas urbanos, como a poluição do ar, além de sugerir alternativas para abrandar os impactos ambientais como a redução na emissão de gases de efeito estufa que são poluentes e contribuem com o aquecimento global.

Nessa perspectiva, discussões envolvendo sustentabilidade e a busca por alternativas que possibilitem melhorar a qualidade de vida nas cidades entraram em pauta em um contexto de valorização das causas ambientais, como o Movimento Cidades Saudáveis que surgiu no Canadá na década de 1970.

O Movimento Cidades Saudáveis é uma estratégia de promoção da saúde e tem como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida da população. A proposta de construção de Cidades Saudáveis exige o estabelecimento de metas, de ações e avaliação contínua, de modo participativo e intersetorial, partindo do âmbito municipal, passando pelos bairros, ruas, casas e indivíduos. Um processo em constante evolução, visto que “saudável” não indica um estado

final, mas algo que sempre poderá ser melhorado (ALVES; BENACHIO, 2011; ADRIANO et al., 2000).

Na América Latina, os projetos Cidades Saudáveis se desenvolveram na década de 1990 e, no Brasil, São Paulo foi a primeira cidade a apresentar uma proposta nesse mesmo ano, com implementação a partir de 1991.

Para que haja a proposição de políticas públicas eficazes, que se voltem para a construção de Cidades Saudáveis, é necessário conhecer a cidades em seus diversos segmentos, seja no âmbito da saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura urbana. Apreendida a realidade da cidade, torna-se possível elencar propostas de intervenção que sejam convergentes com a ideia de construção de cidades mais saudáveis, com melhorias na qualidade de vida da população e com a diminuição da exclusão social urbana (SOUZA, 2016).

Indicadores permitem, dentre outras aplicações, dimensionar a qualidade, as condições ou o nível de vida, de forma a propiciar a comparação entre as áreas geográficas de maior ou menor abrangência espacial como grandes regiões do país, estados, áreas metropolitanas ou municípios. Assim, projetos nos quais a análise estatística é utilizada têm sido desenvolvidos no Brasil e no mundo. Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização das Nações Unidas - ONU, União Europeia, Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, entre outros, são exemplos mundiais da busca de sistemas de indicadores que contribuam com a melhoria do nível de vida no intraurbano (LIMA, 2013, apud SOUZA; SOARES, 2018; NAHAS, 2002).

Nesse sentido, a formulação de um índice que possa evidenciar as condições de vida da população na área urbana é necessária, uma vez que os resultados alcançados permitirão espacializar os níveis de qualidade de vida da população e nortear a gestão municipal acerca de quais locais precisam de maiores investimentos, de infraestrutura urbana, uma forma de criar estratégias mais eficazes na execução de políticas públicas. Entendendo quais os problemas urbanos mais alarmantes no município e quais as localidades mais impactadas, a gestão municipal juntamente com os grupos sociais serão capazes de atuar para melhorar esse cenário, que consiste no principal objetivo do Movimento Cidades Saudáveis.

Frente a isso, este estudo apresenta um Índice para Cidades Saudáveis a partir de indicadores ambientais, econômicos, sociais e o aplica à cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é analisar Montes como cidade saudável a partir do desenvolvimento de um ICS constituído por indicadores intraurbanos.

Como objetivos específicos tem-se: (1) apresentar as conferências e movimentos mundiais sobre o meio ambiente e a urbanização brasileira na contemporaneidade; (2)

Contextualizar o Movimento de Cidades Saudáveis e analisar Montes Claros em suas potencialidades e problemáticas; (3) desenvolver o índice para cidades saudáveis e aplicá-lo em Montes Claros/ MG a partir dos indicadores intraurbanos: Educação, Nível Socioeconômico, Espaços Verdes Livres Públicos, Infraestrutura Urbana e Saúde. Com isso, pode-se identificar quais áreas carecem de uma maior atuação da administração municipal com o direcionamento de políticas públicas diversas a esses locais.

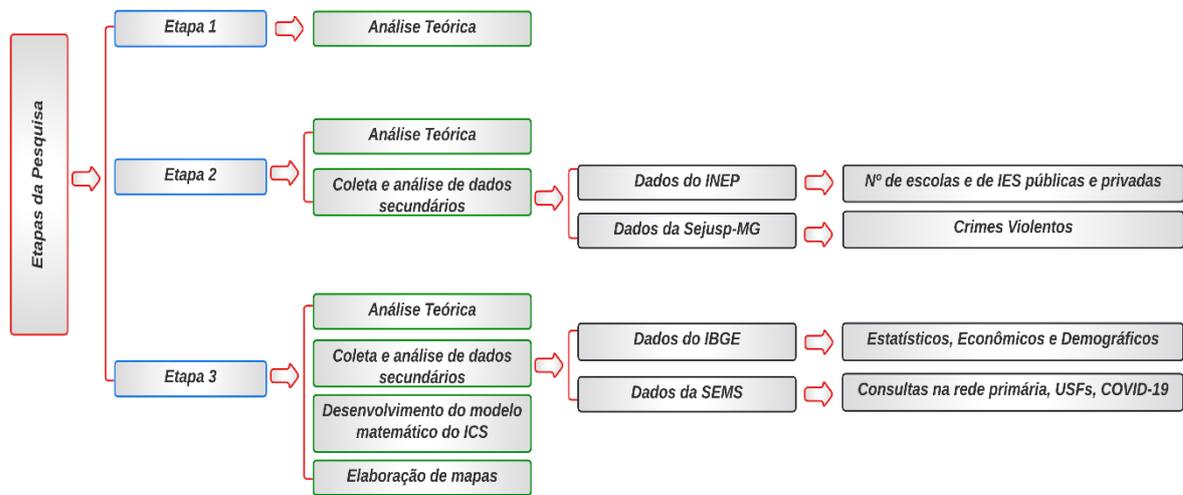
No âmbito metodológico, para o desenvolvimento da pesquisa realizou-se análise teórica no intuito de aprofundar o conhecimento acerca de teorias e dos principais conceitos e categorias que balizam a temática Cidades Saudáveis tais como sustentabilidade, ações intersetoriais, qualidade de vida urbana, além de estudos sobre a trajetória desse movimento em âmbito nacional e internacional. Consultou-se livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis em plataformas como Scielo, Portal CAPES e Google Acadêmico, considerando o período de 1990 (ano em que tiveram início propostas para cidades saudáveis no Brasil) a 2021. Nesse levantamento de materiais foram utilizadas as palavras-chaves “Projeto cidades saudáveis”, “Indicadores”, “Sustentabilidade”, “Índice para cidades saudáveis”, “Conferências sobre meio ambiente”, “Urbanização”, “Urbanização brasileira”, “Urbanização contemporânea”, dentre outras, nos idiomas português, inglês e espanhol. Essa etapa 1 subsidiou a produção dos três capítulos que compõem a dissertação.

Na segunda etapa efetuou-se coleta de dados secundários de acordo com os indicadores Infraestrutura Urbana, Espaços Verdes Livres Públicos, Saúde, Educação, Nível Socioeconômico, conteúdo disponível no banco de dados do Censo Demográfico de 2010<sup>1</sup> realizado pelo IBGE e da SEMS (2021) de Montes Claros-MG.

Para baixar e organizar os dados necessários foi utilizado o *software* R e para armazenamento e consulta posterior um sistema de gerenciamento de banco de dados, o SQLite, uma ferramenta versátil e que não sobrecarrega o computador. Por fim, para a visualização dos resultados referentes aos procedimentos desenvolvidos para o cálculo do índice e a análise do espaço intraurbano da cidade em comento, foram construídos mapas com o uso do *software* livre QGIS 3.10. Maiores detalhes dessa parte da pesquisa serão apresentados no item 3.2. A **Figura 01** sintetiza as etapas da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Devido à pandemia da Covid-19, o Censo Demográfico não pôde ser realizado em 2020 e em 2021 não houve a liberação de recursos suficientes para tal execução, sendo prorrogado para 2022 (IBGE, 2021).

**Figura 01:** Etapas da pesquisa.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

A dissertação foi estruturada em três capítulos. No capítulo 1 denominado “Meio ambiente e urbanização”, apresentou-se as principais conferências e movimentos em prol do meio ambiente, a contextualização do processo de urbanização no Brasil, bem como foi abordada a crise urbana. No capítulo 2 designado “O Movimento Cidades Saudáveis e o contexto de Montes Claros-MG” resgatou-se o surgimento do Movimento Cidades Saudáveis e contextualizou-se aspectos gerais do objeto de estudo, Montes Claros, suas potencialidades e problemáticas. No terceiro capítulo intitulado “Índice Cidades Saudáveis e sua aplicação em Montes Claros-MG” indica-se a metodologia de elaboração do índice com base em variáveis disponibilizadas nos resultados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE e pela SEMS de Montes Claros e efetuou-se o diagnóstico da cidade nos segmentos saúde, educação, espaços verdes livres públicos, infraestrutura urbana e nível socioeconômico.

A presente pesquisa pode consistir numa contribuição para o PPGEU da Unimontes, por ser uma temática ainda não trabalhada no programa, e, para a sociedade como um todo por ser uma proposta ligada a urbanização saudável, como é estabelecido na Agenda 2030 da ONU. No mundo e no Brasil algumas iniciativas de cidades saudáveis foram desenvolvidas, como as experiências da cidade de Toronto, no Canadá, e São Paulo abordadas neste estudo, exemplos de que a construção de cidades saudáveis é uma realidade possível e que é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Os resultados dessa pesquisa podem se constituir em um aporte para a gestão municipal da cidade média Montes Claros-MG com efeitos diretos na qualidade de vida de seus habitantes a partir da construção de uma cidade mais saudável e inclusiva, uma proposta que converge

com as metas e objetivos estabelecidos na Agenda ONU 2030 para alcançar a sustentabilidade das cidades em meio à urbanização crescente.

## **CAPÍTULO 1: MEIO AMBIENTE E URBANIZAÇÃO**

A partir da instalação de indústrias nas cidades o processo de urbanização se intensificou no mundo após o século XIX, visto que grandes contingentes populacionais que residiam no campo migraram para a área urbana. Com a industrialização, boa parte da mão-de-obra utilizada no meio rural foi substituída por modernas máquinas, como colheitadeiras e tratores, e, nessa perspectiva, essa população se dirigiu para as cidades à procura de emprego e melhores condições de vida. A população nas cidades aumentou, entretanto não cresceu na mesma proporção o acesso à infraestrutura urbana. Ampliou-se os problemas ambientais e sociais nas cidades, como a poluição do ar, poluição de corpos d'água e a ausência de moradia adequada para todos que é um dos elementos centrais da crise urbana no Brasil. É nesse contexto que as questões ambientais passaram a ser discutidas no mundo, que os países se voltaram para os impactos sofridos pelo meio ambiente em decorrência da urbanização. Tal abordagem será apresentada nesse primeiro capítulo que tratará ainda da urbanização brasileira em seus aspectos gerais na contemporaneidade apontando os elementos centrais da crise urbana no país.

### **1.1 Principais conferências e movimentos sobre o meio ambiente**

No Brasil, o século XX foi marcado pelos processos de industrialização e urbanização. Com a saída de pessoas do campo em busca de emprego nas indústrias e melhores condições de vida, houve o rápido crescimento das cidades e concomitantemente, dos problemas urbanos. Nesse sentido, apreende-se que a urbanização e industrialização são processos correlacionados, as cidades se tornaram a base territorial para a produção industrial uma vez que nelas estão concentrados capital e força de trabalho. (SPOSITO, 2018).

De acordo com Silva et al. (2014), há diferenças fundamentais no processo de urbanização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos a urbanização é mais antiga, está ligada às Revoluções Industriais e ocorreu num período mais longo, de forma lenta, o que possibilitou uma melhor estruturação do espaço urbano. Já nos países subdesenvolvidos, a urbanização é mais recente, um processo acelerado que ocorreu, em sua maioria, após a Segunda Guerra Mundial.

A questão ambiental só passou a ser levantada no final da década de 1960 e início dos anos 1970, o que está ligado ao desenvolvimento econômico propiciado pela Revolução Industrial. A poluição e os impactos ambientais do desenvolvimento desordenado eram visíveis,

no entanto os danos proporcionados pelo progresso da indústria eram justificados como um “mal necessário”, algo que merecia resignação (GOLDEMBERG; BARBOSA, 2004).

Na lógica da dinâmica capitalista, a natureza parece ter funções bem definidas, como gerar e fornecer todos os materiais utilizados no processo produtivo, e após o seu uso, absorver os resíduos, que retornam ao ecossistema em forma de contaminantes. Tal forma de crescimento econômico, entretanto, possui seus limites, ao passo em que compromete o bem-estar das gerações futuras ao levar ao esgotamento de recursos relevantes (por exemplo recursos energéticos fósseis), bem como exige dos ecossistemas um nível acima de sua capacidade de regeneração, ocasionando a sua contaminação com resíduos ou substâncias tóxicas, e provocando o surgimento de sequelas problemáticas, como o aquecimento global (TAYRA, 2002).

Por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico os países não zelaram pela qualidade do ambiente e nem consideraram os efeitos da industrialização para a saúde da população. Contaminações de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos e a perda de milhares de vidas foram o gatilho para que a comunidade científica e governantes de todo o mundo passassem a discutir e buscar formas de mitigação para tais problemas (POTT; ESTRELA, 2017).

Com a aceleração do processo urbano de uso e ocupação do solo e a falta de políticas públicas de infraestrutura urbana, como saneamento e habitação, começaram a surgir os problemas ambientais no espaço urbano e, concomitantemente, despontou a preocupação em torno da qualidade de vida nas cidades e com as condições de seu meio ambiente (TAYRA, 2002).

Em 1956 foi aprovada a Lei do Ar Puro na Inglaterra e outras leis foram promulgadas na América do Norte, em outros países da Europa Ocidental e Japão, o que favoreceu a criação de agências de monitoramento, regulamentação e avaliação da qualidade ambiental (GOLDEMBERG; BARBOSA, 2004).

Na década de 1960 a repercussão de obras como *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, e *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk, ou de ensaios e livros de Garrett Hardin, como *The Tragedy of Commons* (1968) e *Exploring New Ethics for Survival* (1972), tiveram forte impacto na opinião pública no que tange à proteção do meio ambiente e mudanças sugeridas por ambientalistas radicais passaram a ser, de forma mais ampla, divulgadas pela imprensa (LAGO, 2013).

No Brasil, como uma das primeiras políticas públicas do século XX referentes ao meio ambiente, a Lei Federal nº 4.771 de 1965 alterou o código florestal brasileiro existente desde

1934, visando preservar os diferentes biomas, entretanto tal política se mostrou incoerente por permitir o total desmatamento de florestas desde que fossem replantadas. A Lei Federal nº 4.771/1965 foi precedida pela Lei 601 de 1850, promulgada por Dom Pedro II, a Lei de Terras, que proibia a exploração florestal em terras descobertas, mas também foi ignorada, naquele período, em razão da demanda de terras para a implantação da monocultura de café (MMA, 2015; POTT; ESTRELA, 2017).

De acordo com Magrini (2001), quatro eventos se destacaram na trajetória da Política Ambiental no mundo: a promulgação da Política Ambiental Americana, em 1969, a realização da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em 1972, o trabalho realizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que resultou na publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” em 1987 e, finalmente, a realização da Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, em 1992.

O Brasil participou da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo com a posição de defesa à soberania nacional. Argumentava-se que o crescimento econômico e populacional dos países em desenvolvimento não deveria ser prejudicado e que os países desenvolvidos deveriam se sacrificar pelas medidas para evitar a poluição ambiental. Nessa conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com a atribuição específica de incentivar os governos a proteger o meio ambiente. Tal programa foi fundamental para que fosse mantido um ritmo mínimo de progresso nos debates acerca do meio ambiente no âmbito das Nações Unidas nos anos que se seguiram (BARRADAS; ROSA, 2018; LAGO, 2013; MOURA, 2016).

Ainda em 1972 foi publicado o relatório “Os limites do crescimento” organizado pelo Clube de Roma e pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) com o intuito de alertar para os problemas centrais tais como energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente e crescimento populacional, e que dessa forma a humanidade teria, com o modelo econômico até então praticado, um limite para seu crescimento. Em síntese, o relatório previa que, mantido o ritmo de crescimento, os alimentos e a produção industrial iriam declinar até o ano de 2010 e, com isso, haveria uma diminuição da população pela miséria e poluição. A crise do petróleo de 1973 se apresentou como um importante fator que fortaleceu o debate em torno da temática da escassez e da possibilidade de esgotarem os recursos naturais, além da necessidade de humanização do crescimento, por meio de mudanças quantitativas e principalmente qualitativas do processo (MAGRINI, 2001; TAYRA, 2002).

Como consequência da Conferência de Estocolmo, em 1973 no Brasil foi criada a primeira instituição voltada para a temática ambiental no nível federal: a Secretaria Especial de

Meio Ambiente (SEMA). A agenda da Sema priorizou o problema da poluição industrial e urbana, trabalhando para que houvesse o controle dessa em uma ação orientada, principalmente, a partir de denúncias (MOURA, 2016).

Em 1975, a Unesco promoveu a Conferência de Belgrado na Iugoslávia, dando origem, ao final do encontro, à “Carta de Belgrado”, propondo a reforma dos processos educativos para a elaboração da nova ética do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. Essa reforma proporcionou o surgimento de uma população mundial mais preocupada e consciente com o meio ambiente, comprometida a trabalhar individual e coletivamente na busca por soluções e medidas preventivas para os problemas ambientais (FZB, 2021; POTT; ESTRELA, 2017).

Na década de 1980 foram desenvolvidos esforços conjuntos de órgãos internacionais a fim de estabelecer novos parâmetros globais nas questões ligadas ao meio ambiente e o crescimento econômico. Em 1983 a Assembleia Geral da ONU aprovou a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CMMAD) para lidar com as questões críticas referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento (BARRADAS; ROSA, 2018).

O relatório final apresentado pela CMMAD em 1987, denominado “Nosso Futuro Comum”, forneceu os indicadores preparatórios para a Conferência de 1992, realizada no Rio de Janeiro, de forma que trazia as bases para a inserção do desenvolvimento sustentável na construção dos textos dos diversos documentos firmados e compromissos assumidos pelos Estados que participaram da reunião e para aqueles que assinaram os acordos nos tratados aprovados (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017).

Em 1992, de 3 a 14 de junho, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, a CNUMAD também chamada de Eco 92 ou Rio 92. Objetivando o alcance do desenvolvimento sustentável no mundo, esse encontro resultou em instrumentos normativos fundamentais para a gestão conjunta dos recursos ambientais como as Convenções de Mudança de Clima, de Biodiversidade e Desertificação e a Agenda 21 (BARRADAS; ROSA, 2018).

A Agenda 21 destaca a importância dos aspectos ecológicos e de desenvolvimento sustentável enquanto elementos integradores dos problemas sociais e humanos no mundo e evidencia a necessidade de estratégias de promoção da saúde se mostrando como uma agenda intersetorial para o mundo no século XXI. A Agenda 21 evidencia três aspectos: “indica os meios para alcançar o desenvolvimento sustentável; propõe um planejamento futuro com ações definidas a curto, médio e longo prazos e define um roteiro de ações concretas, estabelecendo metas, recursos e responsabilidades” (FERRAZ, 1999, p. 34).

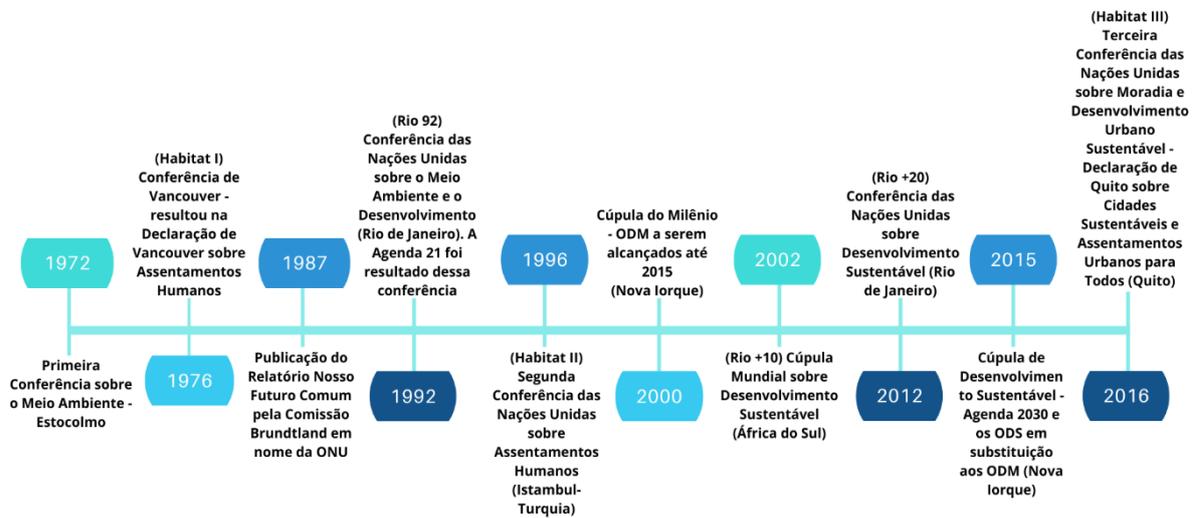
A Conferência de 1992, assim como a Agenda 21 dela resultante, representaram grandes avanços para a população mundial justamente por ser um balanço dos principais problemas vigentes no século XX (crises sociais, políticas, econômicas, ambientais), a identificação das causas e a proposição de medidas para o alcance do desenvolvimento social, econômico e da sustentabilidade ambiental para o século seguinte, o atual século XXI.

Os países que participaram da Rio 92 reafirmaram a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 1972, com perspectivas de novos níveis de cooperação internacional entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e indivíduos, a fim de respeitar e proteger a integridade do sistema global de meio ambiente, adotando valores comuns, proclamando que os seres humanos têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza, afirmando que os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017).

No Brasil, foi criado em 1992 o Ministério do Meio Ambiente e em 1998 foi estabelecida a Lei de Crimes Ambientais (Lei no 9.605/1998), assim o país tornou-se uma das poucas nações a possuir um direito penal ambiental. No ano de 2002 foi realizada em Johannesburgo na África do Sul a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) que incorporou ainda o debate sobre a questão social, o combate aos problemas causados pela Globalização e teve como um dos principais objetivos a avaliação dos acordos firmados na Rio 92. Dez anos após a Rio +10, em 2012, ocorreu no Rio de Janeiro a Rio +20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável na qual compareceram cerca de 190 chefes de Estado ou seus representantes. Na Rio +20 foi renovado o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizada a necessidade de integração das dimensões social, econômica e ambiental desse desenvolvimento (MOURA, 2016).

A **Figura 02** representa o histórico de ações realizadas pela ONU em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento urbano sustentável no mundo e no Brasil após 1970.

**Figura 02:** Conferências organizados pela ONU em prol do meio ambiente e do desenvolvimento urbano sustentável



**Fonte:** TABARIN, 2020.

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

No ano de 2015 a ONU realizou em sua sede em Nova Iorque a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, encontro no qual os Estados-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições. Nessa conferência foram definidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos na Cúpula do Milênio realizada em Nova Iorque em 2000 (TABARIN, 2020).

O crescimento econômico é fundamental para os países no combate ao desemprego, à pobreza, entretanto é necessário o equilíbrio entre essa esfera econômica, a social e ambiental a fim de reduzir os problemas urbanos e possibilitar que a população citadina viva em espaços mais agradáveis e saudáveis. Nas conferências e encontros realizados os países concluíram que a questão ambiental deve ser considerada para o não esgotamento dos recursos naturais e para melhoria da qualidade de vida nas cidades, no entanto, é preciso que as nações se unam nessa missão e conduzam o desenvolvimento econômico evitando a degradação ambiental para que possam alcançar as metas estabelecidas e para que a sustentabilidade das cidades se efetive.

## 1.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel das cidades na Agenda 2030

A Agenda 2030 é resultado da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque em 2015, com a presença de representantes dos 193 Estados-membro da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao aprovar o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” os países firmaram o compromisso de adotarem medidas para o desenvolvimento sustentável nos próximos quinze anos. Foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**Figura 03**) e 169 metas que levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e buscam avançar nas propostas não alcançadas (ONU, 2015).

**Figura 03:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Estratégia ODS, 2021.

Essa agenda global estabelece metas que objetivam a promoção de uma vida digna para todos, com erradicação da pobreza, com a transformação das cidades em locais mais agradáveis que atendam a toda a população com infraestrutura urbana, saneamento básico, dentre outras questões.

Os ODS foram definidos levando em consideração diferentes realidades, níveis de desenvolvimento nacionais e capacidades. As metas são globais e cada governo pode estabelecer suas metas nacionais baseando-se na proposta global, sendo necessário reconhecer a relação entre o desenvolvimento sustentável e outros processos importantes nos campos econômico, ambiental e social. Na dimensão social, os ODS se voltam para as necessidades humanas como melhoria na qualidade de vida, saúde e educação; na dimensão econômica abordam o uso e esgotamento de recursos naturais, a geração de resíduos e, dentre outros, o consumo de energia; quanto à dimensão ambiental, nessa é discutida a preservação e

conservação do meio ambiente, com ações relacionadas à reversão do desmatamento, proteção da biodiversidade, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, bem como a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas (ONU, 2015).

Nesse quadro de melhorias a serem alcançadas para o desenvolvimento sustentável das nações, a cidade tem um protagonismo uma vez que é previsto o aumento da urbanização nos próximos anos, sendo necessário pensar alternativas que possibilitem melhorias nas condições de vida da população nas cidades, a proteção do meio ambiente e o adequado uso dos recursos naturais. Nesse contexto o Objetivo 11 para o Desenvolvimento Sustentável intitulado “Cidades e Comunidades Sustentáveis” expressa qual o papel das cidades nessa agenda.

Temas ligados à urbanização, como mobilidade urbana, gestão de resíduos sólidos e saneamento estão inclusos nas metas do ODS 11, além do planejamento e resiliência dos assentamentos humanos, considerando as diferentes necessidades das áreas rurais, urbanas e periurbanas. As cidades devem se tornar espaços mais agradáveis e possibilitarem que seus habitantes vivam bem, que toda população seja atendida por infraestrutura urbana, que haja o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes, uma boa gestão dos resíduos municipais e aumento dos esforços para a proteção do patrimônio cultural e natural do mundo, essas são algumas metas direcionadas pelo ODS 11 às cidades (ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vão de encontro ao Movimento Cidades Saudáveis que também preza pela sustentabilidade das cidades e se apresenta como uma alternativa ao enfrentamento da urbanização crescente e na superação de iniquidades que têm dificultado a vida da população, principalmente daqueles que residem na área urbana.

### 1.3 Urbanização brasileira na contemporaneidade e problemas urbanos

A urbanização pode ser entendida, em um primeiro momento, por meio da migração campo-cidade, mas, recentemente evidencia-se como o processo pelo qual as áreas rurais tornam-se urbanizadas como resultado da industrialização e do desenvolvimento econômico capitalista. Demograficamente, o termo urbanização consiste na redistribuição das populações residentes em zonas rurais para assentamentos urbanos ao longo do tempo. Nessa perspectiva, por implicar a concentração de pessoas e atividades produtivas sobre um espaço restrito, a urbanização gera impactos ao meio ambiente oferecendo riscos à sociedade, principalmente à população residente em áreas precárias (PENG; CHEN; CHENG, 2000; JATOBÁ, 2011).

Tabarin (2020) evidencia que em 2020 cerca de 54% da população mundial residia em cidades e, em 2050, esse número será de aproximadamente 66% mostrando que o mundo está

cada vez mais urbano. Com a migração da população da zona rural para o meio urbano aumenta a demanda por moradias e se não há um planejamento para nortear esse processo, se a cidade não apresenta estrutura para receber esse contingente populacional, formam-se aglomerações em áreas impróprias, além de outros problemas urbanos como a poluição, degradação ambiental, um reflexo da má execução das políticas públicas, e, também da ausência de pesquisas para identificar em quais áreas há necessidade de maior atuação da gestão municipal.

No Brasil, as altas taxas de urbanização identificadas nas décadas de 1960 e 1970 tiveram sua origem nas elevadas taxas de crescimento vegetativo e na rápida transformação do perfil demográfico do país, período marcado pela passagem de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade, o que está relacionado a fatores de atração nas cidades, como a industrialização, e de expulsão no campo, como a concentração de terras férteis nas mãos de poucos latifundiários e a modernização agrícola que culminou na extinção de postos de trabalho. O ritmo de crescimento da população urbana decaiu, no entanto, aumentou a proporção de pessoas que não têm moradia adequada no meio urbano e sincronicamente manteve ou aumentou a criação de novos loteamentos, o que está associado aos interesses fundiários e imobiliários (SPOSITO, 2009).

De acordo com Santos (2018), esse crescimento demográfico identificado após o fim da Segunda Guerra Mundial é consequência de uma natalidade elevada e de uma queda nas taxas de mortalidade ligada principalmente aos avanços sanitários, melhorias no padrão de vida e à urbanização.

A partir da década de 1990 ocorreu a ampliação no número de áreas metropolitanas e simultaneamente houve um incremento das taxas de crescimento em algumas cidades, alterações espaciais que correspondem a mudanças sociais de grande relevância cujas consequências apenas começaram a ser percebidas (ZANDONADI, 2015; REIS, 2015).

Ao analisar as mudanças no tecido urbano e morfologia das cidades, Zandonadi (2015) constatou que esses processos estão ligados à urbanização nos moldes do modo de produção capitalista, com uma dinâmica que segue os padrões de expansão e intensidade desse modo de produção. Nessa perspectiva, a cidade se apresenta hodiernamente como o espaço social com maior número e diversidade de atividades e relações de produção, marcada ainda pela intensa expansão de seu território.

Com o aumento da urbanização os problemas ambientais urbanos se intensificaram e nesse contexto, as discussões acerca da qualidade de vida da população e a busca por cidades mais saudáveis têm sido assuntos amplamente discutidos na atualidade. As desigualdades sociais e econômicas são refletidas no ambiente e, conseqüentemente, tem-se numa cidade

populações que vivem em áreas com melhores níveis de conforto ambiental, em detrimento de outras que residem em áreas vulneráveis e em condições insalubres, com a ausência de saneamento básico e infraestrutura.

O aprofundamento das desigualdades torna-se cada vez mais perceptível na contemporaneidade. O espaço urbano constantemente se altera, se reproduz de forma desigual ocasionando diversos processos, como a segregação socioespacial, que é uma característica das dinâmicas de urbanização excludentes no Brasil, e a fragmentação socioespacial, que é uma complexa forma de expressão dessa segregação (SPOSITO, 2017).

A segregação socioespacial pode ser interpretada como uma determinada geografia produzida pela classe dominante e através da qual essa classe exerce o seu domínio, visando a apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço urbano (VILLAÇA, 2001).

Quanto à fragmentação socioespacial, esse é um conceito que denota diversas formas de diferenciação socioespacial, principalmente aquelas decorrentes das desigualdades que marcam as cidades brasileiras. Como exemplo de fragmentação socioespacial pode-se mencionar a dispersão das áreas residenciais de populações mais abastadas em loteamentos fechados, condomínios horizontais, fragmentando fisicamente os territórios dos bairros, desintegrando espacialmente a cidade (SANTOS, 2013).

Nas últimas décadas, os padrões de urbanização das cidades têm passado por profundas transformações e a dispersão urbana é uma das características mais marcantes deste processo. Novas configurações descontínuas e de baixa densidade surgem, diferentes da cidade compacta. Nessa perspectiva, entender os efeitos de certos padrões de ocupação urbana é um grande desafio para o planejamento das cidades, uma forma de melhorar o direcionamento das políticas urbanas (GONÇALVES, 2011).

Nesse cenário, Botelho (2012) trata a noção de urbanização dispersa apontando que juntamente com a dispersão das atividades produtivas e da moradia das camadas de renda média e alta da população, ocorre também a dispersão da sua parcela mais pobre. Esta população, cuja mão de obra barata é utilizada, predominantemente, no setor terciário em geral, está concentrada em bairros com precária infraestrutura urbana e distantes da área central, o que denota uma ampliação dos deslocamentos e necessidade de utilização do transporte público que nem sempre é de qualidade. Em países como o Brasil, marcados pela iniquidade social, a dispersão se materializa de formas distintas. Por um lado, para o segmento mais rico da população a dispersão significa a reclusão em condomínios murados, uma maior utilização do automóvel e mais tempo perdido no trânsito. Por outro, a população pobre, reside em casas autoconstruídas

em loteamentos em sua maioria irregulares, sem equipamentos adequados, longe das opções de emprego, consumo e lazer.

Hodiernamente, em decorrência do acentuado processo de urbanização, é possível identificar uma realidade comum às cidades grandes e médias: de um lado há os vazios urbanos, áreas não loteadas ou lotes sem edificação que estão à espera da valorização do mercado imobiliário e de outro, populações estabelecendo moradia em áreas afastadas e inadequadas à habitação.

O atual processo de urbanização, de acordo com Limonad (2007), não está restrito à cidade, ultrapassa os limites da aglomeração física das edificações, atividades e infraestruturas, por meio das diversas práticas e estratégias dos distintos capitais. Nesse contexto, surgem discussões sobre a governabilidade da cidade, a crise da cidade contemporânea, dentre outras, bem como a busca por propostas e soluções para essas transformações e problemas urbanos. Projetos, propostas e ações para a construção de Cidades Saudáveis podem ser reconhecidos como uma tentativa de minimizar esses problemas.

A ocupação do solo urbano se dá de forma desigual e as áreas propícias à ocupação humana se destinam, em sua maioria, à população de melhor poder aquisitivo, enquanto a população de baixa renda se desloca para áreas mais periféricas, com dificuldade de mobilidade e inadequadas à moradia, situação que gera conflitos e desigualdades sociais. Com a distribuição desigual de recursos nas cidades, as populações residentes em áreas mais vulneráveis tendem a sofrer de modo mais intenso os efeitos da degradação ambiental oriunda do desorganizado processo de urbanização, da falta de planejamento do uso do solo urbano.

A mercantilização da moradia, assim como o uso crescente da habitação como um ativo integrado ao mercado financeiro globalizado influenciou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da residência ocasionou o abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns de uma sociedade, um meio de distribuição de riqueza (ROLNIK, 2019).

Carlos (2009) salienta que o espaço é produto da sociedade que o produz, uma sociedade dividida em classes, com hierarquias. Assim, a produção do espaço urbano reflete as contradições da sociedade, uma segregação espacial oriunda do desenvolvimento desigual das relações capitalistas. Atendendo às necessidades do processo de valorização do capital, a cidade é dividida e vendida, algumas áreas com maior valor que outras e, nesse contexto, o habitante é expulso para a periferia do meio urbano, para áreas onde é possível morar pagando menos. O espaço urbano como materialização do trabalho social é apropriado de forma diferenciada pelo

cidadão, pessoas de diferentes classes sociais estão em constante disputa pelo uso dos lugares na cidade, uma consequência da expansão da urbanização capitalista. Uma urbanização intensa que forneceu mão de obra barata para a industrialização.

O processo de industrialização propiciou profundas transformações na sociedade e nas cidades e, não pode ser tomado unicamente como criação de atividades industriais nos lugares, mas também como processo social que engloba a formação de um mercado nacional e os esforços para torná-lo integrado, como a expansão do consumo que impulsiona a terceirização e ativa o processo de urbanização. (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2018).

Atraídas pela ideia de oportunidades de emprego e por uma vida melhor com acesso a bens de consumo e serviços, muitas pessoas se deslocam para as grandes cidades e infelizmente se deparam com diversos problemas oriundos desse aumento populacional no espaço urbano (poluição, ausência de serviços de saneamento básico, habitações precárias) sendo expostas a condições que oferecem risco à saúde e sem recursos que atendam às suas necessidades básicas.

De acordo com Botelho (2012), quanto maior o controle na produção imobiliária pela lógica do mercado, principalmente a habitacional, maior será o nível de fragmentação e de segregação socioespacial na cidade, uma vez que só aqueles que podem pagar poderão ter acesso às melhores áreas.

Maricato (2015) evidencia que a população que busca a moradia por seus precários recursos é aquela parcela da população excluída do direito à cidade e do mercado formal. A maioria da população urbana brasileira constrói suas residências sem financiamento convencional, sem respeito à legislação fundiária e urbanística, uma prática denominada de autoconstrução que foi fundamental para tornar mais barata a força de trabalho nacional, não estava incluído no salário o custo da moradia. A autora reforça ainda que essa autoconstrução prevalece como questão central na globalização e apesar de incluído no sistema produtivo capitalista, o trabalhador é excluído do mercado residencial capitalista.

Os altos preços da infraestrutura urbana (água potável, sistemas de saneamento, escolas, transporte público, dentre outros) têm relação com a situação que se delineou: numerosas ocupações ilegais do solo, a construção de abrigos precários aglomerados em favelas, camponeses pobres partindo em direção às cidades, sem emprego e sem dinheiro estabelecendo moradia nessas áreas (FERRAZ, 1999).

As contradições sociais impostas pelo desenvolvimento capitalista estão impressas na estrutura e na paisagem urbana e, ao planejar seus investimentos, o Estado não é neutro, o poder público escolhe os lugares da cidade onde há populações com maior poder de compra para seus investimentos em bens e serviços coletivos, ou áreas que poderão ser vendidas e ocupadas por

esses segmentos populacionais a fim de tornar esses locais mais valorizados e consequentemente, os lugares da pobreza, as áreas mais afastadas ficam no abandono (SPOSITO, 2018).

As áreas ambientalmente frágeis, como mangues, fundos de vales e beira de rios, são aquelas que restam para a moradia de grande parte da população, são áreas que necessitam de uma legislação específica e não interessam ao mercado legal, assim, as alternativas de habitação que apresentam infraestrutura e serviços urbanos, áreas procuradas pela maioria da população, não são acessíveis pelo mercado, e as políticas públicas não atendem à totalidade da população. Dentre os efeitos da ocupação dessas áreas, tem-se a poluição de mananciais e dos recursos hídricos, enchentes, mortes por desmoronamentos e deslizamentos de terra, dentre outros. (MARICATO, 2015).

Os problemas urbanos decorrentes do tardio e acelerado processo de urbanização no Brasil no final do século passado têm interferido diretamente na qualidade de vida da população, principalmente dos mais pobres. Assim, estratégias que minimizem os efeitos desses problemas devem ser propostas e adotadas e, principalmente, os entes federal, estadual e municipal devem enfrentar a crise urbana brasileira como uma questão impreterível, que precisa ser mitigada para que de fato se obtenha cidades mais saudáveis, inclusivas.

#### 1.4 A crise urbana

A luta pelo espaço é uma característica marcante da vida na cidade capitalista e numa sociedade como a brasileira, em que os processos de expropriação se dão desde o início da sua história e o abismo entre pobres e ricos é ainda muito profundo, a intensificação da urbanização ocorrida no século XX carregou também essa marca de desigualdade. A chegada dos anos 2000 evidenciou os processos extremos de acumulação, bem como acentuou a desigualdade urbana através de renovadas estratégias de expropriação (RIBEIRO, 2014).

Dentre as novas estratégias de expropriação, é possível mencionar o discurso envolvendo o meio ambiente, o que oculta conflitos e contradições. Seguindo a narrativa de que o meio ambiente é um bem comum e na busca por atender aos princípios do desenvolvimento sustentável, são implantados programas de educação ambiental, parques e enquanto isso, rios são canalizados, recobertos para a construção de avenidas e populações desapropriadas. Nesse contexto, promotores imobiliários são elencados como protetores do meio ambiente na

construção de condomínios e loteamentos murados, ainda que as normas ambientais e de uso do solo não sejam cumpridas (RODRIGUES, 2017).

O Brasil está situado na periferia do capitalismo e é um país intensamente marcado pela desigualdade socioespacial, em que o poder de compra se tornou um elemento determinante para a vida nas cidades. Nesse sentido, a propriedade privada da terra se apresenta como instrumento de poder político e econômico e a questão fundiária configura-se como elemento fundamental da crise urbana (RIBEIRO, 2014).

Maricato (2015) evidencia que a terra urbana tal qual a terra rural ocupa um lugar central nessa sociedade e que o poder, seja social, econômico ou político, sempre esteve ligado à detenção de patrimônio. Até 1850 esse patrimônio consistia na posse de escravos e de 1850 em diante, a posse de terras e imóveis, o que revela que o patrimonialismo é intrínseco à formação do Brasil.

O ano de 1850 é tido como o marco de transformação da terra em mercadoria a partir da promulgação da Lei de Terras. A terra deixou de ser acessada por meio de doação para que fossem implementados os mecanismos de compra e venda. Nessa conjuntura, formas de impedimento ao uso da terra foram elaboradas ao passo em que essa se transformava em um negócio rentável (RIBEIRO, 2018).

Menegat (2009) destaca que não é possível dissociar a iniquidade e pobreza no Brasil da própria formação do modo ocidental de civilização:

[...] a gênese da pobreza e iniquidade que conformam a atual crise das cidades brasileiras e latino-americanas não pode ser dissociada da gênese e da estruturação do modo ocidental de civilização que aqui foi iniciado com a colonização do país, há 500 anos. A violência da expropriação da base fundiária dos nativos, a morte, o saque, a destruição de aldeias inteiras de índios e a transformação dos sobreviventes em escravos ou párias diante do homem civilizado ocorreu de maneira ininterrupta e intensiva durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Estes acontecimentos vinculados à acumulação primitiva estão na gênese das transformações que vieram estruturar o modo de produção capitalista, indissociavelmente no centro e na periferia do mundo ocidental (MENEGAT, 2009, p. 102).

A formação de deserdados no Brasil remonta ao período colonial em que índios e africanos eram excluídos das formas legais de apropriação do território. Nesse sentido, ao longo do tempo os descendentes desses povos constituíram a sua própria forma de viver na cidade, a partir da criação de favelas e assentamentos ilegais gerando uma morfologia urbana marcada pela concentração de habitações em pequenas porções do território e a sobrevivência humana com meios precários (MENEGAT, 2009).

O acesso ao solo urbano orientado pelo mercado, que é o principal mediador das relações estabelecidas na sociedade capitalista, gera um conjunto de escolhas e condições de vida assentados na existência da propriedade privada da riqueza social que sob a forma de solo

urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço. Nessa perspectiva, a predominância do valor de troca marca a disputa pelo uso dos lugares da cidade pelas diferentes classes sociais, gerando conflitos entre os indivíduos e usos, ao passo em que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada (CARLOS, 2018).

Na lógica de mercado que é conferida ao espaço urbano, o preço de uma área é determinado conforme alguns critérios, como a sua localização, a proximidade com instituições e estabelecimentos diversos, como escolas, supermercados e espaços de lazer, a presença de equipamentos de infraestrutura urbana como rede de abastecimento de água, esgoto, transporte e pavimentação. Assim, a acessibilidade a locais de oferta de bens e serviços valoriza as áreas na cidade e, conseqüentemente, encarecem o preço da terra. Aqueles que possuem poder de compra, isto é, sobretudo, as classes de alta renda, acessam a cidade, os direitos urbanos e a urbanidade, por exemplo, as boas moradias.

De acordo com Menegat (2009), o novo milênio teve seu início marcado pela crise das metrópoles que corresponde ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre o homem e a natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e sem-propriedade. Essa crise urbana alcança de maneira muito diferente as distintas classes sociais: a classe dos proprietários e a classe dos sem-propriedade, e impõe para os pobres urbanos a experiência de viver como moradores indesejados, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação. Nessa perspectiva, o movimento acelerado de concentração dos pobres em propriedades ilegalmente ocupadas desde a década de 1970 expressa a face mais aguda da crise urbana. Este é um indicador contundente que aponta que os pobres não têm lugar no território: após a aterradora expropriação do campo, ainda não encontraram terreno para garantir dignamente a sua sobrevivência na cidade.

Maricato (2015) reforça que o deslocamento da população do campo para a cidade, por pior que fosse a condição urbana, foi melhor comparado à vida no campo. A mortalidade infantil diminuiu, a expectativa de vida aumentou, a escolaridade aumentou, o que se relaciona com o processo de urbanização.

O crescimento dos assentamentos ilegais não é um fenômeno exclusivo do território brasileiro, todas as grandes cidades do mundo ocidental enfrentam em maior ou menor grau o problema do crescimento interno das pessoas sem propriedade, daqueles que são excluídos do acesso a formas legais de posse da terra urbana, bem como dos serviços e equipamentos públicos indispensáveis à vida nas cidades. Dessa maneira, nas grandes cidades da periferia do mundo ocidental a crise urbana se mostra mais intensa e o futuro é cabalmente negado a uma

parcela cada vez maior de pobres submetidos à incerteza. Nos países centrais, a população sem-propriedade ocupa edifícios velhos e degradados, nos países periféricos densifica favelas existentes e forma novas favelas em lugares cada vez mais distantes das fontes geradoras de emprego e renda. (MENEGAT, 2009).

O território brasileiro sofreu mudanças significativas a partir da globalização que, dominada pelo ideário neoliberal, atingiu uma realidade que não era de fato moderna. As políticas urbanísticas disseminadas pelo neoliberalismo transformaram a cidade em um grande negócio: privatizações, desregulamentações, cidade empreendedora, competição entre cidades. Um regime econômico fundado na privatização criou as condições que explicam o aumento dos sem-teto, a multiplicação dos moradores de rua e o adensamento de transeuntes e passageiros que perdem horas do dia em deslocamentos cansativos (MARICATO, 2015; SIMONI, 2020).

A crise urbana envolve além da problemática do acesso à moradia, as péssimas condições de mobilidade e acessibilidade na cidade, uma vez que a população pobre ao residir em locais mais afastados das centralidades urbanas, torna-se refém do transporte público que nem sempre é de qualidade e apresenta um custo elevado.

Na época do Regime Militar, período compreendido entre os anos 1964 e 1985, é que em um misto de repressão e concessão algumas demandas populacionais foram atendidas pelo Estado. O setor de construção civil foi impulsionado a partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) permitindo a ampliação da construção de casas e conjuntos habitacionais. Entretanto, tais possibilidades não atingiram as camadas sociais mais pobres. O baixo rendimento da classe trabalhadora não permitia o pagamento de aluguel nem a obtenção de empréstimo do BNH e, com isso, a classe média passou a adquirir residências em áreas centrais mais bem atendidas com serviços públicos (FREITAS, 2021; CFESS, 2016).

Pierot e Lima (2014) salientam que uma nova conjuntura política foi delineada a partir do final da década de 1970. Tensões sociais no campo, mobilização por melhores condições de vida e a reorganização social são alguns eventos que marcaram esse momento. A questão urbana ganhou destaque e havia novos movimentos sociais e sindicais, novos partidos e novas leis.

Uma maior organização popular foi percebida no final dos anos 1970 e princípio de 1980 e a população moradora de favelas passou a reclamar os serviços, como água, luz e segurança da posse. No universo de elaboração de reivindicações houve a construção de um projeto de Reforma Urbana pelos sujeitos que questionavam as bases da desigualdade em que a urbanização se produzia. Esse projeto configurou-se como o marco da luta urbana no Brasil

uma vez que reunia profissionais ligados à produção do espaço e vários movimentos sociais (RIBEIRO, 2014).

O movimento de Reforma Urbana alcançou progressos significativos como um conjunto de leis que aporta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade a mais importante delas, a criação do Ministério das Cidades (2003), a consolidação de espaços voltados para a participação direta de lideranças sindicais, acadêmicas e populares como as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e o Conselho Nacional das Cidades (2004), criação do Programa Nacional de Regularização Fundiária e o Plano Diretor Participativo. Posteriormente, foram instituídas as leis de Saneamento, Mobilidade Urbana e Resíduos Sólidos e a partir de 2007 foram retomados os investimentos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa Minha Casa, Minha Vida foi instituído dois anos depois, em 2009 (MARICATO, 2015).

Com a criação de políticas públicas o governo federal, presidido por Luís Inácio Lula da Silva no período de 2003 a 2011, alocou subsídios significativos para que houvesse a inclusão das camadas de baixa renda na produção habitacional, entretanto esses incentivos incidiram no aumento do preço da terra. Assim, por mais que tenham sido realizados investimentos, os processos de favelização e de espraiamento das cidades não diminuíram, os pobres continuaram se afastando dos centros, dos locais de oferta de emprego.

Em 2013 a crise urbana tornou-se o centro da insatisfação social. Residindo cada vez mais longe dos grandes centros, a classe trabalhadora teve aumento nos gastos e uma redução na qualidade de vida. Nesse sentido, o aumento na tarifa de transporte público em diversas cidades brasileiras foi a motivação inicial para as manifestações populares em junho de 2013 nas quais diversas reivindicações foram feitas. Além da mobilidade urbana, foram realizados protestos pela educação, saúde, reforma política e moradia (PIEROT; LIMA, 2014).

Importantes avanços foram obtidos com as manifestações de junho de 2013: houve o cancelamento do aumento de tarifas de transporte público em diversas cidades, o transporte coletivo e não motorizado entrou na agenda nacional e, dentre outras conquistas, ocorreu uma mudança muito grande na privatização do Maracanã (MARICATO, 2015).

As manifestações populares foram preponderantes para que houvesse conquistas em 2013 e em outros períodos da história do Brasil, o que mostra que as participações sociais são fundamentais na construção de cidades mais justas. Entretanto faz-se necessária a ação pública através de planejamento e gestão para que as leis urbanas sejam devidamente aplicadas. Há leis, planos urbanísticos, mas não são implementados.

O Brasil possui um arcabouço legal e institucional que poucos países em desenvolvimento detêm, todavia faz-se necessário colocar em prática. Nesse sentido, é um desafio do governo efetuar um desenvolvimento urbano que considere o interesse coletivo da população urbana como prioridade e busque dispositivos que possam colocar fim à marginalização da classe de baixa renda ao passo que uma minoria se beneficia (PIEROT; LIMA, 2014).

É importante ressaltar que algumas estruturas políticas e programas sociais sofreram desmonte no atual governo federal, gestão de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, e conquistas obtidas em governos anteriores foram desconsideradas indicando um retrocesso para o país. Alguns ministérios foram extintos ou incorporados como é o caso do Ministério das Cidades e da Integração Nacional, (por meio da Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, BRASIL, 2019) e programas que trouxeram avanços para a sociedade brasileira foram encerrados como o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.

Sendo o Brasil uma República Federativa organizado em União, estados, municípios e Distrito federal, cada um desses entes possui suas competências nos termos da Constituição. Assim, os municípios têm o poder de legislar sobre assuntos de interesse local e dentre as suas atribuições, deve promover o adequado ordenamento territorial por meio de planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. O direito à cidade deve ser encarado como objetivo central pelos gestores municipais e o compromisso com a adequação de áreas irregularmente ocupadas é fundamental nesse processo, um primeiro passo para transpor a crise urbana das cidades brasileiras. As manifestações de junho de 2013 são um exemplo de reivindicação da população pelo direito à cidade, pelo usufruto da cidade sem restrição e de forma igualitária para todos os cidadãos (BRASIL, 1988).

De acordo com Silva (2008), a complexidade da cidade enquanto espaço socialmente produzido, impõe aos cidadãos uma série de desafios e requer dos gestores forte compromisso. Nesse sentido, o planejamento e a execução de um urbanismo sem o apoio da população, sem a participação dos cidadãos pode gerar a incompatibilidade entre os anseios da comunidade e a realização dos governos envolvidos acentuando os conflitos pelo uso do solo urbano.

Na atualidade, a pandemia do novo coronavírus se apresenta como um agravante para a crise vivenciada pelas cidades brasileiras, uma vez que o ato de ficar em casa ou ter acesso a tratamentos em hospitais não é uma possibilidade para todos, pois num país como o Brasil os direitos não são iguais. Decretou-se quarentena, mas nas periferias habitam pessoas sem direito ao isolamento residindo em casas muito pequenas, trabalhadores informais, empregadas domésticas que continuam trabalhando e se deslocando para o serviço (CARLOS, 2020).

Nas favelas brasileiras a precariedade da infraestrutura urbana, além da proximidade entre as residências, é outro fator que torna as populações dessas áreas ainda mais expostas ao novo coronavírus. Muitas residências não possuem acesso a uma rede de distribuição de água o que dificulta que as pessoas lavem as mãos com frequência ou higienizem devidamente a moradia como uma medida de proteção ao vírus.

O advento do Covid-19 aprofundou as desigualdades sociais existentes no Brasil e acentuou o empobrecimento da classe trabalhadora. Os serviços de transporte urbano tornaram-se mais precários e reduzidos e a aglomeração em transportes públicos continuou a ser a realidade de muitas pessoas que precisavam sair de casa para trabalhar, expostas diariamente ao risco de contrair a doença e contaminar seus familiares (FREITAS, 2021).

As medidas de distanciamento social e isolamento tiveram desdobramentos econômicos e sociais. Muitos comércios considerados como não essenciais foram fechados o que ampliou o desemprego que já atingia muitos brasileiros e com isso houve a elevação de gastos sociais pelo governo, como a criação do auxílio emergencial, que consiste numa resposta ao aumento da miséria, da população em situação de vulnerabilidade social (SILVA; BARBOSA, 2020).

De acordo com Souza et al. (2020), até junho de 2020 a maior letalidade da Covid-19 situava-se nas regiões norte e nordeste do Brasil, o que é justificado pelas expressivas desigualdades sociais presentes nessas regiões do país. Assim, para lidar com os efeitos da Covid-19 na sociedade brasileira, as políticas públicas devem considerar as singularidades de cada região.

Castilho (2020) considera o novo coronavírus como uma doença social e geográfica, além de ser um agente biológico e natural, uma vez que se dissemina através da densificação, cada vez maior, dos fluxos de pessoas e mercadorias pelo mundo. Um vírus cuja proliferação traduz um conflito de classes: no mercado informal, milhares de trabalhadores não puderam exercer a quarentena e no mercado formal alguns trabalhadores não foram liberados para realizar o isolamento. As duas primeiras mortes registradas no Brasil demonstram esse conflito de classes, um porteiro de condomínio de luxo e uma empregada doméstica que contraíram a doença em seus locais de trabalho.

Frente à conjuntura vivenciada em decorrência da Covid-19, o pesquisador José de Souza Martins declarou que a epidemia é imprevisível, entretanto, a economia que subestima as necessidades da sociedade não é. Um contexto de exclusão social decorrente da economia e da política assola o Brasil difundindo a pobreza e criando um terreno fértil para as doenças. A Covid-19 se instalou no país e agravou a crise na sociedade brasileira.

As contradições urbanas, sociais, constituem-se cada vez mais em contradições mortais. Para além do genocídio cotidiano (policial, miliciano) nas periferias, os não cuidados com a saúde e a falta de infraestruturas urbanas, habitacionais, sanitárias e de serviços adequados nas ocupações e favelas intensificam o sentido mortal do capitalismo neoliberal em momentos de pandemia, uma pandemia de classe, de raça e de gênero (HARVEY, 2020; VOLOCHKO, 2020).

A pandemia não só intensificou as desigualdades já existentes, mas também trouxe novas. Ao analisar as possibilidades de enfrentamento da pandemia, por exemplo, percebe-se as condições desiguais de trabalhar de forma remota, de fazer isolamento e sobreviver nesse contexto, além de reforçar as iniquidades no acesso aos serviços de saúde em cada lugar (SANTOS, 2021).

A importância da gestão da saúde, da atuação da economia, dos investimentos em inovações tecnológicas é uma questão crucial para combater os prejuízos causados pela pandemia. A resposta sanitária no que tange ao planejamento indica e mapeia as ações que devem ser aplicadas no território, os dados estatísticos que são gerados com a atualização dos números dos contágios e dos óbitos, têm corpo e território. Nessa perspectiva, compreender quem e onde estão os focos deve caminhar junto com o “como fazer” para mitigar a disseminação em conformidade com as peculiaridades de cada grupo social (BERNARDES et al., 2020).

A pandemia do novo coronavírus acirrou a crise urbana que assola as cidades brasileiras e atinge de formas diversas as regiões do país e do mundo ao passo que o modo de lidar com as medidas de enfrentamento ao COVID-19 não foi linear nas sociedades e governos. No entanto, a população que mais tem sofrido os efeitos da pandemia é a residente nas favelas, pessoas que diariamente já conviviam com as desigualdades no espaço urbano, com a falta de infraestrutura. Nesse sentido, os gestores das esferas federal, estadual e municipal devem, num primeiro momento, lutar pela vida de todos nesse processo de luta contra a COVID-19, o que indica que mais investimentos públicos devem ser destinados às favelas e ocupações urbanas.

A fim de se obter qualidade de vida nas cidades, as sociedades devem minimizar os problemas urbanos. Assim, a abordagem acerca das cidades saudáveis representa uma importante discussão, movimento e desafio para alterar tal realidade. Nessa perspectiva, o próximo capítulo apresenta as primeiras propostas envolvendo a temática Cidades Saudáveis, relacionando-as à intensificação dos problemas urbanos mundiais decorrentes do aumento da urbanização, como iniciaram as discussões sobre cidades saudáveis no Brasil na década de 1990, as principais pautas e conceitos desse movimento.

## **CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO CIDADES SAUDÁVEIS E O CONTEXTO DE MONTES CLAROS-MG**

Este capítulo tem por intuito discutir o surgimento do Movimento Cidades Saudáveis como uma resposta à intensificação da urbanização no mundo, uma vez que, o aumento da população vivendo nas cidades condicionou os problemas urbanos e, concomitantemente, prejuízos à qualidade de vida, principalmente das populações mais pobres. Nesse sentido, ações, agendas e projetos têm sido pensados para melhorar a vida nas cidades, para torná-las mais sustentáveis, inclusivas e seguras, como preconiza a Agenda 2030. Ademais, a apresentação da área de estudo, a cidade de Montes Claros-MG, seu processo de formação e as suas principais potencialidades e problemáticas na atualidade, também integram o escopo do referido capítulo.

### **2.1 Movimento Cidades Saudáveis: contexto histórico**

Com a industrialização e consequente urbanização intensificadas após o século XVIII os problemas urbanos tornaram-se mais evidentes. Frente a isso, objetivando o alcance de cidades sustentáveis e melhores condições de vida para a população, surgiu no Canadá na década de 1970 o projeto Cidades Saudáveis caracterizado por ações intersetoriais, sendo uma nova forma de gestão municipal que requer o envolvimento da população e dos representantes municipais.

Westphal (2000) define que Cidades Saudáveis é a denominação dada a um projeto de desenvolvimento social que tem a saúde e suas diversas determinações como questões centrais, inserido em um movimento que busca um estilo de desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades das sociedades atuais, mas sem comprometer as gerações futuras, isto é, sem impedir que estas satisfaçam as suas próprias necessidades.

A proposta Cidades Saudáveis se apresenta como uma resposta ao crescimento da urbanização, da globalização e reforça o compromisso que as autoridades devem ter com a população, principalmente a população residente nas cidades.

Além das cidades saudáveis, podem ser mencionados outros movimentos e concepções que buscam melhorar a qualidade de vida no meio urbano como “Smart Cities” (cidades inteligentes), cidades educadoras, cidades resilientes e cidades sustentáveis (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017; BOUSKELA et al., 2016; VALDÈS et al., 2012).

A proposta de cidades inteligentes ganhou força nos últimos anos balizada no uso da tecnologia e da inovação para o planejamento e gestão da cidade objetivando aumentar a eficiência e transparência das operações e serviços urbanos.

A agenda de cidades educadoras propõe ações em que a educação é o elemento propulsor do desenvolvimento pessoal, coletivo e de melhoria da convivência e coesão social.

As cidades resilientes, essa é uma campanha criada pela ONU em 2010 com o intuito de melhorar as capacidades de enfrentamento de desastres nas cidades e reduzir os riscos desses, uma estratégia global para alcançar o desenvolvimento sustentável (ANDRADE; FRANCESCHINI, 2017; BOUSKELA et al., 2016; VALDÈS et al., 2012).

Quanto às cidades sustentáveis é uma iniciativa ligada à Agenda 2030 da ONU que busca promover o desenvolvimento sustentável com ações que integrem as dimensões social, ambiental e ética baseando-se numa economia inclusiva, verde e responsável.

Para Araújo (2017) uma Cidade Saudável pode ser entendida como aquela que a partir do planejamento urbano dos ambientes físico e social possibilita o desenvolvimento equilibrado desses espaços, tendo a saúde um papel relevante nesse processo. A proposta de Cidade Saudável deve considerar uma política de governo que contemple a gestão pública e a participação da sociedade nas decisões.

Conforme estabelece a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1997), uma cidade para ser saudável deve buscar alcançar: (1) um ambiente físico limpo e seguro; (2) um ecossistema estável e sustentável; (3) alto suporte social, sem exploração; (4) alto grau de participação social; (5) ter as necessidades básicas da população satisfeitas (água, comida, abrigo, trabalho e segurança); (6) acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações; (7) economia local diversificada e inovadora; (8) incentivo ao respeito pela herança biológica e cultural; (9) serviços de saúde de boa qualidade e acessíveis a todos e (10) alto nível de saúde.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que a gestão municipal crie projetos socioambientais e culturais que se voltem para a proteção do meio ambiente, para a preservação dos ecossistemas e do patrimônio artístico e cultural ali presentes, execute políticas públicas para a promoção da saúde, educação e infraestrutura urbana, além dos cuidados com os recursos hídricos.

Os principais pressupostos do Movimento Cidades Saudáveis têm relação com preocupações expressas pelo movimento sanitário europeu do século XIX, que nessa época já reconhecia a importância dos governos locais e da população para a redução dos problemas ligados à saúde. Como havia uma resistência das gestões municipais em realizar reformas, a Associação pela Saúde das Cidades, originada na Inglaterra, organizou pessoas para pressionar

as autoridades propondo alterações nas leis no intuito de conseguirem melhorias na saúde e na infraestrutura das cidades (abastecimento de água, correto tratamento para os dejetos, pavimentação das ruas, dentre outras benfeitorias). Esse movimento sanitarista continuou a atuar sobre as políticas públicas de países desenvolvidos até o final do século XIX através de legislação e obras de engenharia (WESTPHAL, 2000).

Resgata-se que o debate sobre as cidades saudáveis possui raízes nas discussões internacionais acerca do desenvolvimento sustentável que tiveram relevância a partir dos anos 1960 com abordagens sobre os problemas ambientais no nível planetário e limites do meio ambiente<sup>2</sup>. Em 1968 foi criado o Clube de Roma, grupo que representava dez países e tinha por intuito discutir os problemas globais emergentes, principalmente problemas ambientais e, a partir da realização de acordos e Conferências, essa temática foi posteriormente introduzida nas Nações Unidas (TABARIN, 2020).

Santos e Westphal (1999) apontam que, frente ao quadro de problemas vivenciados no meio urbano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e suas agências regionais como a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) iniciaram o movimento para a obtenção de cidades saudáveis. As primeiras ações ocorreram na década de 1970 em Toronto, Canadá e graças à ação da OMS alcançou países da Europa, outros países da América do Norte e, mais tarde a América Latina. O primeiro documento organizado pelos canadenses envolvendo o tema Cidades Saudáveis enfatizava questões sociais e políticas e abordava a necessidade da união de esforços dos setores públicos, privados e de associações comunitárias para encarar os problemas de saúde presentes no meio urbano.

Em 1978 o governo local de Toronto teve a iniciativa de estabelecer um comitê de planejamento que editou e publicou o informe “A Saúde Pública nos Anos 80”, responsável pela proposição de estratégias de cunho político, social e de desenvolvimento comunitário a fim de transformar Toronto na cidade mais saudável da América do Norte (ANDRADE; BARRETO, 2002).

---

<sup>2</sup> No âmbito do debate sobre cidades saudáveis e sustentabilidade, Tabarin (2020) menciona diversas conferências e encontros organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1972 a ONU realizou a sua Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente na cidade de Estocolmo, o que contribuiu com a criação do direito e diplomacia ambiental. Em 1980 o aspecto ambiental foi incorporado ao conceito de desenvolvimento junto à sustentabilidade e posteriormente à questão urbana, com a realização da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) em 1996 na cidade de Istambul na Turquia originando o desenvolvimento urbano sustentável, com debates voltados para a questão urbano-ambiental e para os assentamentos humanos sustentáveis como um objetivo a ser alcançado. A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I) foi realizada em 1976 na cidade de Vancouver no Canadá com abordagens sobre o crescimento demográfico e a urbanização em escala mundial.

A OMS/Escritório Europeu elaborou em 1985 um projeto de Promoção de Saúde a ser desenvolvido em quatro ou seis cidades europeias, o Projeto Cidades Saudáveis. O início do projeto, com duração prevista para cinco anos, se deu de fato em março de 1986 na cidade de Lisboa. As 11 cidades selecionadas adotaram os princípios estabelecidos na proposta de Saúde para Todos da Organização Mundial de Saúde e os adaptaram às suas necessidades, apresentando-os como programas locais de saúde e desenvolvimento urbano. Essas cidades promoveram a articulação entre setor público, setor privado e a população para tratarem os problemas de saúde urbana. No Canadá foi desenvolvida uma proposta semelhante e em 1987 após a realização de um seminário para a análise do projeto, mais 14 cidades se juntaram ao programa (GOUMANS, 1997, apud WESTPHAL, 2000, p. 42).

A OMS reconheceu a necessidade de diferenciar as prioridades entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento para a realização dos projetos Cidades Saudáveis. As orientações para a saúde urbana nos países do Sul são mais complexas que para os países do Hemisfério Norte. Como exemplo de ações propostas tem-se o fortalecimento político e institucional, recursos humanos qualificados e uma legislação apropriada, participação comunitária e igualdade do acesso aos serviços (FERRAZ, 1999).

Na América Latina, os projetos cidades saudáveis começaram a ser desenvolvidos no início da década de 1990 e nessa estratégia latino-americana houve uma tendência à centralização interferindo na autonomia dos municípios, o que pode ser entendido como uma desvantagem em relação aos países do Norte. O México foi o país que mais se destacou entre as experiências da América Latina (FERRAZ, 1999).

O interesse dos países da América Latina pelo Movimento Cidades Saudáveis se deu em razão de diversos fatores como mudanças no perfil demográfico devido aos avanços da ciência médica, a urbanização rápida e crescente, o estilo de vida da população e os gastos com saúde, o modelo econômico de desenvolvimento, questões que caracterizam as especificidades desses países e mostram suas demandas de acordo com as ações para saúde do município (WESTPHAL, 2000).

No Brasil, São Paulo foi a cidade pioneira quando elaborou um projeto de cidades saudáveis em 1990, através de um protocolo de colaboração direta e autônoma com a experiência da cidade de Toronto. Esse projeto foi implantado formalmente em 1991 sob a administração da prefeita Luísa Erundina (FERRAZ, 1999).

O ano de 1994 também pode ser entendido como um marco dos projetos Cidades Saudáveis no Brasil. Houve um estreitamento de laços com o Canadá e com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), incentivando os projetos em toda América Latina. Entre 1994 e

1995 outras dez cidades brasileiras incluíram em suas agendas políticas projetos que iam de encontro a essa proposta: Diadema, Campinas, Jundiaí e Santos, no estado de São Paulo; Iraquara na Bahia; Céu Azul, Chopinzinho, Curitiba, Palmeira, no estado do Paraná, e Maceió em Alagoas. Num segundo momento houve uma maior atuação das universidades brasileiras e de outros órgãos, como o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) fornecendo apoio técnico/ financeiro e diversos encontros foram realizados nos anos 1990 com o objetivo de discutir as ideias centrais do Projeto Cidades Saudáveis e agregar experiências (MENDES, 2000).

O **Quadro 01** sintetiza as experiências com o Projeto Cidades Saudáveis no Brasil e as principais atividades desenvolvidas pelas cidades.

**Quadro 01:** Iniciativas de Projetos Cidades Saudáveis no Brasil

CIDADE	INÍCIO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO
São Paulo SP	1991	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seminário “Cidades Saudáveis”</li> <li>▪ Realização da III Conferência Municipal de Saúde: “São Paulo Saudável – desafio e compromisso (1992)</li> <li>▪ Programa Centro da Cidade Saudável</li> <li>▪ Projetos específicos: vigilância à saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>
Diadema SP	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização do encontro municipal “Diadema – Cidade Saudável rumo ao ano 2000”</li> <li>▪ Realização da Conferência Municipal de Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cidade que se aproximou do movimento</li> </ul>
Campinas SP	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação do Conselho Comunidade Solidária de Campinas</li> <li>▪ Sede do I Congresso Latino-Americano para Cidades e Comunidades Saudáveis (1996)</li> <li>▪ Proposta e implantação de um novo modelo de gestão: compartilhamento de poder</li> <li>▪ Investimento em recursos humanos</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos de enfoque intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>
Jundiaí SP	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seminário de sensibilização</li> <li>▪ Criação do Comitê Cidade Saudável</li> <li>▪ Fortalecimento do controle social e parcerias</li> <li>▪ Ampliação de projetos que já estavam em andamento</li> <li>▪ Ampliação e diversificação da participação do bairro</li> <li>▪ Parcerias envolvendo as escolas públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Santos SP	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ IV Conferência Municipal de Saúde (inclui a discussão sobre Cidade Saudável)</li> <li>▪ Ações diversas de educação ambiental, na área de saúde, dos transportes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>

Vargem Grande Paulista SP	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encontro com uma discussão inicial envolvendo escolas, serviços de saúde, administração municipal e universidade</li> <li>▪ Fórum sobre Municípios Saudáveis</li> <li>▪ Projeto de educação ambiental e educação em saúde nas escolas municipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Iraquara BA	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Circulação de informações por meios de comunicação</li> <li>▪ Identificação da realidade e de projetos com as perspectivas comuns</li> <li>▪ Envolvimento de entidades e lideranças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>
Céu Azul PR	1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Discussão do tema no Conselho Municipal de Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cidade que se aproximou do movimento</li> </ul>
Chopinzinho PR	1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pesquisa para saber a opinião da população</li> <li>▪ Trabalho intersetorial</li> <li>▪ Utilização dos meios de comunicação local (rádio)</li> <li>▪ Levantamento dos problemas por bairro</li> <li>▪ Plano de desenvolvimento de Recursos Humanos para servidores públicos</li> <li>▪ Participação de entidades nas decisões políticas</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos intersetoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Curitiba PR	1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejamento intersetorial</li> <li>▪ Projeto Cidadão Saudável</li> <li>▪ Definição de metodologias de avaliação de qualidade de vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Palmeira PR	1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aplicação de recursos na assistência básica à população</li> <li>▪ Planejamento de ações intersetoriais</li> <li>▪ Formação do Conselho Comunitário – Comitê Cidade para a Saúde</li> <li>▪ Definição de prioridades</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>
Fortaleza CE	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição de uma gestão descentralizada e intersetorial</li> <li>▪ Criação de Secretarias Executivas Regionais, duas secretarias de suporte técnico e outra de ação governamental</li> <li>▪ Criação de Comissões Técnicas Intersetoriais</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Crateús CE	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização de 26 conferências para a discussão da proposta</li> <li>▪ Diagnóstico de realidade</li> <li>▪ Formalização de comitês locais</li> <li>▪ Discussão de problemas e definição de encaminhamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento de projetos</li> </ul>	

Sobral CE	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto de Desenvolvimento Local integrado: Município Saudável – Escolas Promotoras de Municípios Saudáveis</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos de cunho intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Maceió AL	1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição do projeto “Comunidades Saudáveis” em duas comunidades</li> <li>▪ Investigação de realidade</li> <li>▪ Discussão de dados com a população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Anadia AL	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização da III Conferência Municipal de Saúde “Anadia – um Município Saudável: uma proposta. A modernidade e ingresso no terceiro milênio”</li> <li>▪ Diagnóstico local</li> <li>▪ Distritalização e criação de conselhos intersetoriais distritais</li> <li>▪ Estabelecimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Social</li> <li>▪ Definição e desenvolvimento de projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Arapiraca AL	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento de projetos de cunho intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Flexeiras AL	1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Discussão com o Conselho Municipal de Saúde</li> <li>▪ Realização da II Conferência Municipal de Saúde: Flexeiras – passo a passo para se tornar um município saudável</li> <li>▪ Desenvolvimento de projetos de cunho intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Até agosto de 1998 o projeto estava em atividade</li> </ul>
Dionísio MG	1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnóstico da situação do município</li> <li>▪ Análise e priorização de problemas</li> <li>▪ Seminários com o objetivo de discutir propostas</li> <li>▪ Desenho de projetos</li> <li>▪ Formação de grupo intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>
São José do Goiabal MG	1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnóstico da situação do município</li> <li>▪ Análise e priorização de problemas</li> <li>▪ Seminários com o objetivo de discutir propostas</li> <li>▪ Desenho de projetos</li> <li>▪ Formação de grupo intersetorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Projeto Interrompido</li> </ul>

**Fonte:** FERRAZ (1999); MENDES (2000).

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2021.

Em 1996 ocorreu em Campinas o I Congresso Latino-Americano para Cidades e Comunidades Saudáveis e em 1997 na cidade de Vargem Grande Paulista foi realizado o Fórum Regional-Municípios Saudáveis do qual participaram prefeitos, secretários de saúde de cidades adjacentes e técnicos de algumas cidades do nordeste interessados em implementar essa proposta em seus municípios. Conforme levantamento feito por Mendes (2000), no período entre 1991 e 1996, 16 cidades participavam do projeto Cidades/Municípios Saudáveis, no entanto, em 1998 quando foi realizada uma nova pesquisa, cinco dessas cidades tinham interrompido os seus processos devido a mudanças administrativas (São Paulo, Santos e Campinas no estado de São Paulo; Palmeira no Paraná e Iraquara na Bahia) e duas desenvolveram atividades voltadas para a sensibilização, mas não chegaram concretizar ações (Diadema no estado de São Paulo e Céu Azul no Paraná).

A interrupção de projetos para cidades saudáveis no Brasil associa-se ao jogo político aqui presente, em que uma nova gestão não dá continuidade aos projetos e ações da gestão anterior, por mais que sejam iniciativas que tenham trazido benefícios para o município. No Brasil predomina a cultura de políticas de governo em que fatores como relações partidárias têm forte influência.

Lima e do Carmo Lima (2020) reforçam que no Brasil, e na América Latina, a construção de cidades saudáveis foi uma utopia desenvolvida no debate acadêmico, pois não fez parte da agenda política dos países, apenas em curtos momentos em que a conjuntura política vislumbrava a adoção do Estado de Bem-Estar Social, que nunca se concretizou em razão do neoliberalismo. Até mesmo na Europa, onde programas de construção de cidade saudáveis se consolidaram como agenda governamental, por meio da Rede Europeia de Cidades Saudáveis, em países nos quais o Estado de Bem-Estar Social avançou, a agenda neoliberal tem desconstruído a ideia da gratuidade e da universalidade do acesso aos serviços de saúde. Além disso, a maioria dos projetos de cidades saudáveis tem priorizado uma promoção da saúde voltada para a adoção de estilos de vida e comportamentos saudáveis em vez da construção de territórios saudáveis.

A população, por meio de conselho municipais e associações de bairros, deve colocar as suas demandas, as suas necessidades como cidadãos a fim de participarem ativamente nas tomadas de decisão, questão fundamental para a construção de cidades saudáveis e sustentáveis (WESTPHAL, 1997).

Construir cidades saudáveis para todos e não para alguns, cidades mais justas e menos iníquas, territórios de inclusão e não de segregação é um desafio para o Brasil. Entretanto, o

setor de saúde sozinho não é capaz de construir a cidade saudável, faz-se necessária a intersetorialidade, a integração de políticas e planejamento (LIMA; CARMO LIMA, 2020).

Iniciativas mais recentes ligadas ao ideal de Cidades Saudáveis no Brasil foram mapeadas e discutidas por Freire et al. (2016) que fez um levantamento em oito dos nove estados da região nordeste e verificou a existência da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS) constituída por 24 municípios. De acordo com os autores supracitados, a Universidade federal de Pernambuco busca apoiar e monitorar todas as iniciativas da RPMS desde o seu início em 2006. No **Quadro 02** estão listadas algumas iniciativas dos municípios integrantes dessa rede e suas características.

**Quadro 02:** Síntese das iniciativas de municípios saudáveis da RPMS

MUNICÍPIO	INICIATIVAS	CARACTERÍSTICAS
Pesqueira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caminhadas e trilhas ecológicas</li> <li>• Doces artesanais</li> <li>• Grupo de artesanato</li> <li>• Grupos de ginástica</li> <li>• Meio ambiente no meu bairro</li> <li>• Reciclagem</li> <li>• Roteiros turísticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão estadual e local</li> <li>• Continuidade das ações</li> <li>• Fortalecimento de grupos locais</li> <li>• Integração de políticas</li> </ul>
Pombos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura orgânica</li> <li>• Arborização</li> <li>• Associação Cultura viva de Pombos</li> <li>• Casa do idoso</li> <li>• Festa do abacaxi</li> <li>• Grupos de artesãos</li> <li>• Prática de dança, teatro, música, capoeira e esporte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura associativa forte</li> <li>• Intersetorialidade na gestão local com foco na cultura local e ambiente</li> </ul>
Salgueiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Ambiental</li> <li>• Gênero e Cidadania</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação continuada e uso de método Bambu nas escolas e práticas com a juventude agricultora</li> <li>• Integração de políticas com foco na Academia da Saúde</li> <li>• Projetos de extensão</li> </ul>

São Joaquim do Monte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente saudável na comunidade e na escola</li> <li>• Coleta seletiva reciclagem</li> <li>• Cooperativismo</li> <li>• Geração de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foco em meio-ambiente</li> <li>• Formação, pesquisa e prática entre comunidade e universidade</li> <li>• Liderança nas escolas</li> <li>• Uso do Método Bambu na formação de associações e cooperativas</li> </ul>
São Vicente Férrer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação solidária</li> <li>• Associação Fio e Renda</li> <li>• Casa de farinha</li> <li>• Culinária da banana e da uva</li> <li>• Grupo de idosos</li> <li>• Oficinas para os beneficiários do Bolsa Família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão estadual</li> <li>• Economia criativa local</li> <li>• Foco na geração de renda</li> <li>• Fortalecimento de grupos locais</li> </ul>
Sairé	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção ao uso de agrotóxico</li> <li>• Programa Sairé Saudável</li> <li>• Promoção saúde de idosos</li> <li>• Usina de reciclagem coleta coletiva do lixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação, pesquisa e prática entre comunidade e universidade</li> <li>• Formulação de política ambiental local</li> <li>• Forte envolvimento da gestão local</li> <li>• Integração de políticas</li> <li>• Intersetorialidade</li> <li>• Lideranças engajadas</li> <li>• Uso do Método Bambu</li> </ul>
Timbaúba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de artesãos</li> <li>• Grupos culturais de danças</li> <li>• Grupos de culinária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio das gestões estadual e local</li> <li>• Formação continuada</li> </ul>
Altinho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira de artesanato</li> <li>• Grupo de Hip Hop</li> <li>• Grupo de música e dança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da universidade e do governo do estado</li> <li>• Continuidade das ações propostas</li> <li>• Iniciativa local lideradas pelo setor da Educação</li> </ul>

Agrestina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) atuante na comunidade</li> <li>• Grupo de artesãos</li> <li>• Grupo de danças</li> <li>• Projeto Medida Certa: atividade física no controle diabetes e hipertensão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da universidade</li> <li>• Continuidade das ações propostas</li> <li>• Intersetorialidade na gestão local</li> </ul>
Alagoinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação saudável nas escolas</li> <li>• Atividades turísticas</li> <li>• Educação e saúde em festividades</li> <li>• Feira de saúde e florestamento</li> <li>• Grupo de idosos</li> <li>• Grupo de teatro e danças</li> <li>• Produção de artesanato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão local</li> <li>• Continuidade das ações propostas</li> <li>• Diversidade com foco na cultura local</li> <li>• Iniciativas territorializadas</li> </ul>
Barra de Guabiraba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação de educação ambiental e artesanato para a promoção da saúde e municípios saudáveis</li> <li>• Grupo de artes marciais Guerreiros em busca de mudanças</li> <li>• Núcleo de apoio às mulheres na prevenção de violência de gênero</li> <li>• Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão local</li> <li>• Continuidade das ações propostas</li> <li>• Formação, pesquisa e prática entre comunidade e universidade</li> <li>• Forte liderança na área de Direitos Humanos e prevenção da violência</li> <li>• Integração de políticas</li> </ul>
Bonito	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente saudável arte e cultura promovendo município saudável</li> <li>• Escola Saudável: ações de educação ambiental e de prevenção da violência nas escolas</li> <li>• Grupos de artesanato e meio ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação do Método Bambu</li> <li>• Apoio da universidade</li> <li>• Continuidade de ações propostas apesar do pouco incentivo da gestão local</li> <li>• Formação, pesquisa e prática entre comunidade e universidade</li> <li>• Permanência das formações</li> <li>• Políticas para juventude em diálogo com municípios saudáveis</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Camociense de Apoio à Pessoa com Deficiência (CECAPED)</li> <li>• Criação da casa cidadã para acolhimento das vítimas da violência</li> <li>• Núcleo de promoção da saúde e prevenção da violência</li> <li>• Padronização das barracas em frente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação do Método Bambu</li> <li>• Continuidade de ações propostas</li> <li>• Formação, pesquisa e prática entre comunidade e universidade</li> </ul>

Camocim de São Félix	as escolas com adequação dos produtos comercializados e estímulo a geração de renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortes lideranças locais na área de ambiente, prevenção de violência e gênero</li> </ul>
Chã Grande	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura orgânica</li> <li>• Atividades culturais e esportivas, e grupo de artesões</li> <li>• Grupo de jovens para discutir tema da promoção da saúde e sexualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liderança na área de agricultura orgânica e artesanato</li> <li>• Participação de movimentos sociais</li> </ul>
Cumarú	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de convivência do idoso com atividades de promoção da saúde</li> <li>• Grupo de apicultura com flora nativa para geração de renda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio do governo estadual</li> <li>• Engajamento comunitário</li> </ul>
Garanhuns	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação ambiental</li> <li>• Escola Belaterapia da felicidade pelo método de saúde Okada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão local</li> <li>• Formação e prática</li> <li>• Forte liderança na questão ambiental</li> <li>• Pertencimento ao local</li> <li>• Resgate cultural da “cidade das flores”</li> </ul>
Goiana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente saudável e desenvolvimento local</li> <li>• Geração de renda para as mulheres marisqueiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio do governo estadual</li> <li>• Empoderamento de mulheres</li> <li>• Liderança em desenvolvimento local</li> </ul>
Jurema	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de jovens Bandeira da Paz</li> <li>• Trabalho com idosos na área rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipes locais comprometidas</li> <li>• Fortalecimento da cidadania e da cultura local</li> <li>• Pertencimento ao local</li> </ul>
Limoeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto “Educando e alimentando para melhoria da qualidade de vida município saudáveis”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio da gestão local</li> <li>• Forte integração ao PSE</li> <li>• Intersetorialidade na gestão local</li> <li>• Liderança na questão ambiental e alimentação saudável</li> <li>• Pertencimento ao local</li> </ul>
Maraial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Culinária com base na banana produzida localmente</li> <li>• Grupo de artesãs bordadeiras</li> <li>• Grupo de idosos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura local em destaque</li> <li>• Desenvolvimento local</li> </ul>

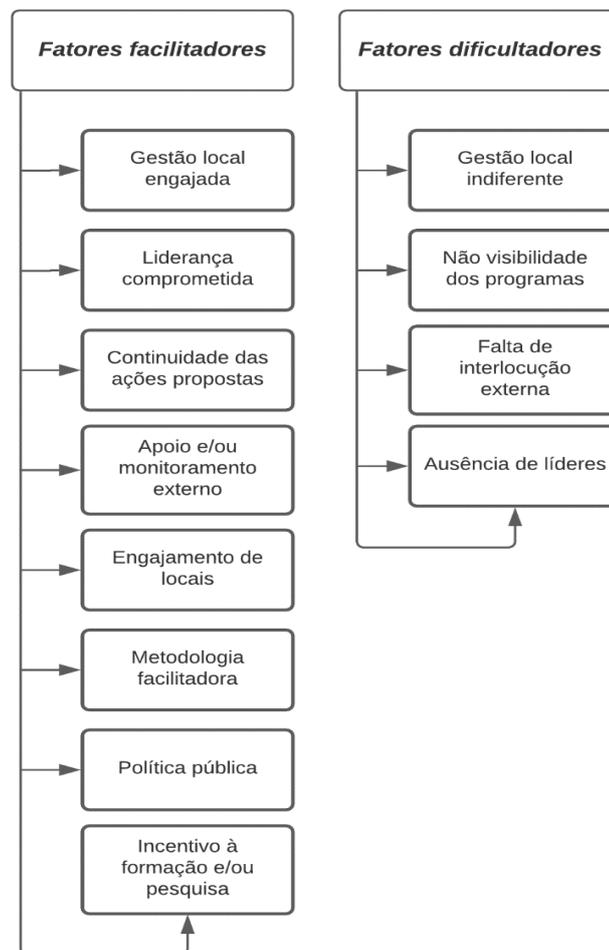
Olinda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade física na praça; Grupo de idosos; Grupos de artesãos; Preservação do patrimônio histórico e cultural; Teatro comunitário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de políticas</li> <li>• Foco na cultura local</li> <li>• Gestão local distanciada da RPMS</li> </ul>
Palmares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de artesãos</li> <li>• Grupo de idosos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas isoladas</li> <li>• Gestão distante</li> <li>• Município desestruturado por acidente climático</li> </ul>

**Fonte:** Freire et al. (2016).

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2021.

Além da listagem dos municípios integrantes da RPMS, Freire et al. (2016) elencou os fatores que facilitam e que dificultam a efetividade e a sustentabilidade das iniciativas (**Figura 04**) e reforça que o engajamento dos gestores locais e a existência de lideranças comprometidas juntamente com o apoio externo, como as universidades, governo estadual, são os fatores mais importantes para a manutenção das atividades.

**Figura 04:** Fatores facilitadores e dificultadores para efetividade e sustentabilidade das iniciativas da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis



**Fonte:** Freire et al. (2016).

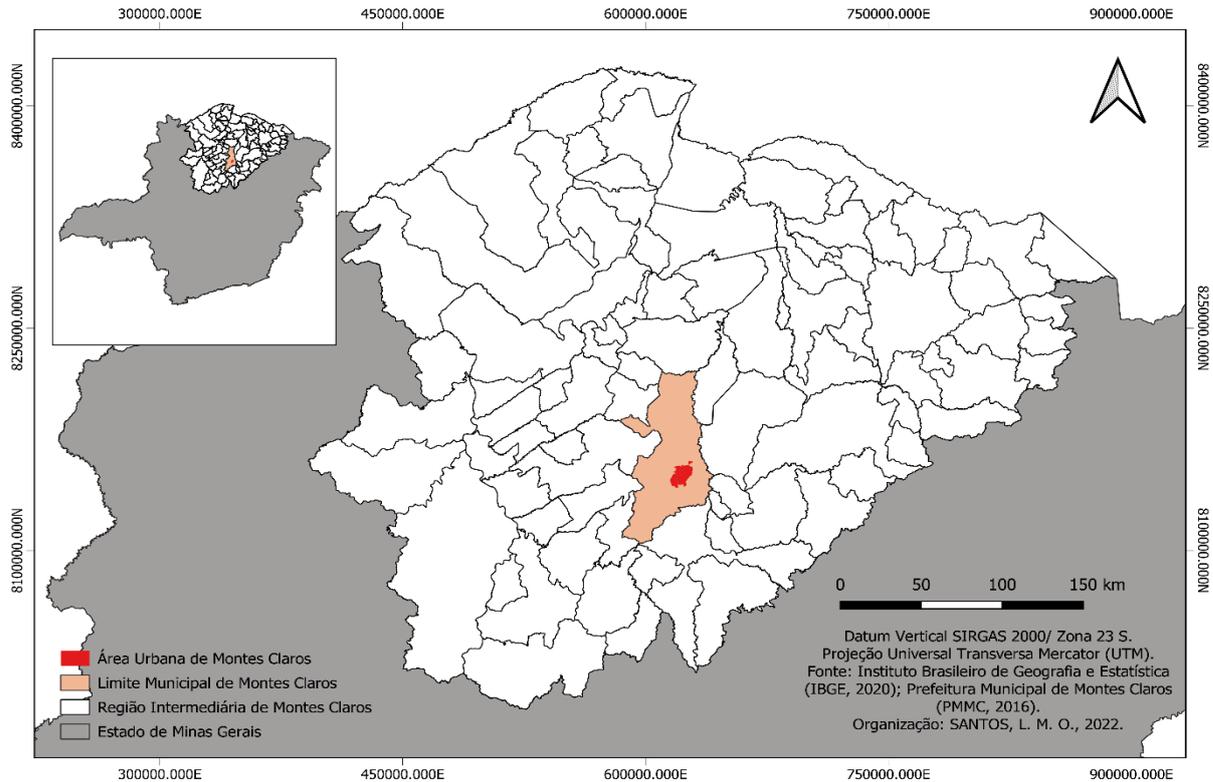
**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2021.

Esses fatores facilitadores elaborados pela Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis convergem com a proposta da Agenda 2030 da ONU que estabelece diretrizes para o planejamento de políticas públicas e reforça a participação dos diversos setores governamentais e da sociedade civil para o alcance de cidades mais sustentáveis, com baixos níveis de pobreza, inclusão social, crescimento econômico e proteção ao meio ambiente.

Para que as iniciativas de cidades saudáveis deem bons resultados é necessário o envolvimento dos diversos atores sociais, a população, a gestão local, a universidade, bem como o constante monitoramento das atividades para que sejam identificadas as ações que precisam avançar e a verificação do progresso alcançado com as medidas implantadas. A população mundial tende a se tornar cada vez mais urbana e, nessa perspectiva, é necessário que os municípios se organizem a fim de possibilitar que a população urbana viva com qualidade e da mesma forma sejam preservados os recursos naturais, que seja garantida a sustentabilidade das cidades e os problemas ambientais reduzidos.

## 2.2 Processo histórico de Montes Claros

Montes Claros localiza-se entre as coordenadas 16°43'41" de latitude sul e 43°51'54" de longitude oeste. O município situa-se na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (**Mapa 01**), abrange uma área territorial de 3.589, 811 km<sup>2</sup> e possui uma população estimada em 417.478 habitantes, sendo a densidade demográfica de 101, 41 hab/km<sup>2</sup> em 2010 e a densidade demográfica estimada de 116, 29 hab/km<sup>2</sup> no ano 2021 (IBGE, 2010; 2017; 2021).

**Mapa 01:** Região Intermediária de Montes Claros/MG

**Fonte:** IBGE, 2020; PMMC, 2016.

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

O início do povoamento do município deu-se na primeira década do século XVIII a partir da Fazenda Montes Claros, propriedade do capitão Antônio Gonçalves Figueira, sertanista que guerreou contra os índios do sertão do São Francisco. Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, durante a campanha de combate aos indígenas, conheceram a região do vale do Rio São Francisco e, com a expansão da pecuária nessa localidade, resolveram se fixar ali. Matias Cardoso estabeleceu moradia às margens do Rio São Francisco, e, na condição de fazendeiro, fundou vários povoados. Já Antônio Gonçalves Figueira ficou no vale do Rio Verde Grande, a partir de um alvará, obteve em 1707 uma sesmaria e instituiu a Fazenda de Montes Claros (IPAC, 1985; ACI, 2008).

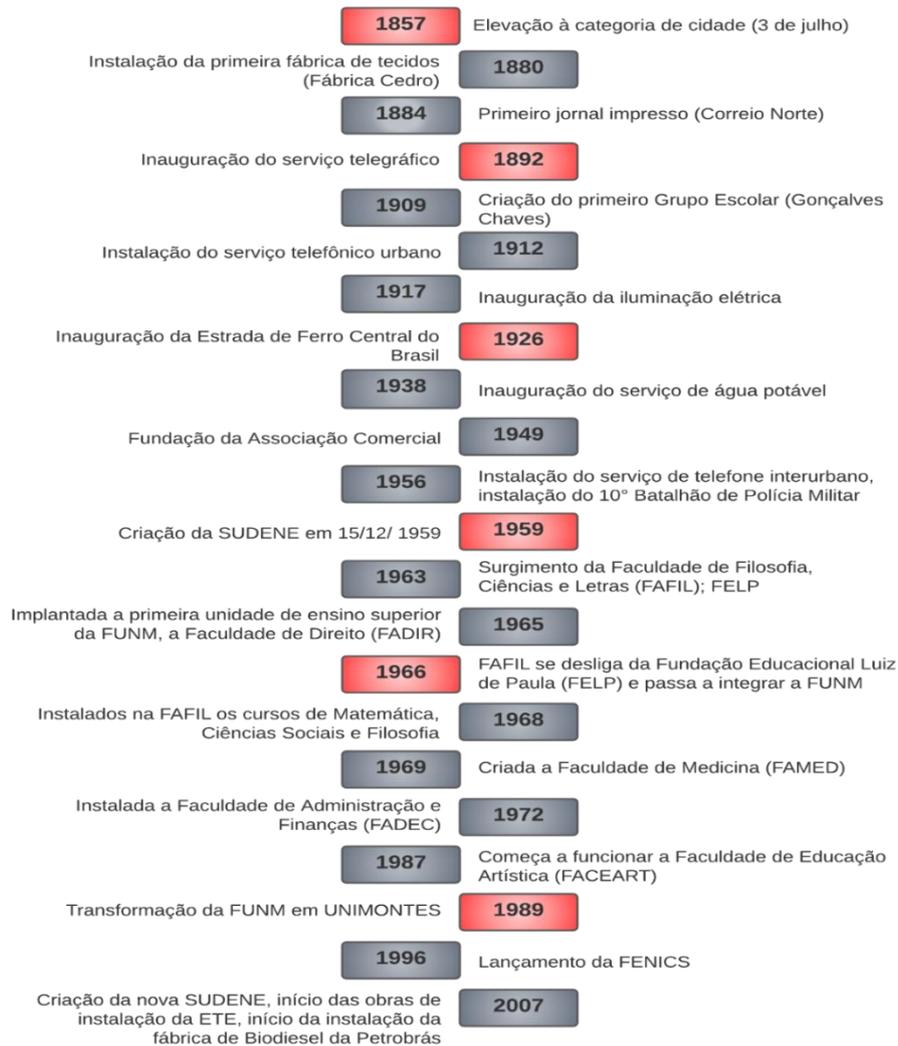
Em meados do século XVII, Antônio Gonçalves Figueira retornou para o litoral paulista e a fazenda de Montes Claros ficou abandonada, até que um de seus filhos, André Gonçalves Figueira vendeu a fazenda para o sertanejo José Lopes de Carvalho que mudou a sede para uma área próxima ao Rio Vieira, afluente do rio Verde Grande, e, a fim de obter a autorização para construir uma capela em frente à sede de sua fazenda, doou terras à Igreja. Nessas terras doadas surgiu o povoado que mais tarde originou a cidade de Montes Claros. Em 13 de outubro de 1831, uma lei regencial criou o município de Montes Claros das Formigas, transformado em

vila e, posteriormente, em 3 de julho de 1857, por meio de uma lei provincial, a vila foi elevada à cidade (ACI, 2008).

A expansão da agropecuária foi fundamental no processo de povoação e formação de Montes Claros. A população estava concentrada no campo, bem como a produção e o poder. A partir da abertura de estradas, o comércio de gado se ampliou, a fazenda deu origem ao Arraial de Formigas, depois Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, Vila de Montes Claros de Formigas e, por fim, cidade de Montes Claros (IPAC, 1985).

No período compreendido entre os séculos XVII ao início do século XX, Montes Claros foi considerada uma cidade agrária. Com o progresso da região, surgiram escolas, foram instaladas as primeiras indústrias, constituiu-se a Santa Casa de Misericórdia, chegaram os primeiros médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos e os mestres. Salienta-se que boa parte desses profissionais nasceram e cresceram na região, saíram para estudar fora e retornaram para a sua terra natal (ACI, 2008; GOMES, 2007).

Em meio a tantos acontecimentos que marcam a trajetória da formação de Montes Claros (**Figura 05**), em setembro de 1926 foi inaugurada a Estrada de Ferro Central do Brasil que favoreceu o comércio e a comunicação, destacou a posição do município como importante centro urbano e comercial e possibilitou a ligação entre o norte e o sul do país. Essa foi a primeira via que unia, por terra, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo com o interior de Minas Gerais e Bahia (CANAN, 2014).

**Figura 05:** Eventos que marcaram a história de Montes Claros-MG

**Fonte:** ACI, 2008.

**Org.:** SANTOS, L. M. O., (2022).

A implantação da ferrovia em Montes Claros pode ser considerada como elemento impulsionador do processo de urbanização e de modernização da cidade. Além disso, as conexões proporcionadas por ela entre outras regiões e os benefícios econômicos obtidos, sobretudo em função do transporte de cargas e passageiros, contribuíram para a mobilidade, emancipação política e administrativa do município. Entretanto, junto com a vitalidade urbana, o progresso também resultou em segregação socioespacial, visto que, o eixo de conexão Norte/Sul promoveu também a fragmentação da cidade em duas porções com características sociais, culturais e econômicas distintas (ALMEIDA; COSTA, 2021).

Em 1936, iniciou-se a construção do ramal ferroviário de Montes Claros para Monte Azul, viabilizando a ligação ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Leste

Brasileira, unindo o Nordeste brasileiro com a região Sudeste. Décadas depois, com a priorização do governo brasileiro em desenvolver o transporte rodoviário, Montes Claros novamente foi beneficiada com a consolidação de sua malha rodoviária (ACI, 2008).

A cidade teve seu crescimento impulsionado por fatores políticos, econômicos e demográficos. Dentre esses fatores, além da abertura da estrada de ferro em 1926, que ocasionou mudanças significativas na estruturação do espaço da cidade e na sociedade montesclareense, devem ser mencionados os incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que foram preponderantes para o estabelecimento de indústrias em Montes Claros (CANAN, 2014; FRANÇA, 2007).

A criação da SUDENE pode ser entendida como um marco do desenvolvimento do Norte de Minas, com impacto principalmente na estrutura de produção e, conseqüentemente, na sua dinâmica econômica. Na década de 1970 houve uma efetiva participação da SUDENE para o desenvolvimento do Norte de Minas, quando vários projetos de implantação de indústrias se concretizaram, por meio de uma política de incentivos fiscais no âmbito governamental. Nesse sentido, a SUDENE contribuiu para acelerar o processo de desenvolvimento da região, intensificando as relações do Norte de Minas com o Centro-Sul, através da integração de sua economia com aquela região. Montes Claros foi uma das grandes privilegiadas com esta realidade. As condições que a cidade possuía àquela época possibilitaram a essa obter progressos com a atividade industrial, gerando crescimento econômico que se refletiu na atividade comercial local (SANTOS; SOUTO, 2014)

Assim, em 1970 ocorreu o intenso período de instalação de variados segmentos empresariais e industriais na cidade, fato que contribuiu para o processo de urbanização, posto que nesse período ocorreu uma intensa migração das populações rurais e de cidades circunvizinhas para Montes Claros. A maioria dos migrantes possuía baixo nível de instrução e de poder aquisitivo e, na busca por moradia, ocupou áreas periféricas, contribuindo para o crescimento da malha urbana. Também foi no final dessa década que a cidade passou a integrar o Programa Cidades de Porte Médio, ação ligada à política pública definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Ao abordar a expansão de Montes de Claros deve-se destacar que a infraestrutura e o saneamento não acompanharam as novas ocupações, notadamente das localidades afastadas da área central da cidade. O crescimento de Montes Claros trouxe consigo problemas e o poder público municipal não conseguiu suprir todas as áreas do perímetro urbano com esses serviços básicos (BRITO et al., 2009).

Magalhães e Carvalho (2008) ao discutirem a expansão urbana de Monte Claros refletem que a ocorrência de doenças de veiculação hídrica na cidade tem ligação direta com esse processo e com a falta de políticas públicas específicas para as áreas em expansão, principalmente em relação à infraestrutura de saneamento básico, posto que há regiões na cidade que ainda não contam com rede de esgoto e abastecimento de água.

No que se refere ao perfil econômico do município, Montes Claros apresenta uma das maiores economias em Minas Gerais representando, em 2019, o 10º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual com um valor de R\$ 9,71 bilhões de reais. Considerando o PIB por setores econômicos, no ano de 2019, destaca-se a participação do setor de serviços com 6,8 bilhões de reais, enquanto os setores industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 1,8 bilhões de reais e 0,11 bilhões de reais do PIB municipal (IBGE, 2019).

Montes Claros é um polo atrativo para a população local e regional. Quanto maior é a capacidade de oferta de bens e serviços de uma cidade, maior é a sua centralidade. Nessa perspectiva, a relevância de Montes Claros, no Norte de Minas, liga-se a diversos fatores, tais como a estrutura e a diversidade de bens, comércios e prestação de serviços existentes, dinamismo industrial, aspectos que a tornam uma cidade média, o que é comprovado pelos estudos de Pereira (2007), Leite (2006) e França (2007, 2014).

Ao analisar a formação de Montes Claros percebe-se que, conforme a cidade foi crescendo, diversas potencialidades foram construídas, como a implantação do distrito industrial, o fortalecimento do setor comercial, atividades que impulsionaram a economia municipal que nos seus primórdios era composta principalmente pelo setor agropecuário. Entretanto, ao passo que a cidade se desenvolve surgem problemas como a favelização, ausência ou ineficiência de serviços urbanos essenciais, déficit habitacional, trânsito, violência e demais problemáticas relacionadas ao acelerado processo de urbanização e que serão abordadas no próximo item.

### 2.3 Montes Claros na atualidade: potencialidades e problemáticas

Na trajetória histórica de Montes Claros foram erigidas algumas potencialidades que reforçam o seu protagonismo no Norte de Minas Gerais bem como problemáticas advindas do crescimento e que devem ser objeto de ações, políticas e programas idealizados e executados pela gestão municipal.

Como potencialidades de Montes Claros podem ser citados o dinamismo nos setores industrial, comercial, educação, saúde e a importância das festas tradicionais e eventos que integram a cultura local, atraem pessoas de outras cidades e dinamizam a economia em Montes Claros.

A partir da diversificação econômica, desenvolvimento tecnológico e da inserção de novos padrões de consumo ao cotidiano da sociedade montes-clarense (shoppings, supermercados), novas centralidades surgiram em Montes Claros conformando subcentros, novos núcleos de atividades comerciais, administrativas, de serviços e institucionais (socioeducacionais) (GOMES, 2007).

A evolução do segmento educacional é uma das características marcantes de Montes Claros. A cidade sedia três instituições públicas de ensino superior, a Universidade Estadual de Montes Claros, a Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais que disponibilizam cursos de graduação em diferentes áreas, possuem programas de pós-graduação lato senso e stricto senso que têm contribuído para a melhoria da qualificação profissional na cidade e na região, posto que estudantes de cidades vizinhas e de outros estados vêm estudar aqui e, conseqüentemente, aumentam a demanda pelo fornecimento de bens e serviços.

Além das instituições públicas<sup>3</sup>, há também faculdades privadas que incrementam o setor educacional em Montes Claros, principalmente por disponibilizarem programas de financiamento que facilitam o ingresso dos acadêmicos nos cursos, como o Centro Universitário Funorte (UNIFUNORTE), Faculdades Santo Agostinho (FASA) e o Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) (**Tabela 01**).

---

<sup>3</sup>Salienta-se que a cidade conta também com uma diversidade de escolas de ensino médio, fundamental e profissionalizantes. Em Montes Claros há 96 escolas públicas: 49 escolas estaduais na área urbana, 2 escolas estaduais na zona rural, 1 instituto federal na área urbana, 28 escolas municipais na área urbana, 16 escolas municipais na zona rural e 39 escolas privadas na zona urbana, considerando as modalidades de ensino à distância e presencial. (BRASIL, 2021).

**Tabela 01:** Instituições de ensino superior em Montes Claros-MG

<b>IES</b>	<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Categoria Administrativa</b>
UNIFIPMoc	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos
UNIFUNORTE	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos
FCO	Faculdade	Privada com fins lucrativos
FASI	Faculdade	Privada com fins lucrativos
PROMINAS	Faculdade	Privada com fins lucrativos
FASA	Faculdade	Privada com fins lucrativos
IFNMG	Instituto Federal	Pública Federal
UFMG	Universidade	Pública Federal
UNIMONTES	Universidade	Pública Estadual
ICS	Faculdade	Privada sem fins lucrativos
ISEIB	Faculdade	Privada com fins lucrativos
ÚNICA	Faculdade	Privada com fins lucrativos
FAP	Faculdade	Privada com fins lucrativos

**Fonte:** BRASIL-INEP (2020; 2021).

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

O setor industrial, que se consolidou com os incentivos da SUDENE, até hoje movimentava a economia na cidade e gera empregos. Dentre os empreendimentos industriais que se estabeleceram em Montes Claros, os principais são a Alpargatas, Coteminas, Lafarge, Nestlé, Novo Nordisk, Petrobrás – usina de Biodiesel e Vallée que atuam nos segmentos de alimentos, construção civil, têxtil, farmacêutico, dentre outros. Até 2016, 4,6% dos empregos gerados em Montes Claros, cerca de 4175 empregos de um total de 90797 empregos, estavam associados ao setor industrial. Já em 2019, de acordo com o levantamento do IBGE, o valor do setor industrial na economia de Montes Claros era de aproximadamente 1,8 bilhões de reais do PIB total, 9,71 bilhões de reais (BRANDÃO; SILVA, 2016; FIEMG, 2016; IBGE, 2019)

Na área da saúde, Montes Claros presta atendimento a pacientes de diversas cidades vizinhas além da população local. A cidade comporta diversos hospitais de referência que recebem pacientes de toda região Norte de Minas, com atendimentos de baixa, média e alta complexidades como a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Aroldo Tourinho e o Hospital Universitário Clemente de Faria. Há 750 estabelecimentos sob gestão municipal, 13 estabelecimentos com gestão estadual e 3 com dupla gestão totalizando 766 estabelecimentos disponíveis para atender a população (SEMS, 2021).

Montes Claros - MG oferece uma diversificada infraestrutura de serviços de saúde que beneficia uma grande quantidade de pessoas de outros municípios que, por meio de ambulâncias, micro-ônibus de Consórcios Intermunicipais de Saúde, dentre outras modalidades, vêm para a cidade realizar consultas e tratamentos. No entorno dos principais hospitais há também outras unidades complementares como clínicas especializadas,

consultórios médicos e odontológicos, laboratórios e unidades de fisioterapia para atender esse público. Além dos serviços supracitados, outras comodidades são encontradas nessas áreas para atender, principalmente, a população residente em outras cidades, como as lanchonetes e restaurantes, pensões e drogarias, estabelecimentos que favorecem a economia da cidade (FRANÇA, 2014).

No âmbito dos eventos artísticos e culturais que movimentam a economia local e reafirmam a identidade do povo montes-clarense, podem ser destacadas as Festas de Agosto, Festa Nacional do Pequi, a Exposição Agropecuária (Expomontes) e o Salão Nacional de Poesia (Psiu Poético), festividades que atraem pessoas de diversas cidades da região. As Festas de Agosto consistem em comemorações do catolicismo popular com apresentação de grupos de catopês, marujos, caboclinhos, além de shows com bandas locais. A Festa Nacional do Pequi é um festival de música com um concurso de arroz com pequi e encontro de violeiros. A Expomontes, organizada pela Sociedade Rural de Montes Claros, é a principal exposição agropecuária da região, com shows e mostras culturais que acontecem no Parque João Alencar Athayde. Já o Psiu Poético é um evento cultural e literário que reúne poetas de diversas regiões do Brasil (FRANÇA, 2012; SOUZA, 2020).

Montes Claros apresenta um protagonismo no Norte de Minas por concentrar serviços que favorecem outras cidades na região, além da população local. Ademais sedia diversos eventos culturais que reforçam a identidade montes-clarense e contribuem com a economia da cidade.

Em relação às problemáticas na cidade, podem ser elencados os problemas associados ao aumento no número de veículos em circulação nas ruas, a conseqüente ampliação no número de estacionamentos privados e a demolição de edificações históricas para a construção desses empreendimentos, o crescimento de favelas, principalmente no entorno do distrito industrial e o aumento no número de condomínios horizontais e loteamentos fechados que são expressão de segregação urbana (BATISTA et al., 2019) e contribuem com a especulação imobiliária (FRANÇA et al., 2014), a violência associada ao tráfico de drogas, dentre outros problemas.

O processo de expansão territorial e progresso identificados em Montes Claros, principalmente, a partir da década de 1970, possibilitaram que essa se configurasse numa das maiores e mais importantes cidades do Norte de Minas, um polo concentrador de bens, serviços, recursos e fluxos dessa região. No entanto, com o avanço da malha urbana, os problemas também se ampliaram. O rápido crescimento demográfico aumentou a demanda por moradias e a necessidade de infraestrutura urbana, exigências que não foram acompanhadas por um

planejamento urbano, culminando na distribuição desigual dos investimentos públicos e na intensificação dos problemas urbanos.

O déficit habitacional é uma característica marcante das cidades brasileiras. Nesse sentido, programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida são uma alternativa que os governos utilizam para financiar conjuntos habitacionais e fornecer moradias para famílias em situação de vulnerabilidade social. Em Montes Claros esses conjuntos habitacionais se localizam em bairros bastante afastados da região central e, por mais que a função desses seja a inclusão social de famílias de baixa renda (zero a três salários mínimos) e a mitigação do problema habitacional na cidade, o isolamento territorial contribui para a desigualdade de acesso dessa população aos recursos urbanos (CARDOSO; RIBEIRO, 2016).

Entre 2011 e 2018, onze conjuntos habitacionais foram construídos em Montes Claros pelo Programa Minha Casa Minha Vida (**Tabela 02**), todos em áreas marcadas pela ausência de equipamentos públicos para o atendimento da população, pelo baixo valor do solo e precária infraestrutura urbana, o que impossibilita a essas famílias o pleno acesso à moradia digna, concepção que está além de um teto para abrigá-las, mas um teto com serviços e equipamentos públicos no seu entorno para garantir à comunidade o acesso à saúde, educação, lazer e segurança (INSTITUTO CIDADANIA, 2000; PEREIRA; GONÇALVES PEREIRA, 2019).

**Tabela 02:** Conjuntos habitacionais do PMCMV em Montes Claros – 2011 a 2018

Conjunto Habitacional	Nº de Casas	Bairro	Construtora	Ano
Nova Suíça	496	Independência	Construtora Em Casa	2011
Santos Dumont	241	Independência	Momento Engenharia	2012
Residencial Vitória	499	Cidade Industrial	Momento Engenharia	2013
Recanto das Águas	500	Village do Lago II	Construtora Em Casa	2013
Monte São I	499	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2013
Monte São II	300	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2013
Minas Gerais	499	Village do Lago II	Celta Engenharia	2014
Montes Claros	499	São Geraldo II	Celta Engenharia	2014
Vitória II	660	Cidade Industrial	Momento Engenharia	2015
Rio do Cedro	266	Castelo Branco	Momento Engenharia	2015
Monte São IV	393	Village do Lago II	Realiza Engenharia	2018

**Fonte:** Adaptado de PEREIRA; GONÇALVES PEREIRA, 2019.

França e Barbosa (2019) reforçam que, a construção de novas habitações para a população é uma medida importante para o município, entretanto a ausência de planejamento e de infraestrutura nas áreas em que foram construídos esses empreendimentos são fatores negativos. Concentra-se muitos conjuntos habitacionais em uma mesma zona da cidade (zona norte) e não é disponibilizada a infraestrutura necessária para atender essas famílias.

Em Montes Claros há desigualdade social, de renda, de acesso a equipamentos públicos áreas verdes, uma realidade que é evidenciada pela expansão urbana, pela construção de conjuntos habitacionais em áreas afastadas da zona central da cidade e da urbanidade, locais que carecem de infraestrutura urbana e do acesso serviços básicos (FRANÇA, 2020).

Considerando que nesses residenciais há a aglomeração de pessoas de diversos contextos sociais, outra questão que deve ser elencada consiste na insegurança social que predomina nessas localidades. A população nessas áreas lida constantemente com graves problemas de segurança pública advindos, principalmente, de conflitos pelo domínio da criminalidade local, ligados ao tráfico de drogas que é outro problema crescente na cidade (CARDOSO; RIBEIRO, 2016).

O avanço da criminalidade em Montes Claros tem sua origem na transição demográfica da década de 1970, período em que o crescimento industrial e econômico vivenciados pela cidade atraiu migrantes que contribuíram com a mudança na dinâmica espacial urbana. Assim, é importante frisar que, o despreparo da cidade no que tange à infraestrutura, e a busca pelo modo de vida urbano como um requisito para o sucesso individual e o bem-estar familiar produziram um crescimento demográfico significativo. Em consequência disso, a cidade sofreu uma ocupação irregular que favoreceu a formação de favelas, bem como a precarização das condições de vida que acentuaram as situações de conflitos sociais e disputas interpessoais (GOMES, 2016).

Observando a dinâmica criminal em Montes Claros, percebe-se que os crimes violentos, em especial os roubos, ocorrem em locais próximos à região central da cidade. Entre 2010 e 2014, mais de 12% dos casos ocorreram no Centro, seguidos do Todos os Santos (3,4%), São José (3,3%), São João (3,2%), Maracanã (2,6%), Edgar Pereira e Major Prates (2,4%). Ainda de acordo com o autor citado,

Evidencia-se, em outra perspectiva, um estreitamento entre espaços constituídos por favelas e a concentração espacial das mortes violentas. O destaque fica com os bairros Conferência Cristo Rei e São João com 6,3% das mortes cada, quando observados os registros de 2010 a 2014. A pequena extensão territorial do bairro Conferência Cristo Rei e o elevado percentual de mortes transformam este lugar no espaço mais violento da cidade quando o assunto é homicídio. Além desses bairros, Independência com 4,4%, Village do Lago II com 3,3% e Morrinhos com 3,0% dos registros, representam áreas violentas, marcadas por disputas interpessoais, que têm o homicídio como resultado (GOMES, 2016, p. 204).

A partir da análise de dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais– Sejusp (2022) verificou-se que, no período de 2018 a 2021, houve uma queda na ocorrência de homicídios e no número de roubos consumados em Montes Claros. Em 2018 ocorreram 1948 roubos e 29 homicídios, em 2021 esse número caiu

para 319 e 16 registros, respectivamente, o que pode ser explicado pela pouca circulação de pessoas nas ruas em razão das medidas de isolamento social para a redução do contágio por Covid-19.

Em áreas de exclusão, como as favelas, são identificados diversos problemas sociais e ambientais considerando a carência de infraestrutura urbana e de serviços básicos que tem uma ligação direta com a baixa qualidade de vida da população nessas áreas. Outro fator que deve ser considerado é o baixo nível de instrução da maioria das pessoas que residem nesses locais, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, reduz a renda familiar, elementos que geram violência urbana, posto que, para suprir suas necessidades básicas e manter a sua família, há pessoas que praticam crimes e contravenções (VELOSO; LEITE, 2007).

De acordo com o levantamento realizado por Leite (2012), Montes Claros possui vinte e uma favelas e a zona norte da cidade é a área que concentra boa parte delas, precisamente oito. Esse fenômeno se relaciona, dentre outros fatores, com a presença do distrito industrial nessa porção da cidade, a chegada das primeiras indústrias foi acompanhada pela ocupação ilegal no entorno dessas.

A vulnerabilidade econômica e social é uma das principais questões vigentes nos aglomerados subnormais<sup>4</sup> e, nessa perspectiva, a população dessas áreas fica à margem de direitos básicos como segurança, saúde, educação e ausência de políticas públicas específicas, o que torna esses espaços ainda mais propensos ao domínio do tráfico e, conseqüentemente, ao aliciamento de jovens que veem nessa atividade uma fonte de renda.

Na cidade de Montes Claros, a dinâmica de urbanização por expansão de periferias gerou um ambiente urbano segregado, com prejuízos à qualidade de vida dos seus habitantes, dando-se a partir da ocupação de espaços impróprios para habitação. A ocupação desses espaços ocorreu, principalmente, a partir da habitação precária e em regiões carentes de serviços urbanos (LEITE; BRITO, 2011).

A segregação socioespacial em Montes Claros-MG também é identificada a partir da expansão de condomínios fechados. Se por um lado, esses condomínios aumentam a sensação de segurança para seus moradores, por outro, criam contradições que dificultam a sociabilidade na cidade. Os muros marcam a ruptura com a cidade, restringem os encontros, e

---

<sup>4</sup> Termo utilizado pelo IBGE (2011) para designar um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) caracterizadas em geral por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição de ocupação. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

consequentemente, as relações sociais, uma vez que aqueles que integram outros grupos somente entram nestes espaços a trabalho, afirmando a complexidade das relações materializadas no espaço e na paisagem urbana. (BATISTA et al., 2019; GOMES, 2016).

Os espaços residenciais fechados consistem numa representação da segregação socioespacial, normalmente embasada na ideia de segurança e no medo de grupos sociais diferentes, principalmente, os mais pobres. Essa segregação é intrínseca à urbanização capitalista e pode ser percebida na paisagem urbana através das diferentes formas de moradia (BASTISTA et al., 2019; RAPOSO, 2008).

França (2014) enfatiza que, o aumento dos condomínios horizontais fechados e dos loteamentos fechados em Montes Claros é um fenômeno que apresentou um crescimento significativo após a década de 1990. As empresas imobiliárias selecionam áreas às quais atribuem capital, promovendo assim, o uso privado do solo urbano em detrimento da sua função social. Nesse contexto, na zona sul de Montes Claros há mais investimentos financeiros das construtoras, enquanto nas zonas leste e norte os investimentos e as ocupações são bastante diferenciadas, uma vez que se destinam a classes de baixo poder aquisitivo.

Por meio de estratégias de venda, o setor imobiliário disponibiliza moradias de diversos padrões de acordo com a localização do empreendimento e com o tipo de acabamento utilizado. Assim, há residências e condomínios de alto, médio e baixo padrão construtivo e além da moradia, os agentes imobiliários vendem a ideia de habitar, viver e apropriar-se da cidade. Nesse sentido, em 2021 Montes Claros concentrava 42 espaços residenciais fechados, distribuídos em praticamente todas as regiões de planejamento, com exceção das regiões Centro, São José e Distrito Industrial (REIS, 2021).

A formação de áreas residenciais segregadas em Montes Claros, tal qual em outras cidades, é oriunda da sobreposição do valor de troca ao valor de uso, o que evidencia a cidade como mercadoria, um espaço marcado pela desigualdade de acesso à moradia, ao lazer, educação, entre outros. Os condomínios fechados presentes na paisagem urbana de Montes Claros são áreas de exclusividade social, dessa maneira tornam-se objetos de desejo e padrão de moradia, considerando que representam prestígio social (BATISTA et al., 2019).

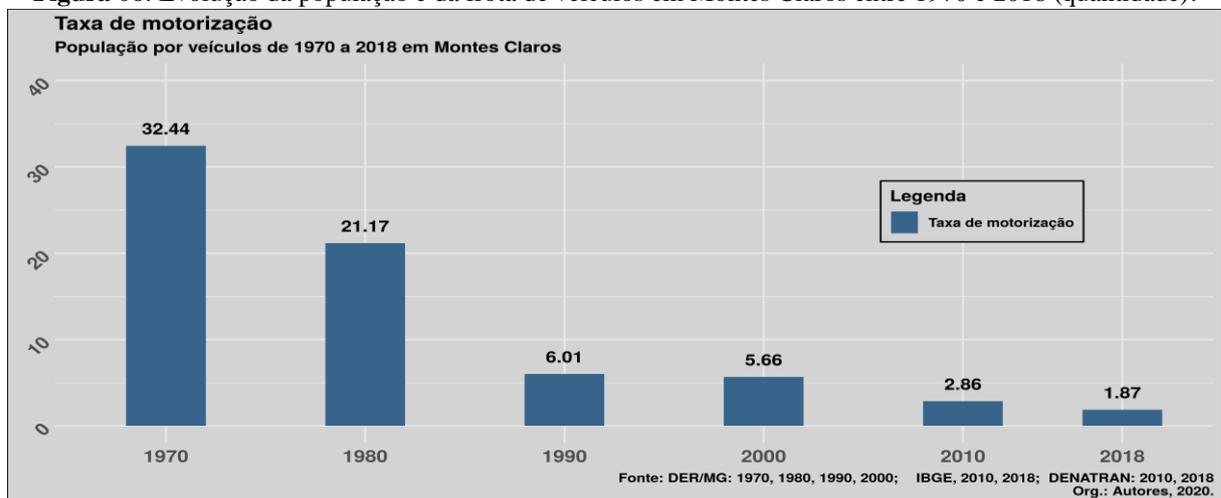
Os condomínios alteram a responsabilidade da segurança, essa passa a ser privada ao invés de estatal, modificam a propriedade da terra, pois os indivíduos além de serem proprietários do terreno onde está localizada a sua casa, também se apropriam da terra coletiva na área dos imóveis, se apoderam das ruas em benefício de uma minoria.

No âmbito dos problemas urbanos identificados em Montes Claros, as questões relacionadas ao trânsito também devem ser consideradas. Com o aumento populacional e a

criação de políticas de incentivo à compra e venda de automóveis, o acesso da população montes-clarenses aos veículos motorizados também cresceu. Como consequência desse aumento de veículos automotores particulares em vias públicas ocorrem os congestionamentos, atrasos e os acidentes de trânsito, principalmente na área central da cidade, onde as atividades comerciais são mais intensas e atraem um fluxo maior de pessoas e automóveis.

Ao comparar a taxa de motorização (população/ quantidade de veículos) em Montes Claros entre os anos 1970 e 2018, é possível apreender que, em 1970 para um grupo de aproximadamente 32 pessoas, havia um veículo, enquanto em 2018 o grupo passou a ser de aproximadamente duas pessoas (**Figura 06**) (SANTOS et al., 2021)

**Figura 06:** Evolução da população e da frota de veículos em Montes Claros entre 1970 e 2018 (quantidade).



Fonte: SANTOS et al., 2021.

O aumento no número de veículos em circulação demanda mais locais para estacionamento, principalmente no centro da cidade, o que tem ocasionado o crescimento de áreas com essa finalidade, fora das vias públicas. Nessa perspectiva, há uma mudança significativa no uso e ocupação do solo na área central associada ao surgimento de estacionamentos que, em algumas situações, foram construídos a partir da demolição de edificações antigas que integravam o patrimônio histórico local (LEITE et al., 2018).

Montes Claros apresenta potencialidades que lhe conferem destaque no estado de Minas Gerais, como um distrito industrial que reúne indústrias de diversos segmentos, centraliza serviços nas áreas de saúde e educação que atendem não só a população local, mas também pessoas de outras cidades vizinhas e por meio das festas tradicionais valoriza sua cultura e seus costumes. Todavia, possui graves problemas que têm associação com o fato de a cidade ter se expandido sem que a infraestrutura urbana acompanhasse esse processo. Há uma distribuição

desigual dos equipamentos públicos, dos serviços essenciais e, populações de baixo poder aquisitivo que residem em áreas mais afastadas do centro da cidade ficam isoladas. Assim, para terem acesso a serviços, seja saúde, educação, emprego, realizam grandes deslocamentos e dependem do transporte público que também não é de qualidade.

Os problemas urbanos devem ser atenuados para que Montes Claros possa oferecer melhor qualidade de vida à sua população, reduzindo as desigualdades no espaço urbano a partir da redistribuição de bens e serviços, a partir da análise da situação atual das regiões de planejamento a fim de destinar políticas públicas de acordo com as necessidades mais urgentes em cada zona da cidade, só assim a cidade pode se tornar mais saudável.

### **CAPÍTULO 3: ÍNDICE CIDADES SAUDÁVEIS E SUA APLICAÇÃO EM MONTES CLAROS-MG**

Neste capítulo traçou-se a metodologia com as etapas para a elaboração do ICS que objetiva ser uma ferramenta de análise do espaço intraurbano de Montes Claros. Após esse processo, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos. Analisar a cidade a partir do ICS é uma forma de identificar em quais áreas e como vive a população, os problemas intraurbanos, possibilitando construir ações e medidas via poder público municipal. Como efeito, as desigualdades poderiam ser reduzidas elevando a qualidade de vida para os cidadãos.

#### **3.1 Metodologia para elaboração do Índice para Cidades Saudáveis**

Em vista da necessidade de preparação dos dados obtidos por diversas fontes e cálculo do índice, lançou-se mão do uso da linguagem R (R Core Team, 2022) para a organização dos dados em formato tabular. A princípio, a menor unidade de análise considerada neste trabalho é o setor censitário, em compatibilidade com os resultados do universo do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido levantamento censitário toma como referência os conceitos de morador e domicílio como critério de seleção dos entrevistados, sendo que o domicílio é a moradia separada (delimitada por paredes e teto) e independente (que se dá por acesso independente de outro domicílio) (IBGE, 2011).

Posteriormente, os dados foram agregados pelas respectivas regiões de planejamento através de interpolação por pesos areais, isto é, uma soma ponderada pela porcentagem de interseção entre as feições das Regiões de Planejamento e dos demais polígonos georreferenciados fontes deste trabalho. Foram considerados neste trabalho apenas os domicílios particulares permanentes, isto é, domicílios de residência de apenas um grupo familiar construído para atender apenas a necessidade de moradia dos moradores (PMMC, 2016).

O Índice para Cidades Saudáveis (ICS) aqui apresentado é um índice sintético que resume os indicadores Infraestrutura Urbana (IU), Espaços Verdes Livres Públicos (EVLP), Nível Socioeconômico (NS), Educação (E) e Saúde (S). Esses indicadores foram calculados a partir das composições obtidas do banco de dados do universo agregados por setores censitários, que, após o tratamento, foram normalizadas conforme a Equação 1, de tal modo que as variáveis

resultantes possuem valor de 0 a 1, sendo que 0 é o menor valor e 1 é o maior valor da distribuição original.

$$x' = (x - \min(x)) / (\max(x) - \min(x)) \quad (1)$$

$x'$  = valor da variável já normalizado

$x$  = valor da variável a ser normalizado

$\min(x)$  = valor mínimo observado da variável

$\max(x)$  = valor máximo observado da variável

O indicador Nível Socioeconômico consiste na média aritmética das variáveis renda per capita e existência de banheiros (Equação 3). A variável renda per capita consiste na razão entre a renda total dos moradores com dez ou mais anos de idade e a quantidade de moradores no setor censitário (Equação 2). Em suma, é a renda domiciliar per capita. A variável existência de banheiros é a quantidade de domicílios particulares permanentes com acesso a serviços de esgotamento sanitário e com banheiros. Para o Censo Demográfico de 2010, banheiros são cômodos no domicílio com sanitário e chuveiro.

$$Rp = \frac{Rt}{Qm} \quad (2)$$

$Rp$  = Renda per capita

$Rt$  = Renda total dos moradores com dez ou mais anos de idade

$Qm$  = Quantidade de moradores no setor censitário

$$NS = \frac{Rp + B}{2} \quad (3)$$

$NS$  = nível socioeconômico

$B$  = banheiros

O indicador Infraestrutura Urbana (IU) é resultado da média aritmética das variáveis: coleta de lixo, coleta de esgoto, abastecimento de água e pavimentação. A coleta de lixo se

refere à proporção de domicílios particulares permanentes na unidade de análise atendidos por serviço adequado de coleta de lixo (Equação 4), isto é, coleta de lixo direta por serviço de limpeza. Por sua vez, a coleta de esgoto (Equação 5) é compreendida como a proporção de domicílios particulares permanentes na unidade de análise atendidos por serviço adequado de coleta de esgoto, isto é, coleta de esgoto por rede geral ou descarte em fossa séptica. Abastecimento de água é a proporção de domicílios particulares permanentes atendidos por serviço adequado de abastecimento de água, ou seja, abastecimento de água por rede geral direta no domicílio (Equação 6). Finalmente, pavimentação diz respeito à proporção de domicílios particulares permanentes em que há asfalto a sua frente (Equação 7). Cabe lembrar que todas estas variáveis foram normalizadas antes do cálculo do indicador.

$$Cl = \frac{Dcl}{Dt} \quad (4)$$

Dcl = domicílios particulares permanentes atendidos com o serviço de coleta de lixo

Dt = total de domicílios particulares permanentes da região de planejamento

Cl = coleta de lixo

$$Ce = \frac{Dce}{Dt} \quad (5)$$

Dce = domicílios particulares permanentes atendidos com o serviço de coleta de esgoto

Dt = total de domicílios particulares permanentes da região de planejamento

Ce = coleta de esgoto

$$Aa = \frac{Daa}{Dt} \quad (6)$$

Daa = domicílios particulares permanentes atendidos com o serviço de abastecimento de água

Dt = total de domicílios particulares permanentes da região de planejamento

Aa= abastecimento de água

$$Pav = \frac{Dpav}{Dt} \quad (7)$$

$D_{pav}$  = domicílios particulares permanentes que possuem asfalto em sua frente

$D_t$  = total de domicílios particulares permanentes da região de planejamento

$P_{pav}$  = pavimentação

A Equação 8 sintetiza o indicador de infraestrutura urbana que consiste na média das variáveis descritas anteriormente.

$$IU = \frac{Cl + Ce + Aa + Pav}{4} \quad (8)$$

Onde IU é infraestrutura urbana.

O indicador Espaços Verdes Livres Públicos (EVLVP) (Equação 9) é constituída apenas da variável áreas verdes, obtida pela soma das áreas de praças e parques em cada região de planejamento. Novamente, esta variável foi agregada às unidades de análise por interpolação por pesos areais e normalizadas posteriormente.

$$EVLVP = Ap + Apq \quad (9)$$

EVLVP = espaços verdes livres públicos

$A_p$  = área de praças na região de planejamento

$A_{pq}$  = área de parques na região de planejamento

Por sua vez, o indicador educação (E) é resultado da média aritmética das variáveis pessoas alfabetizadas e responsáveis alfabetizados, onde a primeira variável é a proporção de pessoas de 5 ou mais anos de idade devidamente alfabetizadas (Equação 10) e a última a proporção de responsáveis pelo domicílio devidamente alfabetizados (Equação 11).

$$Ac = \frac{A}{P} \quad (10)$$

$A_c$  = pessoas alfabetizadas com cinco anos ou mais

$A$  = alfabetizados na região de planejamento

$P$  = pessoas de cinco ou mais anos de idade

$$Pra = \frac{Ra}{Dpp} \quad (11)$$

Pra = Proporção de responsáveis alfabetizados

Ra = responsáveis alfabetizados

Dpp = número de domicílios particulares permanentes da região de planejamento

Assim o indicador educação é calculado pela seguinte equação,

$$E = \frac{Ac + Pra}{2} \quad (12)$$

Finalmente, o indicador saúde (S) (Equação 13) foi constituído pela média aritmética das variáveis consultas na rede primária e estabelecimentos (Unidades de Saúde da Família). A variável consultas na rede primária é a quantidade de consultas por bairro, conforme documento enviado pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros (2021). Esta variável foi agregada à unidade de análise via interpolação por pesos areais, conforme descrita no início desta seção. Por outro lado, a variável estabelecimentos é a quantidade de estabelecimentos de saúde (Unidades de Saúde da Família) por Regiões de Planejamento em Montes Claros. Esta variável é resultado do georreferenciamento dos endereços disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros através de seu Plano Municipal de Saúde (2022-2025).

$$S = \frac{C + E}{2} \quad (13)$$

Onde,

S = indicador saúde

C = número de consultas

E = número de estabelecimento de saúde

Nessa perspectiva, para a obtenção do Índice Cidades Saudáveis (ICS) descrito neste estudo realizou-se a média ponderada de seus cinco indicadores: Nível Socioeconômico (NS),

Infraestrutura Urbana (IU), Espaços Verdes Livres Públicos (EVLP), Educação (E) e Saúde (S), conforme a Equação 14.

$$ICS = \frac{(IU * 0,30) + (NS * 0,25) + (E * 0,25) + (EVLP * 0,10) + (S * 0,10)}{5} \quad (14)$$

Em que,

ICS = Índice Cidades Saudáveis

NS = Nível Socioeconômico

IU = Infraestrutura Urbana

EVLP = Espaços Verdes Livres Públicos

S = Saúde

O **Quadro 03** exhibe as variáveis que integram cada indicador, bem como o peso de cada indicador na composição do Índice Cidades Saudáveis (ICS).

**Quadro 03:** Síntese do Índice Cidades Saudáveis

VARIÁVEIS	FONTE (VARIÁVEIS)	INDICADORES	PESO DO INDICADOR NO ICS
Renda domiciliar per capita	IBGE (2010)	NÍVEL SOCIOECONÔMICO	0,25
Proporção de domicílios com banheiro			
Proporção de domicílios com coleta de lixo	IBGE (2010)	INFRAESTRUTURA URBANA	0,30
Proporção de domicílios com coleta de esgoto ou fossa séptica			
Proporção de domicílios com abastecimento de água pela rede geral			
Proporção de domicílios particulares permanentes com pavimentação			
Área de praças e parques (m <sup>2</sup> )	IBGE (2010)	ESPAÇOS VERDES LIVRES PÚBLICOS	0,10
Proporção de pessoas de 5 ou mais anos de idade devidamente alfabetizadas	IBGE (2010)	EDUCAÇÃO	0,25
Proporção de responsáveis pelo domicílio devidamente alfabetizados			
Quantidade de consultas na rede primária	SEMS (2021)	SAÚDE	0,10
Quantidade de Unidades de Saúde da Família			

Fonte: IBGE, 2010; SEMS, 2021.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

O indicador Infraestrutura Urbana está atrelado às condições de vida da população residente em cada Região de Planejamento. Quatro variáveis o compõe, sendo elas: coleta de lixo, coleta de esgoto, abastecimento de água, pavimentação. Por isso, o peso associado foi de 30%, enquanto os demais (Nível Socioeconômico e Educação) foram de 25% cada. Para a definição dos pesos referentes aos indicadores Infraestrutura Urbana, Nível Socioeconômico e Educação considerou-se ainda os fundamentos do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que adota três dimensões para o desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (PNUD, 2013).

As componentes Saúde<sup>5</sup> e Espaços Verdes Livres Públicos receberam peso de 10% pois, apesar de constarem no índice, estas se referem a um escopo menor desta pesquisa. Ressalta-se que há RPs que fazem pouco uso da rede básica de saúde pública (Todos os Santos, Ibituruna, Centro, Morada do Parque), mas utilizam a rede de saúde suplementar (convênios, particular), o que está associado às condições econômicas da população destas RPs. Assim, adotar um peso maior que 10% para o indicador saúde implica em criar uma falsa impressão de que essa dimensão é baixa nas áreas que concentram população de alto poder aquisitivo. Quanto ao indicador Espaços Verdes Livres Públicos, como há RPs que concentram elevado número de praças e parques, enquanto outras localidades apresentam valor exíguo ou nulo para essa variável (Delfino Magalhães, Santos Reis, Village do Lago, Distrito Industrial, Planalto, Vila Oliveira, Independência; Renascença), considerar peso superior a 10% para o indicador EVLP causaria uma majoração deste nas áreas que concentram parques e praças mais extensas (Ibituruna, Morada do Parque, Major Prates, Santa Rita, Todos os Santos). Numa cidade em que não há equidade na distribuição das facilidades públicas, adotar o mesmo peso (1,0) para os indicadores significa mascarar uma realidade.

A partir dos cálculos descritos pelas equações apresentadas foi possível verificar quais as regiões de planejamento apresentam os melhores indicadores e conseqüentemente os melhores níveis para o Índice Cidades Saudáveis e quais áreas apresentam os piores valores, resultados que serão discutidos a seguir.

---

<sup>5</sup> Na realização dessa pesquisa foram encontradas algumas dificuldades, principalmente em relação aos dados utilizados. Para o cálculo do indicador saúde foram necessárias informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde, como os casos e óbitos por Covid-19 e as consultas realizadas na rede primária. Assim, houve uma demora maior no cálculo desse indicador.

### 3.2 Montes Claros como cidade saudável: análise espacial e desafios

Os estudos de indicadores consistem numa importante ferramenta de orientação e avaliação das políticas públicas ao passo que demonstram espacialmente as áreas da cidade que carecem de serviços e ações voltadas para o desenvolvimento social. Os indicadores servem para identificar as áreas no espaço urbano que apresentam maior vulnerabilidade e monitorar o progresso das cidades (SOUZA, 2016).

Para a construção de cidades saudáveis, é preciso trabalhar a relação entre a saúde, educação, saneamento básico, transporte e lazer, uma estratégia intersetorial que requer políticas públicas integradas. Nesse sentido, o presente estudo visa contribuir com a metodologia de um índice para cidades saudáveis a partir de indicadores urbanos que consideram essas dimensões e a sua aplicação à área urbana de Montes Claros, Minas Gerais, a fim de mensurar quão saudável é tal cidade (ALMEIDA, 1997, apud WESTPHAL, 2000).

Para a análise das condições de vida em Montes Claros-MG foram considerados cinco indicadores calculados a partir de variáveis disponibilizadas nos resultados do Censo Demográfico de 2010 e pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros: Educação, Infraestrutura Urbana, Espaços Verdes Livres Públicos, Nível Socioeconômico e Saúde. Os indicadores utilizados foram selecionados com base na análise de estudos de casos que trabalhavam metodologias ligadas à qualidade de vida no espaço urbano e à busca por Cidades Saudáveis, como os trabalhos de Souza (2016), Morato (2008) e Alves (2016). Além disso foram considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) e a Síntese de Indicadores do IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira para a escolha dos indicadores. Quanto à forma de classificação dos valores, utilizou-se o quartil por agrupar os resultados em quatro classes com número aproximado de observações.

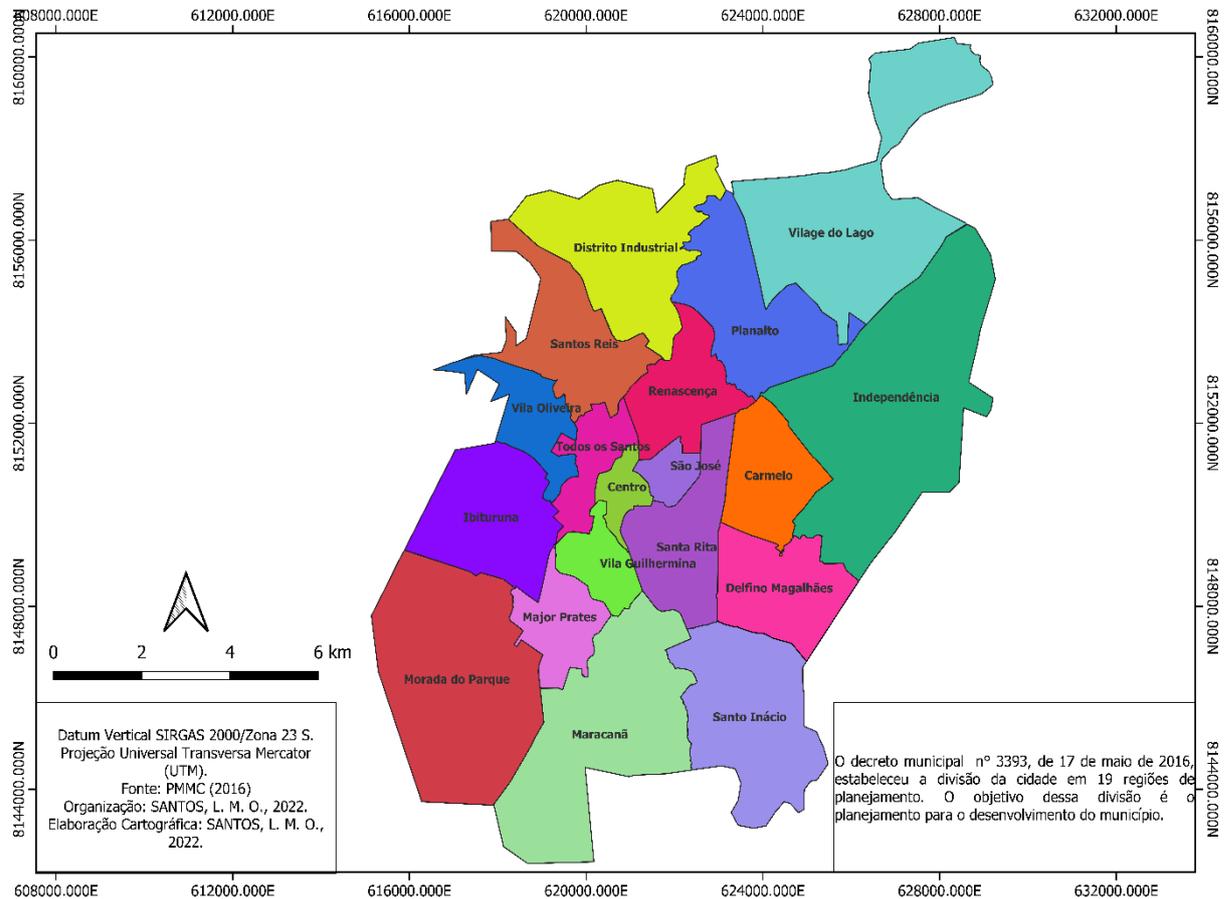
A espacialização dos resultados foi realizada considerando as Regiões de Planejamento (RPs)<sup>6</sup> estabelecidas pela Prefeitura Municipal por meio do Decreto n° 3393 de 17 de maio de 2016. Foram criadas 19 regiões de planejamento (**Mapa 02**) que têm a função de estruturar a implementação de políticas públicas no território urbano do município a partir dos setores

---

<sup>6</sup> Montes Claros também é regionalizada por setores censitários do IBGE que consistem na menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas realizadas por tal instituto. Na referida cidade há 770 setores censitários, sendo 719 setores urbanos e 51 setores rurais. No entanto, para os propósitos dessa pesquisa, utilizou-se a regionalização estabelecida pela prefeitura (IBGE, 2011; 2020).

censitários do IBGE, menor unidade de divulgação dos dados estatísticos produzidos pelo Censo Demográfico.

**Mapa 02:** Regiões de Planejamento da cidade de Montes Claros/ MG

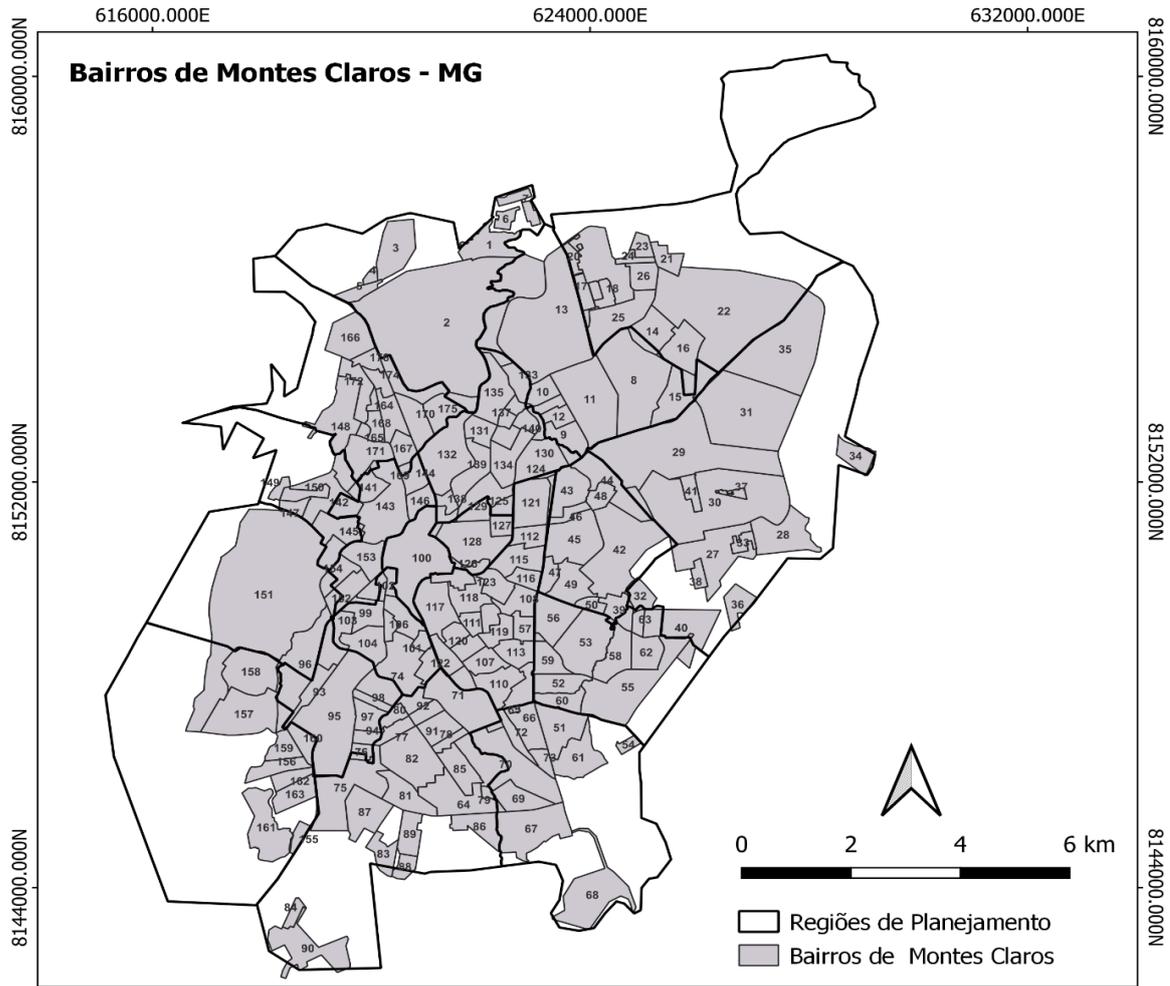


Fonte: PMMC, 2016.

Org.: SANTOS, L. M. O, 2022.

Mesmo com a divisão político-administrativa em regiões de planejamento, a divisão em bairros é a mais utilizada. O **Mapa 03** apresenta as duas divisões.

Mapa 03: Bairros de Montes Claros/ MG



- 1 CIDADE INDUSTRIAL
- 2 DISTRITO INDUSTRIAL
- 3 QUINTAS DA BOA VISTA
- 4 RIO DO CEDRO
- 5 VILA CASTELO BRANCO
- 6 RESIDENCIAL VITÓRIA I
- 7 RESIDENCIAL VITÓRIA II
- 8 JARAGUÁ III
- 9 JARDIM PLANALTO
- 10 JK
- 11 PLANALTO
- 12 RAUL LOURENÇO
- 13 UNIVERSITÁRIO
- 14 CLÁRICE ATHAYDE VIEIRA
- 15 JARAGUÁ I
- 16 JARAGUÁ II
- 17 MINAS GERAIS
- 18 MONTE SIAO
- 19 MONTE SIAO II
- 20 MONTE SIAO IV
- 21 NOVA AMÉRICA
- 22 NOVO JARAGUÁ
- 23 RECANTO DAS ÁGUAS
- 24 SÃO LUCAS
- 25 VILLAGE DO LAGO I
- 26 VILLAGE DO LAGO II
- 27 ACÁCIAS
- 28 CHÁCARA CERES
- 29 GUARUJÁ
- 30 INDEPENDÊNCIA
- 31 JARDIM PRIMAVERA
- 32 LAGOS BELVEDERE
- 33 NOVA SUÍÇA
- 34 JARDIM ALEGRE
- 35 RECANTO DOS ARAÇAS
- 36 RESIDENCIAL PORTAL DOS IPÊS
- 37 SANTOS DUMONT
- 38 SÃO BENTO
- 39 VENEZA PARK
- 40 VILA CÂMLIO PRATES

- 41 VILA REAL
- 42 CARMELO
- 43 ESPLANADA DO AEROP.
- 44 INTERLAÇOS
- 45 MONTE CARMELO
- 46 PARQUE PAMPULHA
- 47 REGINA PERES
- 48 SANTA LAURA
- 49 SANTA LUCIA
- 50 VILA FÊNIX
- 51 ALTO BOA VISTA
- 52 CONJUNTO BANDEIRANTES
- 53 DELFINO MAGALHÃES
- 54 DUQUE DE CAXIAS
- 55 JARDIM OLÍMPICO
- 56 JARDIM PALMEIRAS
- 57 NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
- 58 NOVO DELFINO
- 59 SANTO ANTÔNIO
- 60 SANTO ANTÔNIO II
- 61 SION
- 62 VILA ANÁLIA
- 63 COLORADO
- 64 ALTEROSA
- 65 CONJUNTO HAVAI
- 66 JOSE CARLOS VALLE DE LIMA
- 67 SANTO AMARO
- 68 RESIDENCIAL PARQUE VERDE
- 69 SANTA RAFAELA
- 70 SANTO INÁCIO
- 71 SÃO JUDAS TADEU
- 72 VILA MARIA CÂNDIDA
- 73 VILA TELMA
- 74 CANELAS
- 75 CHÁCARA DOS MANGUEIS
- 76 CHIQUINHO GUIMARÃES
- 77 CIRO DOS ANJOS
- 78 DONA GREGÓRIA
- 79 ITATIAIA
- 80 JOAQUIM COSTA

- 81 JOSÉ CORRÊA MACHADO
- 82 MARACANÃ
- 83 MIRANTE DO SOL
- 84 MONTES CLAROS
- 85 NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
- 86 OLGA BENÁRIO
- 87 RESIDENCIAL MONTE BELO
- 88 RESIDENCIAL JACARANDAS
- 89 RESIDENCIAL SUL IPÊS
- 90 SÃO GERALDO II
- 91 VILA CAMPOS
- 92 VILA GREICE
- 93 AUGUSTA MOTA
- 94 JARDIM SÃO GERALDO
- 95 MAJOR PRATES
- 96 MORADA DO SOL
- 97 SÃO GERALDO
- 98 VARGEM GRANDE
- 99 CÂNDIDA CÂMARA
- 100 CENTRO
- 101 CIDADE NOVA
- 102 CIDADE SANTA MARIA
- 103 FUNCIONÁRIOS
- 104 SAGRADA FAMÍLIA
- 105 SANTO EXPEDITO
- 106 VILA GUILHERMINA
- 107 ANTÔNIO PIMENTA
- 108 CINTRA
- 109 CLARINDO LOPES
- 110 DOUTOR JOÃO ALVES
- 111 FRANCISCO PERES I
- 112 IPIRANGA
- 113 JARDIM ALVORADA
- 114 JOÃO BOTELHO
- 115 LOURDES
- 116 MONTE ALEGRE
- 117 MORRINHOS
- 118 SANTA RITA I
- 119 SANTA RITA II
- 120 SUMARÉ

- 121 VERA CRUZ
- 122 VILA LUIZA
- 123 SÃO LUIZ
- 124 VILA TUPIÁ
- 125 CIDADE CRISTO REI
- 126 ROXO VERDE
- 127 VILA MARCIANO SIMÕES
- 128 SÃO JOSÉ
- 129 SÃO JOÃO
- 130 ALCIDES RABELO
- 131 ALICE MAIA
- 132 EDGAR PEREIRA
- 133 FLORESTA
- 134 RAUL JOSÉ PEREIRA
- 135 RENASCENÇA
- 136 SANTA CECÍLIA
- 137 TANCREDO NEVES
- 138 VILA JOÃO GORDO
- 139 VILA REGINA
- 140 VILA TIRADENTES
- 141 BARCELONA PARK
- 142 JARDIM PANORAMA
- 143 TODOS OS SANTOS
- 144 VILA SÃO MATEUS
- 145 VILA MAURICÉIA
- 146 VILA BRASÍLIA
- 147 JARDIM PANORAMA II
- 148 VILA ATLÂNTIDA
- 149 VILA NOVA
- 150 VILA OLIVEIRA
- 151 IBITUJUNA
- 152 JARDIM SÃO LUIZ
- 153 MELO
- 154 SÃO NORBERTO
- 155 CHÁCARA SANTA TEREZINHA
- 156 CHÁCARA PARAÍSO
- 157 JARDIM LIBERDADE
- 158 JARDIM PARQUE MORADA DO SOL
- 159 MORADA DA SERRA

- 160 MORADA DO PARQUE
- 161 GRAN ROYALLE
- 162 RESIDENCIAL SERRANO
- 163 RESERVA REAL
- 164 BELA PAISAGEM
- 165 BELA VISTA
- 166 EL DORADO
- 167 NOSSA SENHORA APARECIDA
- 168 SANTOS REIS
- 169 CONDOMÍNIO PAI JOÃO
- 170 JARDIM BRASIL
- 171 VILA ANTÔNIO NARCISO
- 172 NOVA MORADA
- 173 VILA SÃO FRANCISCO DE ASSIS
- 174 VILA AUREA
- 175 AMAZONAS
- 176 SANTA EUGÊNIA

Datum Vertical SIRGAS 2000/ Zona 23 S.  
 Projeção Universal Transversa Mercator (UTM).  
 Fonte: OPENSTREETMAP (2021); PMMC (2016).  
 Organização: SANTOS, L. M. O., 2021.  
 Elaboração Cartográfica: SANTOS, L. M. O., 2021.

Fonte: OPENSTREETMAP, 2021; PMMC, 2016.  
 Org.: SANTOS, L. M. O., 2021.

A educação é um pilar importante na construção de um projeto de cidade saudável, conforme aponta Organização Mundial Saúde (1997), de maneira que a qualidade do trabalho

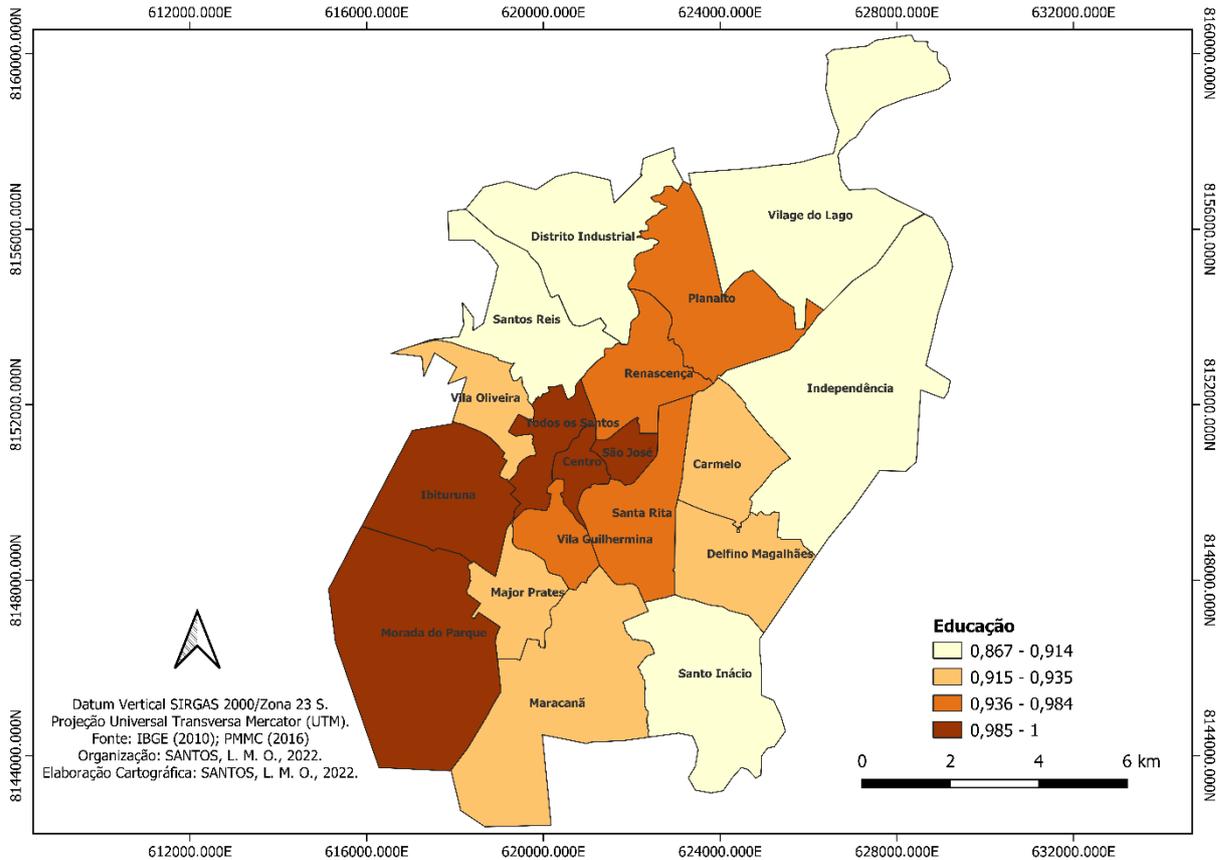
dos profissionais de tal área implica em resultados fundamentais para a implementação de um modelo de cidades saudáveis.

A educação está relacionada aos fatores que interferem nas condições de vida da população através do seu acesso, entre outros elementos. Assim, entende-se que o nível de instrução e acesso ao ensino influi diretamente no nível econômico da população, visto que, na maioria das vezes no mercado de trabalho as melhores remunerações são destinadas aos maiores níveis de instrução (SOUZA, 2016).

Compreendendo a importância da educação para o alcance de cidades saudáveis, este indicador foi calculado a partir da média aritmética entre as variáveis “número de pessoas alfabetizadas com cinco ou mais anos de idade” e “número de responsáveis alfabetizados (as) com dez ou mais anos de idade”. Como os dados foram normalizados, colocados no intervalo entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 (um) melhor é o resultado da educação na região de planejamento, quanto mais próximo de 0, pior é o indicador na área analisada.

Ao aplicar o indicador Educação à realidade de Montes Claros (**Mapa 04**), percebe-se que as regiões de planejamento com o melhor desempenho são o Centro, São José, Todos os Santos, Ibituruna e Morada do Parque. No seu entorno, há regiões de planejamento com desempenho inferior ao terceiro quartil da distribuição do indicador, sendo elas: Planalto, Renascença, Santa Rita e Vila Guilhermina. As regiões Santos Reis, Distrito Industrial, Village do Lago, Independência e Santo Inácio contam com um desempenho inferior, primeiro quartil da distribuição do indicador e estão localizadas a norte, leste e sul da mancha urbana de Montes Claros.

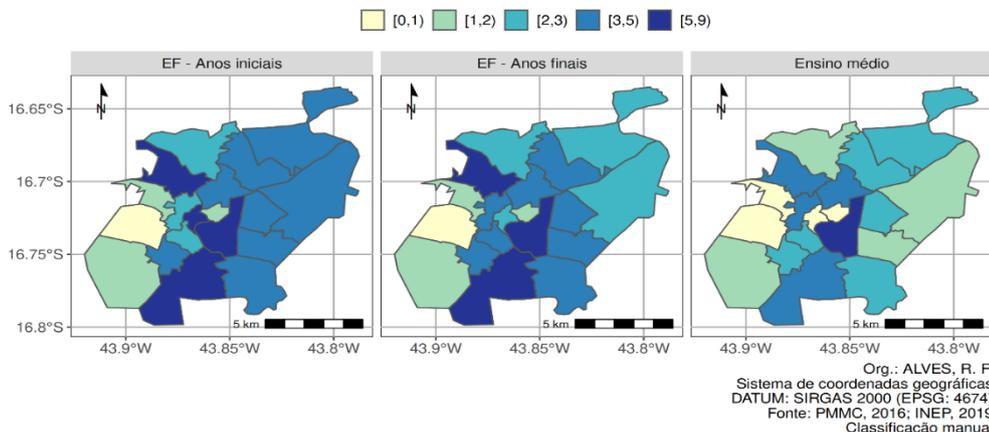
**Mapa 04:** Educação por Região de Planejamento da cidade de Montes Claros/MG



**Fonte:** IBGE, 2010; PMMC, 2016.  
**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

Ao analisar a distribuição do ensino público em Montes Claros percebe-se que há maior oferta nas zonas centro e sul da cidade. Nota-se uma persistência à concentração das escolas nesta região conforme acompanha-se a evolução das etapas de ensino (**Figura 07**). Destacam-se as regiões Santa Rita, Todos os Santos, Maracanã e Renascença que possuem os maiores quantidades de escolas em todas as etapas analisadas: 33% para os anos iniciais do ensino fundamental, 36% para os anos finais do ensino fundamental e 42% para o ensino médio.

**Figura 07:** Escolas por Região de Planejamento em Montes Claros-MG.



**Fonte:** ALVES et al., 2020.

A **Tabela 03** apresenta os valores obtidos para o indicador educação em cada região de planejamento evidenciando em quais áreas estão concentrados os melhores resultados, bem como as áreas que apresentaram os menores valores para esse indicador.

**Tabela 03:** Composição do indicador Educação por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

Região de Planejamento	Alfabetizados	Responsáveis Alfabetizados	Indicador Educação
Santo Inácio	0,909	0,882	0,896
Maracanã	0,933	0,925	0,929
Morada do Parque	0,992	0,994	0,993
Major Prates	0,944	0,926	0,935
Delfino Magalhães	0,931	0,900	0,915
Vila Guilhermina	0,984	0,981	0,983
Centro	0,991	0,995	0,993
Ibituruna	1,000	1,000	1,000
São José	0,985	0,983	0,984
Santa Rita	0,964	0,945	0,954
Todos os Santos	0,989	0,996	0,992
Carmelo	0,943	0,926	0,934
Renascença	0,948	0,926	0,937
Santos Reis	0,917	0,879	0,898
Independência	0,924	0,902	0,913
Planalto	0,967	0,972	0,969
Village do Lago	0,886	0,848	0,867
Distrito Industrial	0,904	0,867	0,886
Vila Oliveira	0,938	0,911	0,925

Fonte: IBGE, 2010; PMMC, 2016.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2021.

Outro indicador tratado nessa pesquisa no âmbito das cidades saudáveis são os Espaços Verdes Livres Públicos (EVLP). Estes consistem numa pauta premente no processo de “pensar” a cidade. Há vários tipos de EVLP, como: praças, parques, canteiros, unidades de conservação ambiental e áreas verdes urbanas.

As áreas verdes urbanas contribuem de forma significativa para o bem-estar social, amenizando os impactos negativos impostos pela dinâmica urbana frente ao processo de crescimento das cidades, uma vez que permitem a manutenção do contato direto com a natureza (CARDOSO et al., 2015; MENESES et al., 2021).

Os parques urbanos se destacam por garantirem a permanência das áreas verdes no ambiente edificado, assumindo diversas funções, como melhoria das condições ambientais, estéticas e sociais à população, aspectos fundamentais para o estabelecimento do conceito de cidade saudável.

Carneiro e Mesquita (2000) apud Meneses et al. (2021, p. 4) definem parques e praças:

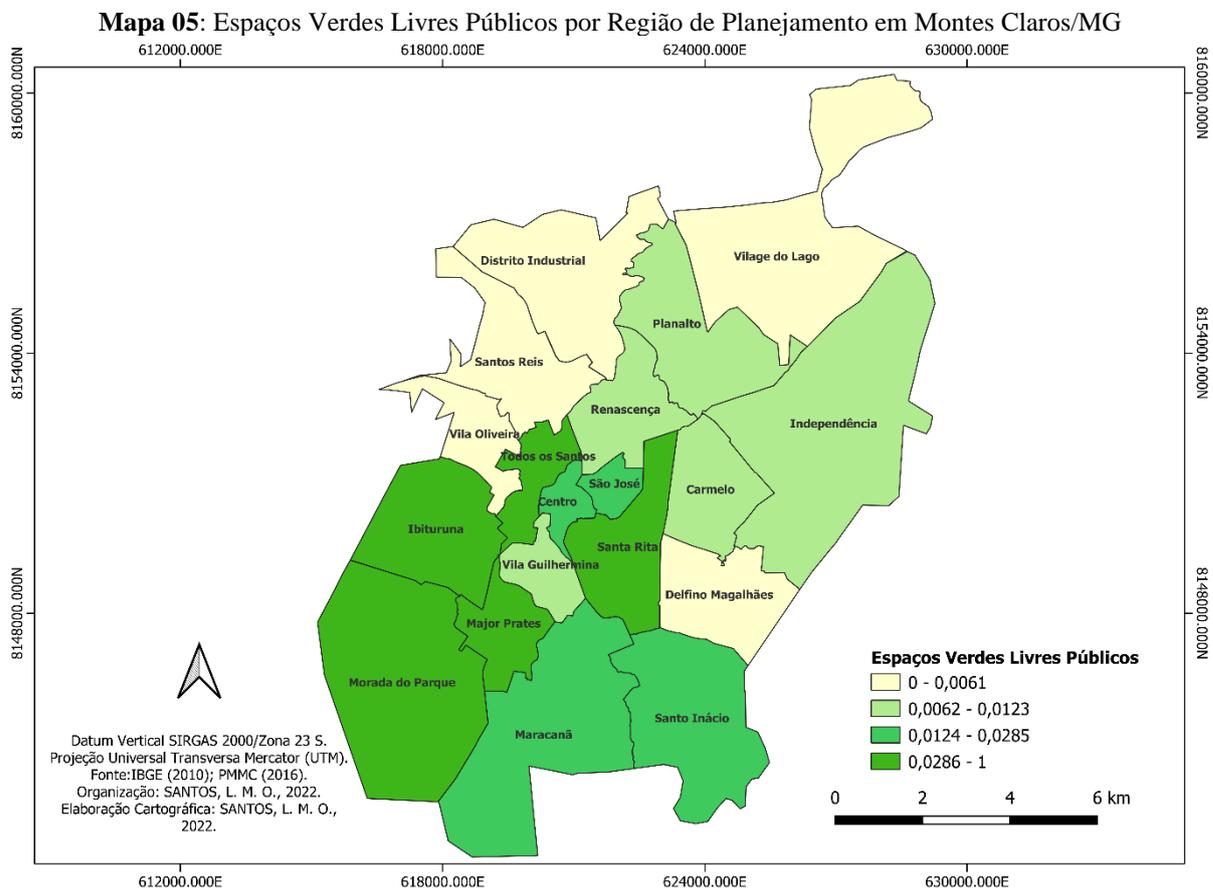
- Praças: são espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elemento organizador da circulação e de amenização pública,

com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

- Parques: são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural –vegetação, topografia, elemento aquático – e edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas.

Os parques e praças promovem recreação, lazer e o contato da população com a natureza, bem como melhoram a qualidade do ar, amenizam temperaturas e fortalecem a cultura local.

Para o cálculo do indicador EVLP (**Mapa 05**) considerou-se a área de praças e parques (em metros quadrados) presente em cada região de planejamento e, posteriormente, efetuou-se a normalização, a fim de padronizar os valores e evitar erros no cálculo do índice final.



A **Tabela 04** apresenta os valores obtidos para o indicador espaços verdes livres públicos em cada região de planejamento de Montes Claros.

**Tabela 04:** Composição do indicador Espaços Verdes Livres Públicos por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

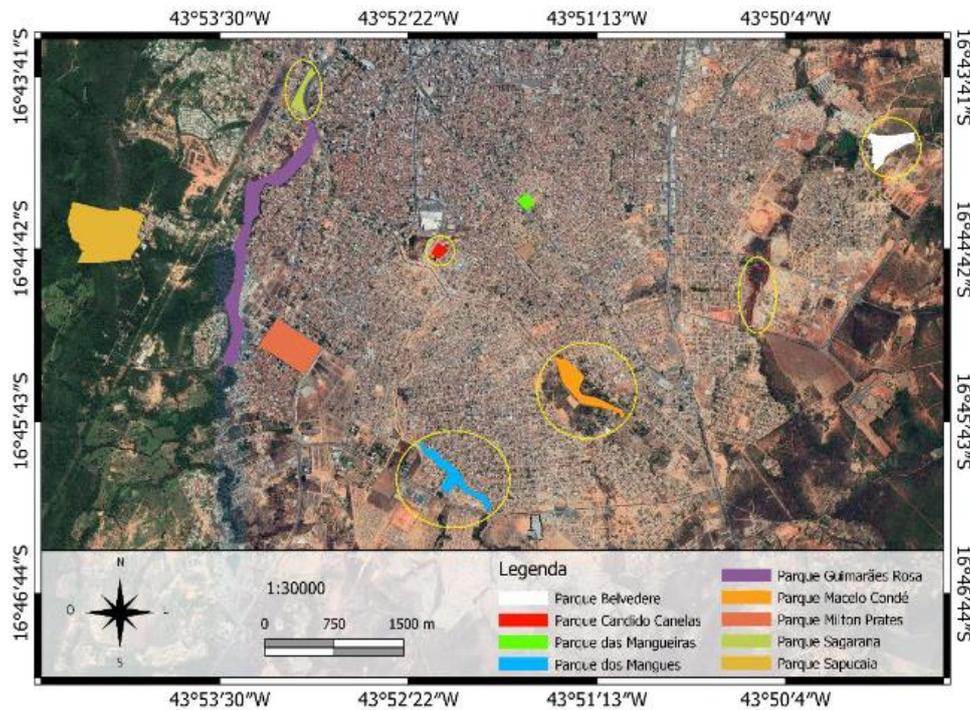
Região de Planejamento	Área de Parques (m <sup>2</sup> )	Área de Parques (valor normalizado)	Área Praças (m <sup>2</sup> )	Área de Praças (valor normalizado)	EVLP (valor normalizado)
Santo Inácio	0,000	0,000	12.760,083	0,508	0,017
Maracanã	0,000	0,000	16.731,503	0,666	0,022
Morada do Parque	740.449,540	1,000	6.265,788	0,249	1,000
Major Prates	234.324,410	0,316	11.988,106	0,477	0,330
Delfino Magalhães	0,000	0,000	3.011,873	0,120	0,004
Vila Guilhermina	0,000	0,000	7.479,257	0,298	0,010
Centro	0,000	0,000	20.852,382	0,830	0,028
Ibituruna	316.013,130	0,427	14.338,815	0,571	0,442
São José	0,000	0,000	13.804,253	0,549	0,018
Santa Rita	16.508,470	0,022	25.121,677	1,000	0,056
Todos os Santos	0,000	0,000	21.685,096	0,863	0,029
Carmelo	0,000	0,000	9.160,461	0,365	0,012
Renascença	0,000	0,000	5.536,661	0,220	0,007
Santos Reis	0,000	0,000	3.322,682	0,132	0,004
Independência	0,000	0,000	5.906,270	0,235	0,008
Planalto	0,000	0,000	6.075,150	0,242	0,008
Village do Lago	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Distrito Industrial	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Vila Oliveira	0,000	0,000	3.555,105	0,142	0,005

Fonte: IBGE, 2010; PMMC, 2016

Org.: SANTOS, L. M. O., 2021.

As regiões de planejamento Ibituruna, Morada do Parque, Major Prates, Todos os Santos e Santa Rita são as que apresentam maior área de parques e praças (0,0286 - 1), uma vez que nessas áreas estão localizados os parques municipais, Sagarana, Sapucaia, Milton Prates e o Parque das Mangueiras bem como praças mais extensas como a Praça Wanderley Fagundes (Praça do Half) situada na região do Todos os Santos, a Praça Evangelista Batista da região do Major Prates e a Praça dos Jatobás da região do Ibituruna (**Figura 08**). Em contrapartida, cinco regiões apresentaram os menores valores para área de praças e parques, o Distrito Industrial, Santos Reis, Village do Lago, Delfino Magalhães e Vila Oliveira, inseridas no intervalo do menor valor ao primeiro quartil (0 a 0,0061).

**Figura 08:** Distribuição dos Parques Públicos Urbanos em Montes Claros-MG



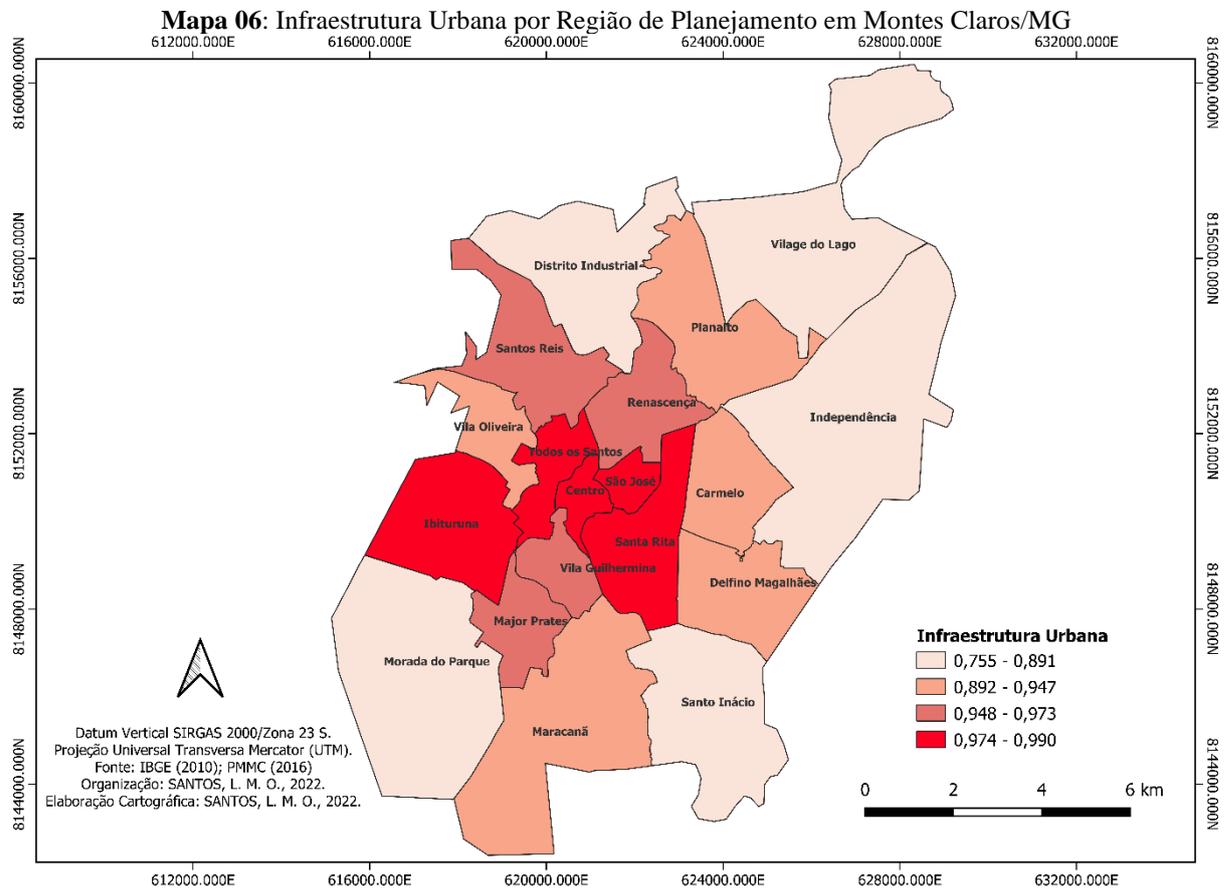
Fonte: VERSIANI; ROCHA; ALVES, (2020).

As áreas mais arborizadas, com praças e parques tendem a ser as mais valorizadas pelo mercado imobiliário e em Montes Claros não é diferente. Na região oeste, o valor do solo é mais elevado e, conseqüentemente, é habitada por pessoas de classe média e alta (FERNANDES; LEITE; PEREIRA, 2019).

As áreas ocupadas pela população com alta renda normalmente possuem melhores praças e áreas livres para o lazer, o que nem sempre se observa em áreas com moradores com menor renda, posto que, muitas vezes os espaços que seriam destinados às praças e áreas verdes, no projeto do loteamento, não são mantidos no processo de ocupação e comercialização do mesmo (BORTOLO; BATISTA; RIBEIRO, 2018).

Outro indicador desenvolvido nessa pesquisa é a Infraestrutura Urbana que compreende equipamentos que proporcionam o saneamento ambiental fundamental para a obtenção de cidades mais saudáveis. Diz respeito a um conjunto de ações visando o alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental, abarcando o abastecimento de água; a coleta, tratamento e disposição dos esgotos e resíduos sólidos; os demais serviços de limpeza urbana; o manejo das águas pluviais urbanas e, dentre outros elementos. Soma-se a isso a disciplina da ocupação do uso do solo e a pavimentação de vias que influi diretamente na mobilidade e acessibilidade dos cidadãos, medidas que visam melhorar as condições de vida da população (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004; NAHAS, 2005).

Para o cálculo da infraestrutura urbana (**Mapa 06**) foi considerada a porcentagem de domicílios com coleta de lixo, abastecimento de água, rede de esgoto e pavimentação em seu entorno e, posteriormente, foi calculada a média aritmética desses valores.



Fonte: IBGE, 2010; PMMC, 2016.  
Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

As regiões de planejamento que apresentaram os melhores valores para infraestrutura (0,974 a 0,990) são Ibituruna, Centro, Todos os Santos, São José e Santa Rita, enquanto regiões como Independência, Village do Lago, Santo Inácio, Distrito Industrial e Morada do Parque apresentaram valores menores (0,755 a 0,891).

Na **Tabela 05** estão representadas as variáveis utilizadas no cálculo do indicador de infraestrutura urbana, AA (Abastecimento de Água), CL (Coleta de Lixo), CE (Coleta de Esgoto) e PAV (Domicílios com pavimentação no entorno), assim como os resultados normalizados em cada região de planejamento.

Morada do Parque é uma das regiões que possui maior renda per capita por englobar bairros como o Morada do Parque e Morada da Serra. Entretanto, no período em que foi realizado o Censo do IBGE (2010) essa região apresentava porcentagem menor de abastecimento de água quando comparada com outras regiões como Independência, Village do

Lago e Planalto, pois esta região encontrava-se em expansão, enquanto as demais áreas já estavam mais consolidadas em termos de estrutura urbana (LEITE, 2020).

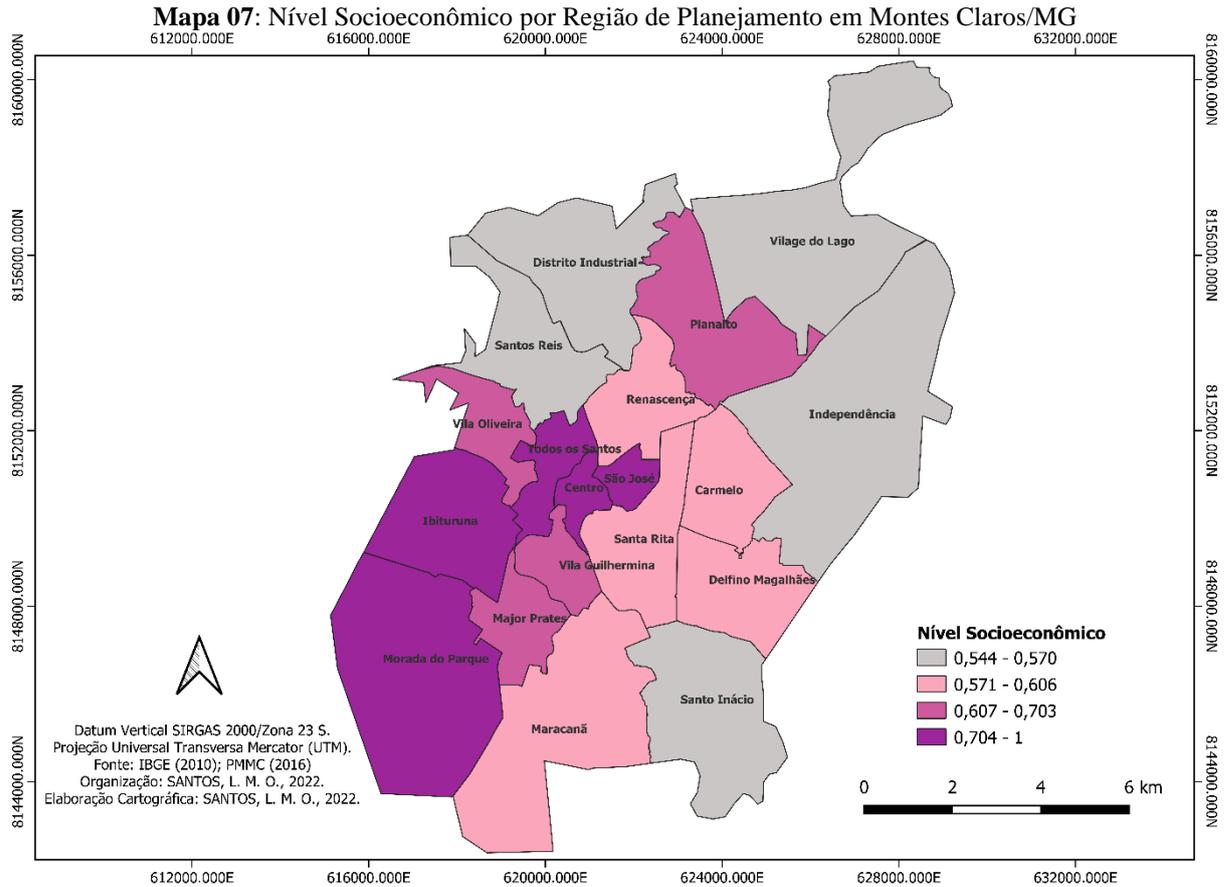
**Tabela 05:** Composição do indicador Infraestrutura Urbana por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

Região de Planejamento	AA	CL	CE	PAV	Infraestrutura Urbana
Santo Inácio	0,988	0,981	0,946	0,525	0,860
Maracanã	0,974	0,994	0,988	0,811	0,942
Morada do Parque	0,725	0,830	0,972	0,964	0,873
Major Prates	0,951	0,998	0,989	0,913	0,963
Delfino Magalhães	0,970	0,996	0,972	0,848	0,947
Vila Guilhermina	0,952	0,962	0,996	0,978	0,972
Centro	0,975	0,938	1,000	1,000	0,978
Ibituruna	0,956	0,993	0,993	0,960	0,975
São José	0,989	0,995	0,992	0,982	0,990
Santa Rita	0,989	0,997	0,993	0,953	0,983
Todos os Santos	0,968	1,000	0,994	0,933	0,974
Carmelo	0,953	0,995	0,982	0,717	0,911
Renascença	0,983	0,995	0,987	0,924	0,972
Santos Reis	0,997	0,995	0,977	0,821	0,948
Independência	0,999	0,989	0,891	0,372	0,813
Planalto	1,000	0,997	0,970	0,762	0,932
Village do Lago	0,982	0,869	0,931	0,239	0,755
Distrito Industrial	0,990	0,947	0,715	0,586	0,809
Vila Oliveira	0,965	0,977	0,939	0,755	0,909

Fonte: IBGE, 2010; PMMC, 2016.  
Org.: SANTOS, L. M. O., 2021.

De acordo com Souza (2016), aspectos ligados à condição socioeconômica da população estão relacionados a uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, o nível socioeconômico se refere às condições necessárias viver considerando o aspecto material, como uma renda suficiente para a família e uma moradia confortável.

Na verificação do nível socioeconômico das regiões de planejamento de Montes Claros (**Mapa 07**) considerou-se a renda per capita dos moradores calculada a partir da razão entre as variáveis “Total do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade moradoras em domicílios particulares permanentes” e “Moradores em domicílios particulares permanentes”, bem como a proporção de residências que possuem banheiro, obtida pela razão entre as variáveis “Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário” e “Domicílios particulares permanentes”.



**Fonte:** IBGE, 2010; PMMC, 2016  
**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

As regiões do Morada do Parque, Ibituruna, Todos os Santos, Centro e São José apresentaram os melhores resultados para nível socioeconômico (0,704 a 1), enquanto as regiões Village do Lago, Independência, Distrito Industrial, Santos Reis e Santo Inácio evidenciaram os menores valores (0,544 a 0,570).

O **Tabela 06** exibe o resultado dos procedimentos matemáticos realizados para o indicador nível socioeconômico. São apresentados os valores normalizados obtidos para cada região de planejamento de Montes Claros e as variáveis utilizadas para a obtenção desse indicador.

**Tabela 06:** Composição do indicador Nível Socioeconômico por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

Região de Planejamento	Renda Per Capita	Banheiros	Nível Socioeconômico
Santo Inácio	0,125	0,994	0,559
Maracanã	0,158	0,998	0,578
Morada do Parque	0,529	0,999	0,764
Major Prates	0,241	0,995	0,618
Delfino Magalhães	0,153	0,998	0,576

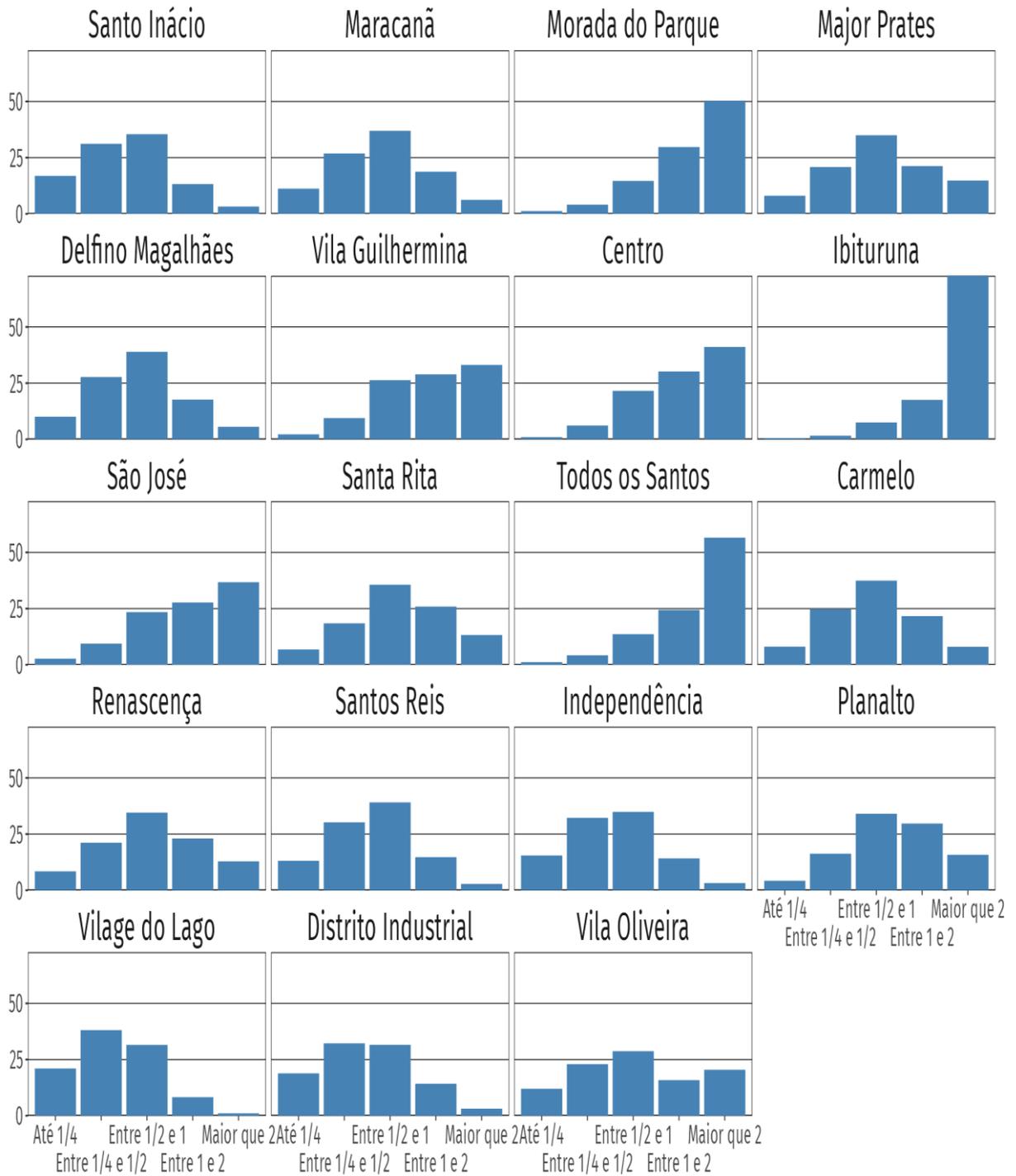
Vila Guilhermina	0,398	0,998	0,698
Centro	0,491	1,000	0,745
Ibituruna	1,000	1,000	1,000
São José	0,418	0,998	0,708
Santa Rita	0,215	0,998	0,606
Todos os Santos	0,666	1,000	0,833
Carmelo	0,176	0,999	0,587
Renascença	0,208	0,997	0,602
Santos Reis	0,131	0,997	0,564
Independência	0,126	0,996	0,561
Planalto	0,249	1,000	0,624
Village do Lago	0,098	0,989	0,544
Distrito Industrial	0,112	0,981	0,546
Vila Oliveira	0,289	0,993	0,641

**Fonte:** IBGE, 2010; PMMC, 2016.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2021.

As regiões que apresentaram os melhores resultados para nível socioeconômico possuem as maiores rendas per capita de Montes Claros, assim os maiores rendimentos estão concentrados nas zonas centro e oeste da cidade. Nas regiões Todos os Santos e Ibituruna, mais da metade das famílias possui renda per capita maior ou igual a dois salários-mínimos. Por outro lado, as regiões Village do Lago e Independência se destacam de forma oposta como áreas com baixa renda familiar, considerando a realidade de Montes Claros (**Figura 09**) (ALVES et al., 2020).

**Figura 09:** Renda domiciliar per capita por Região de Planejamento de Montes Claros -MG



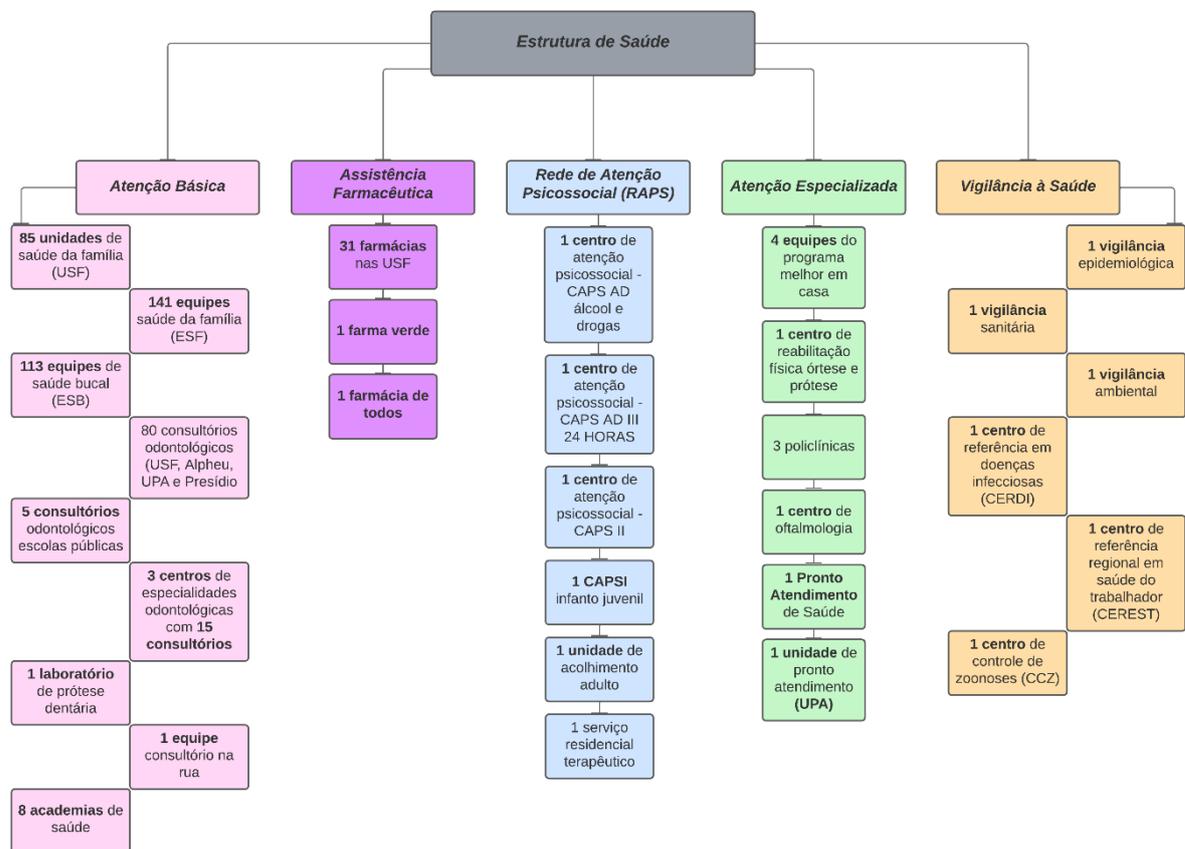
Fonte: IBGE, 2010  
Org.: ALVES, R. F.

**Fonte:** ALVES et al., 2020.

A saúde é outro setor que integra a análise de Montes Claros a partir do ICS. A estrutura de saúde em Montes Claros é organizada em pontos de atenção nas categorias primária, média e alta complexidade. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Saúde possui 85 Unidades de Saúde da Família, 07 Academias de Saúde, 03 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO),

01 Laboratório de Prótese Dentária (LRPD), 11 Consultórios Odontológicos em Escolas Municipais e Estaduais, 01 Farmácia de Todos, 02 Farmácia Popular, 01 Farmácia para dispensação de medicamentos, 03 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Centro de Oftalmologia , 01 Centro de Reabilitação Física, 03 Policlínicas, 01 Pronto Atendimento de Saúde , 01 Vigilância Epidemiológica, 01 Centro de Referência em Doenças Infecciosas (DST AIDS), 01 Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST), 01 Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), 01 Vigilância Sanitária, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a Administração da Secretaria de Saúde (**Figura 10**) (SEMS, 2021).

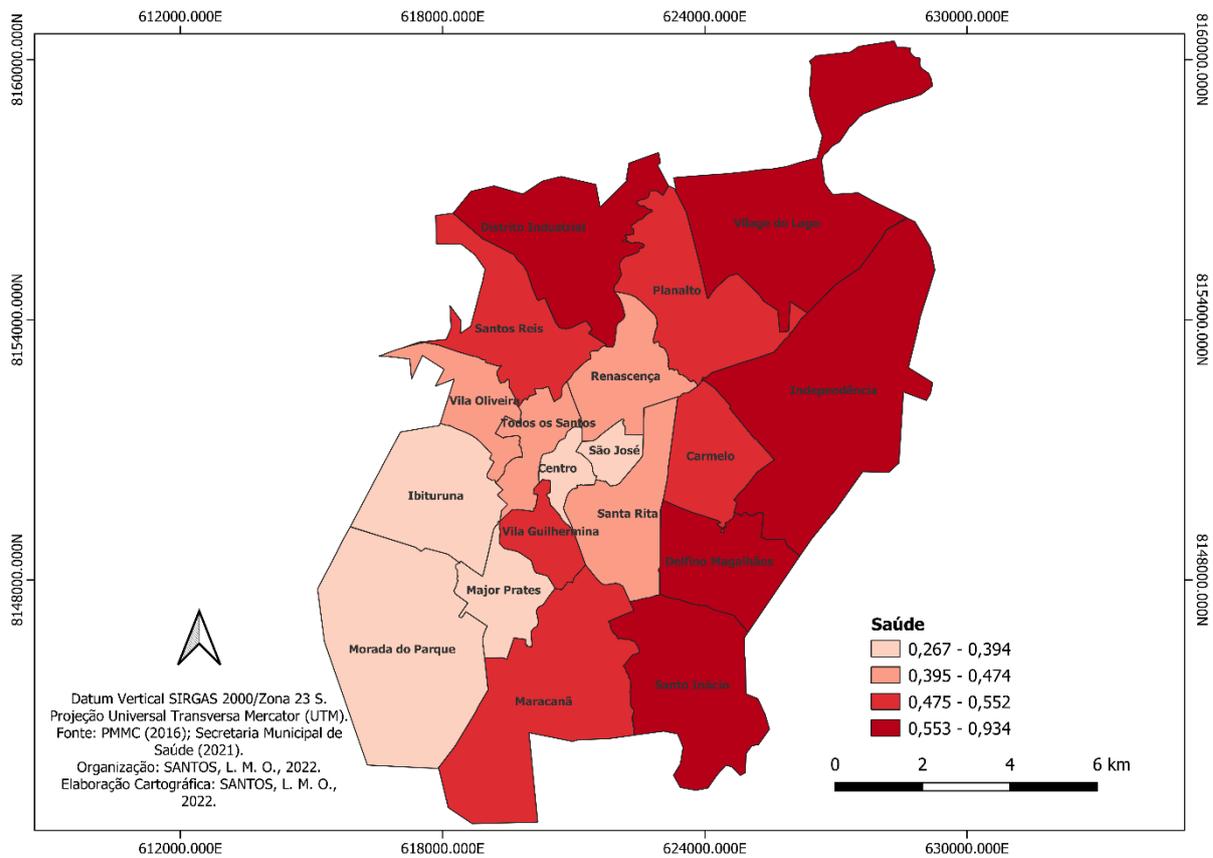
**Figura 10:** Estrutura de Saúde em Montes Claros -MG.



Fonte: SEMS, 2021.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

Para a obtenção do indicador de saúde (**Mapa 08**) foi feita a média aritmética entre as variáveis Unidades de Saúde da Família (USF) por habitante e consultas médicas na atenção primária por habitante no período de 01/03/2021 a 31/12/2021, em cada região de planejamento.

**Mapa 08:** Saúde por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

Fonte: PMMC, 2016; SEMS, 2021.  
 Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

As regiões de planejamento Morada do Parque, Ibituruna, Major Prates, Centro e São José apresentaram os menores valores para o indicador de saúde, (0,267 a 0,394), por mais que essas localidades se enquadrem dentre as que demonstraram os valores melhores em outros indicadores considerados. Isso pode ser justificado pela presença de mais Unidades de Saúde da Família (USF) em outras regiões, como a região Santo Inácio e Independência e, como não foram considerados os estabelecimentos de saúde da rede privada nem as consultas nesse tipo de unidade, considerando que nesses locais a população possui valores melhores para renda per capita, levanta-se a hipótese de que fazem um uso maior de serviços privados de saúde (planos de saúde, clínicas particulares) e efetuam menos consultas nas USFs. Evidencia-se ainda que há pacientes que moram numa determinada região de planejamento, mas são atendidos em USFs de outras regiões.

Os melhores resultados para o indicador saúde, (0,553 a 0,934), foram registrados em regiões das zonas norte, leste e sul de Montes Claros, respectivamente Distrito Industrial, Village do Lago, Independência, Delfino Magalhães e Santo Inácio. Nessas localidades o número de pessoas atendidas em consultas médicas na rede primária e a quantidade de Unidades de Saúde da Família são maiores, conforme a **Tabela 07**.

**Tabela 07:** Composição do indicador Saúde por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

Região de Planejamento	Consultas	Estabelecimentos (USF)	Saúde
Santo Inácio	0,497	0,636	0,566
Maracanã	0,596	0,433	0,514
Morada do Parque	0,233	0,476	0,355
Major Prates	0,412	0,210	0,311
Delfino Magalhães	0,598	0,593	0,596
Vila Guilhermina	0,451	0,607	0,529
Centro	0,112	0,624	0,368
Ibituruna	0,165	0,368	0,267
São José	0,428	0,264	0,346
Santa Rita	0,515	0,330	0,422
Todos os Santos	0,234	0,604	0,419
Carmelo	0,379	0,569	0,474
Renascença	0,468	0,459	0,463
Santos Reis	0,568	0,519	0,543
Independência	0,869	1,000	0,934
Planalto	0,727	0,277	0,502
Village do Lago	1,000	0,587	0,794
Distrito Industrial	0,740	0,382	0,561
Vila Oliveira	0,529	0,330	0,429

Fonte: PMMC, 2016; SEMS, 2021.

Org.: SANTOS, L. M. O., 2022.

A análise das Unidades de Saúde da Família e as consultas médicas na rede primária foram escolhidas como variáveis, pois permitem apreender em quais localidades há uma maior oferta de estabelecimentos de saúde nessa categoria, bem como identificar em quais regiões de planejamento há uma maior assistência da população pela estratégia de saúde da família. Ressalta-se a dificuldade para obter dados a nível municipal como um fator limitante nesse processo de escolha das variáveis empregadas no cálculo do indicador.

Outro fator que deve ser considerado ao discutir sobre a saúde em Montes Claros consiste na Covid-19, doença que desde o final de 2019 tem deixado os países em alerta posto que, o vírus causador dessa doença tem a capacidade de se espalhar de forma rápida causando a morte de milhares de pessoas e deixando sequelas em tantas outras.

Considerando a letalidade do novo coronavírus e o desconhecimento da comunidade científica acerca dos efeitos desse vírus no corpo humano, assim que foram registrados os primeiros casos no Brasil, em março de 2020, a atuação de equipes de saúde com informações para evitar o contágio e, principalmente, no tratamento de pacientes contaminados, desde aqueles que apresentaram sintomas leves a manifestações mais graves, como falta de ar, foi primordial para o controle da doença. Nesse sentido, evidencia-se o protagonismo do Sistema

Único de Saúde (SUS) no combate à Covid-19, o trabalho dos profissionais da saúde que prestaram assistência ao crescente número de pacientes contaminados em diferentes fases de infecção.

Em Montes Claros, as Unidades de Saúde da Família (USF) foram destinadas ao acompanhamento de pacientes com sintomas leves para a realização de testes e encaminhamento para exames, além de dar informações acerca dos cuidados a serem tomados para a não contaminação de outras pessoas da residência, o que contribuiu para o aumento das consultas na rede primária. Ao direcionar os casos amenos para as USFs, considerando que a cidade conta com 85 postos nessa categoria, foi possível tentar evitar aglomerações nas unidades de emergência e pronto atendimento da cidade, bem como melhorar a vigilância durante a pandemia do novo coronavírus. Assim, a atenção primária tem sido fundamental para evitar o agravamento dessa doença e de outras, e, conseqüentemente, as internações.

Os hospitais foram destinados para o tratamento de casos mais graves. Além do pronto atendimento do hospital Alpheu de Quadros, Montes Claros conta com a Unidade de Pronto Atendimento Chiquinho Guimarães, o pronto atendimento da Santa Casa, do Hospital Aroldo Tourinho, do Dilson Godinho, do Hospital Universitário Clemente de Faria e do Hospital das Clínicas Doutor Mário Ribeiro da Silveira. Dos 206 leitos complementares para a internação de pacientes, até dezembro de 2020 quinze desses leitos estavam destinados a pacientes com Covid-19 que precisavam de suporte ventilatório pulmonar e 76 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sendo 27 pelo SUS, destinados a pacientes com síndrome respiratória aguda grave ocasionada pela Covid-19 (**Tabela 08**) (SEMS, 2021).

**Tabela 08:** Leitos Complementares de internação existentes no município em dezembro de 2020

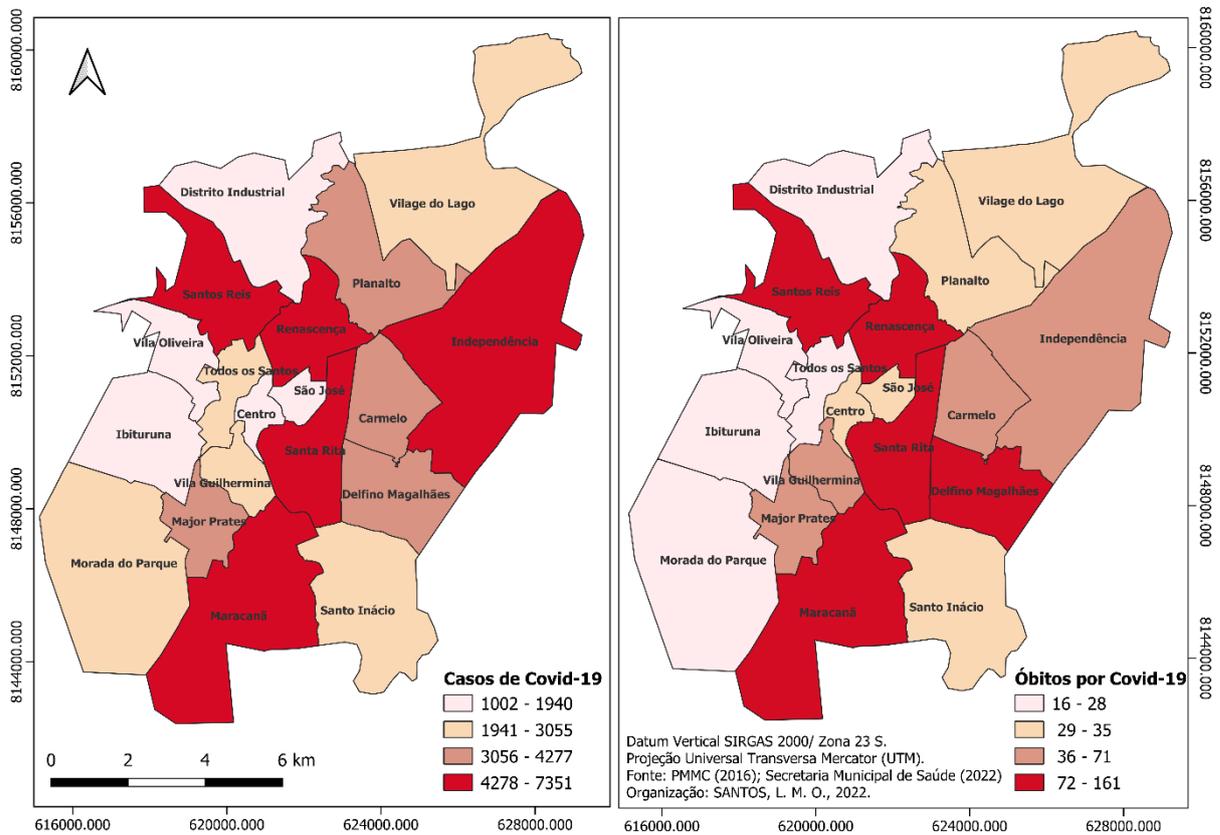
Descrição	Existentes	SUS	Não SUS
UTI II Adulto - Síndrome Resp. Aguda Grave COVID-19	76	27	49
UTI Adulto - Tipo II	77	75	2
UTI Pediátrica - Tipo II	4	4	0
UTI Neonatal - Tipo II	28	28	0
UTI de Queimados	6	6	0
Suporte Ventilatório Pulmonar COVID-19	15	15	0
<b>Total</b>	<b>206</b>	<b>155</b>	<b>14</b>

**Fonte:** DATASUS/CNES, dezembro de 2020. Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES apud SEMS, p. 48-50, 2021.

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

O **Mapa 09** retrata os casos confirmados e os óbitos em decorrência da Covid-19 em Montes Claros no período de março de 2020 a fevereiro de 2022.

**Mapa 09:** Casos e óbitos por Covid-19 em Montes Claros entre março de 2020 e fevereiro de 2022.



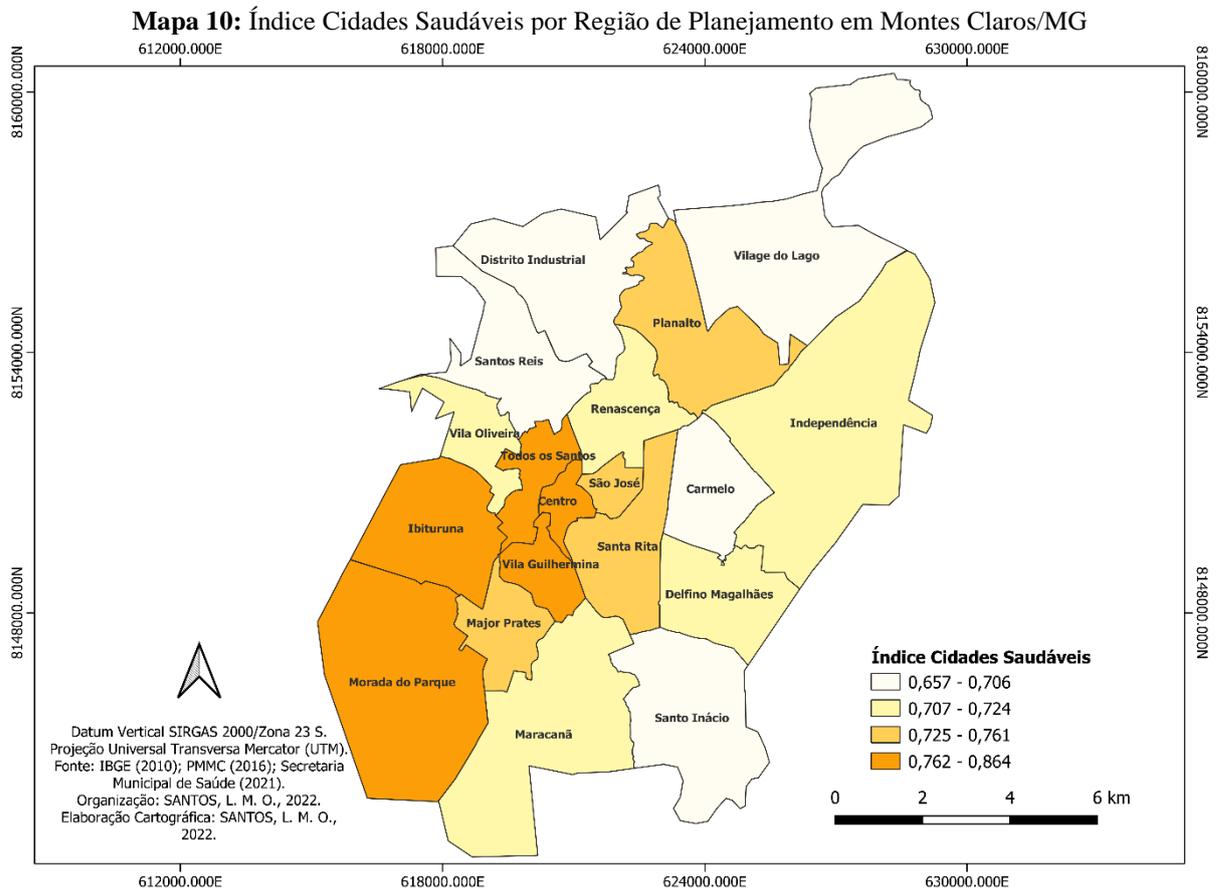
**Fonte:** PMMC, 2016; SEMS, 2022.  
**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

As regiões de planejamento que se destacaram com a maior concentração de casos, no período considerado, foram Independência, Maracanã, Santos Reis, Renascença e Santa Rita, um total entre 4278 e 7351 casos. São áreas cujos residentes possuem baixo e médio poder aquisitivo e, no caso das regiões Independência, Santos Reis e Maracanã que estão mais distantes da área central, os habitantes realizam mais deslocamentos para o trabalho com a utilização do transporte público, ficando mais expostos à contaminação.

No que se refere aos óbitos por Covid-19, as áreas nas quais houve um número maior de falecidos em decorrência da Covid-19 foram Santa Rita, Maracanã, Delfino Magalhães, Renascença e Santos Reis. Dessas regiões, apenas Delfino Magalhães não foi destaque em número de casos ficando no intervalo entre 3056 e 4277 da distribuição.

A criação de leitos complementares, a partir de recursos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, foi preponderante no tratamento dos pacientes com Covid-19, ainda que o suporte para tratar todos os casos fosse limitado frente ao elevado número de pessoas contaminadas diariamente e, conseqüentemente, a elevação no número de casos graves que precisavam de internação.

Os resultados dos indicadores (Educação, Espaços Verdes Livres Públicos, Nível Socioeconômico, Infraestrutura Urbana e Saúde) apresentados por regiões de planejamento possibilitaram a aferição do Índice Cidades Saudáveis para a cidade de Montes Claros-MG. O **Mapa 10** apresenta esses resultados. O índice foi calculado a partir da média aritmética de todos os indicadores considerados.



O resultado do ICS (**Tabela 09**) obtido para a área urbana de Montes Claros indicou que, aproximadamente, 26% das regiões de planejamento se concentram no intervalo do terceiro quartil ao maior valor (0,762 a 0,864), 22% entre 0,725 e 0,761, 26% entre 0,707 e 0,724 e 26% entre 0,657 e 0,706, indicando uma desigualdade na distribuição de serviços e equipamentos urbanos na cidade. À vista disso, a espacialização do ICS possibilitou a identificação de quais as áreas em Montes Claros que mais necessitam de políticas públicas, de melhorias nos setores analisados (Educação, Infraestrutura Urbana, Espaços Verdes Livres Públicos, Nível Socioeconômico e Saúde).

**Tabela 09:** Composição do Índice Cidades Saudáveis por Região de Planejamento em Montes Claros/MG

RP	0,25*E	0,10*EVLP	0,30*IU	0,25*NS	0,10*S	ICS
Santo Inácio	0,224	0,002	0,258	0,140	0,057	0,681
Maracanã	0,232	0,002	0,283	0,144	0,051	0,712
Morada do Parque	0,248	0,100	0,262	0,191	0,035	0,836
Major Prates	0,234	0,033	0,289	0,154	0,031	0,741
Delfino Magalhães	0,229	0,000	0,284	0,144	0,060	0,717
Vila Guilhermina	0,246	0,001	0,292	0,174	0,053	0,766
Centro	0,248	0,003	0,293	0,186	0,037	0,767
Ibituruna	0,250	0,044	0,292	0,250	0,027	0,864
São José	0,246	0,002	0,297	0,177	0,035	0,757
Santa Rita	0,238	0,006	0,295	0,151	0,042	0,732
Todos os Santos	0,248	0,003	0,292	0,208	0,042	0,793
Carmelo	0,233	0,001	0,273	0,147	0,047	0,701
Renascença	0,234	0,002	0,292	0,150	0,046	0,724
Santos Reis	0,224	0,000	0,284	0,141	0,054	0,703
Independência	0,228	0,001	0,244	0,140	0,093	0,706
Planalto	0,242	0,001	0,280	0,156	0,050	0,729
Village do Lago	0,217	0,000	0,226	0,136	0,079	0,656
Distrito Industrial	0,221	0,000	0,243	0,136	0,056	0,657
Vila Oliveira	0,231	0,000	0,273	0,160	0,043	0,707
<b>Montes Claros</b>						<b>0,734</b>

**Fonte:** IBGE (2010); PMMC, 2016; SEMS, 2021.

**Org.:** SANTOS, L. M. O., 2022.

As RPs Ibituruna, Todos os Santos, Morada do Parque, Vila Guilhermina e Centro, localizadas respectivamente nas zonas oeste, sul e centro da cidade, foram as que apresentaram os melhores valores para o ICS, no intervalo de 0,762 a 0,864. Salienta-se que, as regiões Ibituruna, Todos os Santos e Morada do Parque se destacaram em praticamente todos os indicadores com valores mais altos, são regiões que concentram condomínios fechados de alto padrão construtivo, bem como as maiores rendas per capita da cidade. No entanto, no que tange à saúde, registraram valores baixos, uma vez que, supõe-se que a maioria da população dessas áreas tem um acesso maior a planos de saúde, consultas em estabelecimentos da rede privada, o que reflete numa menor utilização do serviço público de saúde da rede primária.

Em contrapartida, as RPs Vila Guilhermina e Centro apresentaram resultados do indicador saúde superiores ao Ibituruna, Todos os Santos e Morada do Parque (0,267; 0,419; 0,355), precisamente 0,529 e 0,368, evidenciando que a população dessas duas áreas realiza um número maior de consultas nas USFs e que a quantidade de estabelecimentos dessa categoria também é maior nesses locais.

No intervalo do segundo quartil ao terceiro quartil do ICS (0,725 a 0,761) encontra-se as RPs Major Prates (zona sul), São José e Santa Rita (ambas na zona central) e Planalto (zona norte). A RP Major Prates possui área considerável de espaços verdes livres públicos, ficando no intervalo do terceiro quartil ao maior valor desse indicador (0, 0286 a 1) e apresentou

resultado mais baixo apenas no indicador de saúde ficando no intervalo do menor valor ao primeiro quartil (0,267 a 0,394). Nos outros indicadores, educação, infraestrutura urbana e nível socioeconômico, a RP Major Prates ocupou o segundo e terceiro intervalos, respectivamente e, dessa forma, necessita de estratégias voltadas, principalmente, para a saúde e educação, como a instalação de mais USFs e escolas.

A RP Santa Rita se enquadrou dentre os melhores valores para o indicador Espaços Verdes Livres Públicos (0,0286 a 1) e Infraestrutura Urbana (0,974 a 0,999), nos demais indicadores ficou no intervalo do segundo ao terceiro quartil o que indica que essa área tem bons níveis na distribuição de serviços urbanos associados a níveis médios de renda, com a oferta de escolas em todos os níveis de ensino, dos anos iniciais ao ensino médio, a presença de praças e parques para o lazer da população, como a Praça das Tilápias e o Parque das Mangueiras, dentre outros recursos urbanos.

A RP São José se enquadrou no intervalo do terceiro quartil ao maior valor em três indicadores, Educação, Infraestrutura Urbana e Nível Socioeconômico, ficou no intervalo do segundo ao terceiro quartil no indicador Espaços Verdes Livres Públicos e demonstrou menor valor apenas na dimensão saúde (menor valor ao primeiro quartil, 0,267 a 0,394), atestando que a população dessa região faz pouco uso da rede básica de saúde pública. Quanto à RP Planalto, esta ficou no intervalo do segundo ao terceiro quartil nos indicadores Educação, Nível Socioeconômico e Saúde e, no intervalo do primeiro ao segundo quartil com valores mais baixos para Espaços Verdes Livres Públicos e Infraestrutura Urbana reforçando a necessidade de mais praças e infraestrutura urbana, como pavimentação.

No segundo intervalo do ICS (0,707 a 0,724) estão representadas as RPs Maracanã, Renascença, Independência, Delfino Magalhães e Vila Oliveira. As RPs Delfino Magalhães e Independência, se destacaram no indicador de saúde ocupando intervalo do terceiro quartil ao maior valor da distribuição (0,553 a 0,934) evidenciando que a população dessas áreas realiza um número maior de consultas nas USFs e que a quantidade de estabelecimentos dessa categoria também é maior nessas regiões. Por outro lado, essas áreas necessitam de mais investimentos em infraestrutura e serviços urbanos, além de melhorias na educação e programas que facilitem a inserção da população no mercado de trabalho. São localidades cuja população possui baixa renda per capita, em sua maioria entre meio e um salário-mínimo. As RPs Maracanã e Renascença apresentaram indicadores com valores entre o primeiro e segundo quartil e entre o segundo e terceiro quartil e a Vila Oliveira teve desempenho médio apenas no indicador Nível Socioeconômico ficando no intervalo do segundo ao terceiro quartil (0,607 a

0,703), nos demais indicadores ocupou os intervalos do menor valor ao primeiro quartil e do primeiro quartil ao segundo quartil.

No intervalo do menor valor ao primeiro quartil do ICS (0,657 a 0,706) estão as RPs com menor acesso a serviços básicos: Santos Reis, Distrito Industrial, Village do Lago, Carmelo e Santo Inácio. Nas RPs Distrito Industrial, Santo Inácio e Village do Lago apenas o indicador saúde apresentou um bom resultado inserido no intervalo do terceiro quartil ao maior valor (0,553 a 0,934). Assim, a população nessas áreas tem acesso a consultas e a estabelecimentos de saúde da rede primária, entretanto necessita de assistência nos demais setores, como a ampliação no número de escolas, de equipamentos de infraestrutura urbana, iniciativas para facilitar a inserção no mercado de trabalho a fim de ampliar a renda familiar e a criação de praças que possam ser destinadas ao lazer dos moradores.

Evidencia-se que na RP Distrito Industrial estão localizados dois grandes conjuntos habitacionais da cidade, o Residencial Vitória e Vitória II com mais de mil casas e na RP Village do Lago há cinco conjuntos totalizando, aproximadamente, duas mil casas (Monte Sião I, Monte Sião II, Monte Sião IV, Minas Gerais e Recanto das Águas), um elevado contingente populacional que vive em situação de vulnerabilidade social, com baixa renda e pouco acesso a serviços básicos. As regiões Santos Reis e Carmelo, por sua vez, além das melhorias mencionadas, necessitam de políticas públicas que ampliem os serviços de saúde para a população, bem como a implantação de mais USFs.

O resultado do Índice Cidades Saudáveis para cada RP de Montes Claros, assim como os indicadores utilizados no cálculo desse, possibilitaram a compreensão de que a expansão de tal cidade foi acompanhada pela distribuição desigual de serviços, de equipamentos urbanos. Nessa perspectiva, há áreas em que mais da metade da população possui renda per capita superior a dois salários-mínimos e concentra boa parte dos parques da cidade, enquanto outras regiões demandam escolas, infraestrutura urbana e programas que facilitem a inserção das pessoas no mercado de trabalho.

Montes Claros é uma cidade com potencialidades que a tornam referência no Norte de Minas Gerais, porém também apresenta problemáticas que devem ser mitigadas. Nesse sentido, a gestão municipal deve criar estratégias que melhorem a qualidade de vida da população, seguindo uma ordem de prioridade que contemple as áreas onde as pessoas se encontram em maior vulnerabilidade social, como as RPs Distrito Industrial, Santo Inácio e Village do Lago. Alcançar cidades mais saudáveis é uma questão crucial e Montes Claros deve se inserir nessa agenda para que sejam reduzidos os problemas urbanos e sejam melhoradas as condições de vida da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão acerca da realidade de uma cidade é o primeiro passo para que sejam propostas alternativas para o controle dos problemas urbanos visando melhorias na qualidade de vida da população. Nesse sentido, esse trabalho foi realizado com o intuito de diagnosticar Montes Claros nos diversos setores em cada região de planejamento e identificar se essa pode ser considerada uma cidade saudável, tendo em vista, as principais pautas do Movimento Cidades Saudáveis desde o seu surgimento até a atualidade.

No capítulo 1 abordou-se a intensificação da urbanização no mundo após século XIX e a sua relação com a industrialização. Com a mudança no modo de vida rural, a inserção de máquinas no processo produtivo substituiu a mão-de-obra anteriormente empregada e, nesse sentido, elevado número de pessoas migraram do campo para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Ampliou-se o número de habitantes nas áreas urbanas, entretanto, não cresceu na mesma proporção o acesso à moradia, a serviços essenciais e, é nesse contexto que os problemas ambientais e sociais se acentuaram, como o déficit habitacional que marca a crise urbana brasileira. Assim, as questões ambientais ganharam notoriedade nas discussões mundiais, a partir da segunda metade do século XX, e foram reconhecidos os impactos da urbanização para o meio ambiente. Outra questão que é tratada neste capítulo é a urbanização brasileira e os seus aspectos na contemporaneidade, bem como, os elementos marcantes da crise urbana no país.

O capítulo 2 centrou-se no Movimento Cidades Saudáveis como uma alternativa para lidar com os problemas decorrentes da acentuação da urbanização. Além disso, apresentou-se ações, conferências e agendas que objetivam o alcance de melhorias no ambiente urbano e, consequentemente, na vida dos cidadãos, como a Agenda 2030 da ONU que estabelece metas para transformar as cidades em espaços mais agradáveis e inclusivos. Ainda coube a este capítulo a apresentação e análise da área de estudo, Montes Claros-MG, em suas principais potencialidades e problemáticas.

Uma das questões centrais do Movimento Cidades Saudáveis consiste na participação popular, assim, por mais que seja papel dos gestores públicos (municipal, estadual e federal) a proposição de planos que impactem positivamente no ambiente urbano, a atuação da sociedade nas tomadas de decisão é uma forma de garantir que a criação e aplicação das políticas públicas sejam eficazes.

Na busca por apreender a origem e aprofundamento da crise urbana nas cidades brasileiras, identificou-se que a desigualdade está presente desde a fundação do Brasil, quando

a terra passou a ser objeto de compra e venda tornando-se uma mercadoria, uma crise que se intensificou com o processo de urbanização. Nessa perspectiva, a formação e crescimento de favelas é uma das questões centrais dessa crise, um reflexo da mercantilização da moradia, além da disparidade no acesso a serviços básicos como água tratada, energia e transporte. Há uma disputa constante entre as diferentes classes sociais pelos espaços e por serviços urbanos, mas uma minoria tem acesso a esses recursos.

É importante destacar que a Covid-19, doença registrada a partir de 2019 e que fez com que as autoridades de diversos países do mundo decretassem medidas de isolamento social, foi um agravante para a crise urbana brasileira, reforçou as desigualdades que tanto marcam essa sociedade uma vez que, muitas pessoas não tinham essa possibilidade de deixar de trabalhar ou trabalhar de forma remota, pois isso impactaria diretamente na renda familiar, na incerteza da comida na mesa.

A construção de cidades saudáveis é um caminho para tornar o meio urbano mais agradável e menos desigual. Algumas iniciativas de cidades saudáveis no Brasil foram identificadas e listadas neste trabalho, entretanto, a maioria desses projetos não tiveram continuidade em razão da troca de gestão política e a não continuidade da proposta pela nova gestão. Na atualidade, a adoção de medidas convergentes com o Movimento Cidades Saudáveis é uma boa opção para o trato dos problemas urbanos, para superar boa parte das adversidades que marcam as cidades brasileiras.

A Agenda 2030 da ONU foi fundamental na elaboração dessa dissertação. Nessa agenda são descritos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que estão intimamente ligados à ideia da saúde, numa perspectiva ampliada, como o ponto de partida para as diversas políticas públicas urbanas com vistas à promoção da melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, além da criação de ambientes urbanos mais limpos.

Ao analisar Montes Claros em suas potencialidades e problemáticas, percebe-se que essas estão distribuídas de forma desigual no espaço urbano. Há áreas com maior escassez de recursos urbanos, como Village do Lago, Distrito Industrial, Santo Inácio e Independência que figuraram no intervalo do menor valor ao primeiro quartil do indicador de Infraestrutura Urbana, 0,755 a 0,891 da distribuição, enquanto outras áreas são bem servidas de praças, parques, escolas, dentre outras comodidades e recursos urbanos, como as RPs Todos os Santos e Ibituruna, que com exceção da Saúde, enquadraram-se no intervalo do terceiro quartil ao maior valor em todos os outros indicadores.

No terceiro capítulo delineou-se a metodologia com as etapas da construção do ICS e realizou-se a aplicação desse ao intraurbano de Montes Claros-MG. Posteriormente, foram

expostos e discutidos os resultados obtidos para cada indicador e para o ICS em cada região de planejamento. O ICS pode ser compreendido como uma ferramenta que auxilia na análise dos principais problemas urbanos da cidade e que norteia a gestão pública municipal na elaboração de políticas que possam beneficiar as áreas que mais necessitam de investimentos.

No esforço de localizar as áreas cuja população apresenta maior vulnerabilidade social e carece de serviços básicos para que possam viver com dignidade, é que foi criado o Índice Cidades Saudáveis. Por meio de média aritmética ponderada foram combinadas as variáveis e indicadores estabelecidos e, para a diferenciação de níveis com melhores e piores resultados, foram fixados os intervalos em quartis. A partir da aplicação do ICS à cidade de Montes Claros-MG, foi possível identificar em quais áreas da cidade estão, os melhores e os piores níveis de educação, nível socioeconômico, espaços verdes livres públicos, infraestrutura urbana e saúde, uma contribuição metodológica construída a partir de estudos e trabalhos realizados por outros autores, como Souza (2016) e Alves (2016), e que evidencia que algumas regiões de planejamento são mais saudáveis que outras.

A partir dos resultados obtidos para o ICS em Montes Claros-MG, percebe-se que as regiões que concentram os melhores valores desse índice estão localizadas nas Zonas Oeste e Central. Assim, as RPs Ibituruna, Todos os Santos, Centro, Vila Guilhermina e Morada do Parque ocuparam o maior intervalo, de 0,762 a 0,864, comprovando uma realidade já conhecida. São locais que centralizam as maiores rendas per capita da cidade, possuem boa parte das ruas pavimentadas, praças e parques, elementos que corroboram para que essas áreas sejam mais saudáveis e, conseqüentemente, ofereçam maior qualidade de vida para seus habitantes.

No intervalo do segundo ao terceiro quartil do ICS, com valores médios entre 0,725 e 0,761, estão localizadas as RPs Major Prates, São José, Santa Rita e Planalto que apresentaram bons níveis de educação, de EVLP, nível socioeconômico, infraestrutura urbana necessitando de melhorias no que tange à saúde, como a instalação de mais USFs.

Ocupando o intervalo do primeiro ao segundo quartil, com valores entre 0,707 e 0,724, estão as RPs Vila Oliveira, Renascença, Maracanã, Delfino Magalhães e Independência, marcadas pela baixa renda per capita da população (entre meio e um salário-mínimo), são locais que necessitam de mais praças para o lazer dos moradores, infraestrutura urbana, em especial pavimentação.

Os menores valores do ICS, entre 0,657 e 0,706, referem-se às RPs menos saudáveis de Montes Claros: Santos Reis, Distrito Industrial, Village do Lago, Carmelo e Santo Inácio. Nessas áreas a população apresenta renda per capita baixa, são RPs que concentram poucas

praças, carecem de infraestrutura urbana em geral, como pavimentação e serviços de educação, principalmente escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. As RPs que integram esse intervalo do ICS precisam qualificar praticamente todos os indicadores considerados (E, NS, EVLP, IU), apenas o indicador saúde teve bons resultados nessas áreas. Além disso, a presença de aglomerados subnormais substancia a necessidade de assistência por parte da gestão municipal, a urgência de medidas que propiciem uma vida mais digna a esses cidadãos.

A utilização de softwares livres pode ser elencada como um ponto que favoreceu a execução dessa pesquisa. Por serem gratuitos, foi possível utilizar versões atualizadas que otimizaram a realização dos cálculos, o armazenamento dos dados e a espacialização de informações através dos mapas.

Essa dissertação é uma tentativa de espacializar as problemáticas de Montes Claros, e consequentemente, não exprime resultados que estão totalmente finalizados. Como a maior parte dos dados utilizados são oriundos do Censo Demográfico de 2010, posto que a pandemia decretada em razão da Covid-19 e questões orçamentárias impossibilitaram a realização do Censo em 2020, este trabalho requer adaptações para que sejam retificados os resultados obtidos assim que forem disponibilizadas informações atualizadas pelo IBGE.

Tendo em mente que a questão central deste estudo consiste em analisar Montes Claros como uma cidade saudável, a partir de um índice que agrega indicadores que refletem a realidade local, por meio dos resultados alcançados constata-se que essa não é uma cidade saudável. A análise das regiões intraurbanas permite afirmar que não é possível falar da cidade como um bloco monolítico, há várias “cidades” dentro de uma mesma. Nesse sentido, há regiões em Montes Claros, como Village do Lago e Distrito Industrial, nas quais existem grandes conjuntos habitacionais e, consequentemente, um elevado número de pessoas que, não têm acesso a serviços básicos, que estão isoladas territorialmente, segregadas do restante da cidade, realizando grandes deslocamentos seja para o trabalho, para a escola ou para acessar outras áreas da cidade. Em contrapartida, regiões como Todos os Santos, Ibituruna e Morada do Parque são áreas que receberam maiores investimentos, que possuem parques verdes e praças para o lazer de seus habitantes, centralizam escolas, supermercados, dentre outros serviços. Assim, se há áreas numa cidade em que a população apresenta baixa qualidade de vida, pouco ou nenhum acesso a serviços básicos, essa não pode ser considerada uma cidade saudável.

Apesar de não se constituir como uma cidade saudável em sua totalidade, percebe-se que há áreas em Montes Claros que apontam um caminho nesse sentido, são localidades mais saudáveis em comparação com outras, como é o caso das RPs Ibituruna e Todos os Santos que

tiveram destaque em praticamente todos os indicadores analisados. Numa cidade a população é diversa em seus mais variados contextos e, nesse sentido, pode-se apontar que essa diversidade possibilita a existência de várias cidades numa só, várias realidades numa mesma cidade.

O modelo de índice aqui construído pode ser aplicado a outras cidades, por utilizar, em sua maioria, dados disponibilizados pelo IBGE que facilitam o cálculo dos indicadores considerados, além de ser uma proposta que converge com as metas da Agenda 2030 da ONU para o alcance de uma urbanização mais saudável. Nesse sentido, aplicar esse índice a outras localidades é uma indicação para trabalhos futuros, bem como pensar a criação de um Selo Cidades Saudáveis que seja um incentivo à adoção de medidas para melhorar a vida nas áreas urbanas.

Aprimorar a metodologia utilizada a partir da aplicação do ICS a outros contextos e incluir mais indicadores em tal índice, são medidas que permitirão apreender de forma mais precisa a situação de uma cidade, que indicarão em quais localidades a gestão municipal deve atuar de forma incisiva e quais as necessidades prementes da população. Isso reforça que o ICS pode ser empregado como uma ferramenta de planejamento urbano. A construção de cidades mais saudáveis é um processo que requer tempo, estudo e, principalmente, a participação popular para garantir a horizontalidade das deliberações, para assegurar a eficácia das ações a serem adotadas.

## REFERÊNCIAS

- ACI. Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montes Claros. **Montes Claros: potencialidades**. Montes Claros: Unimontes, 2008. Disponível em: <[http://www.montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div\\_ind-com/pdf/potencialidades.pdf](http://www.montesclaros.mg.gov.br/desenvolvimento%20economico/div_ind-com/pdf/potencialidades.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2022.
- ALMEIDA, A. C. V.; COSTA, H. S. M. Os impactos socioeconômicos decorrentes da implantação da ferrovia central do Brasil do Norte de Minas em Montes Claros/MG. **arq. urb**, n. 31, p. 59-73, 2021.
- ADRIANO, J. R. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 53-62, 2000.
- ALVES, L.; BENACHIO, M. V. As contribuições da educação ambiental para a construção de cidades saudáveis. **Enciclopédia Biosfera**, v. 7, n. 12, 2011.
- ALVES, L. A. **Cidades saudáveis e qualidade de vida em Uberlândia (MG): aportes metodológicos para um processo em construção**. 495 f. Tese (Doutorado em Geografia e Gestão do Território) – Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/Uberlândia, 2016.
- ALVES, R. F.; SANTOS, L. M. O.; FRANÇA, I. S.; LEITE, M. E. Análise espacial do acesso à educação pública básica em Montes Claros/MG. **Revista de Geografia**, v. 10, n. 2, 2020.
- ANDRADE, L. O. M; BARRETO, I. C. H. C. Promoção da Saúde e Cidades/Municípios Saudáveis: propostas de articulação entre saúde e ambiente In. MINAYO, M. C. S. (Org.) **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, Abrasco, 2002.
- ANDRADE, E. A.; FRANCESCHINI, M. C. T. O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3849-3858, 2017.
- ARAÚJO, F. A. V. A interação espacial e a necessidade de planejamento integrado para a construção de cidades saudáveis. In: SOARES, B. R. et al. **Construindo cidades saudáveis: utopias e práticas**. Uberlândia (MG): Assis Editora, 2017.
- BARRADAS, F. V.; ROSA, T. S. Sobre o moderno e o sustentável: reflexões sobre a interface cidade e meio ambiente na Modernidade. In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; CARRETA FERREIRA, G. A.; LIRA, P. S. **Cidade e metrópole: coleção arquitetura e cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2018.
- BATISTA, R. P.; PEREIRA, A. M.; BORTOLO, C. A. Segregação Socioespacial e os Espaços Residenciais Fechados em Cidades Médias/Socioespacial. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 58, p. 847-866, 2019.
- BERNARDES, J. A.; ARRUZZO, R. C.; MONTEIRO, D. M. L. V. Geografia e COVID-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020.
- BORTOLO, C. A.; BATISTA, R. P.; RIBEIRO, B. S. **Espaços públicos e paisagens urbanas: breves apontamentos sobre uso e apropriações das praças**. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2018.
- BOTELHO, A. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 297-315,

2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/14794>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BOUSKELA, M.; CASSEB, M.; BASSI, S.; DE LUCA, C.; FACCHINA, M. **Caminho para as Smart Cities**: da gestão tradicional para a cidade inteligente. Banco Internacional de Desenvolvimento. BID, São Paulo, p. 33-144, 2016.

BRANDÃO, S. S. S; SILVA, W. T. Configuração do espaço urbano da cidade de Montes Claros-MG após 1970: novas centralidades. **Humanidades**, v. 5, n. 2, p. 62-73, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.844**, de 18 de junho de 2019: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo da Educação Superior**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica**, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRITO, M. F.; FREITAS, B. R.; ALVES, R. S.; PEREIRA, A. M. **Reflexões sobre políticas ambientais municipais em Montes Claros – MG (BR)**: Aplicabilidade e desafios, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/286.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CANAN, L. F. **Leitura da Paisagem Urbana da Cidade de Montes Claros**: Análise das Transformações do “Coração do Núcleo Urbano”. Dissertação (Mestrado em Geografia-Tratamento da Informação Espacial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2014.

CARDOSO, S. L. C.; VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 74-90, 2015.

CARDOSO, A. D.; RIBEIRO, M. J. A. Assentamentos e apropriação em conjuntos habitacionais de Montes Claros. In: **V Congresso em Desenvolvimento Social**. Anais eletrônicos, Montes Claros, 2016, p. 5-12. Disponível em: <[http://www.congressods.com.br/quinto/anais/gt\\_05/ASSENTAMENTOS%20E%20APROPRIACAO%20EM%20CONJUNTOS%20HABITACIONAIS.pdf](http://www.congressods.com.br/quinto/anais/gt_05/ASSENTAMENTOS%20E%20APROPRIACAO%20EM%20CONJUNTOS%20HABITACIONAIS.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1. Ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CASTILHO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 17, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/10332>>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão. Brasília-DF: Conselho Federal de Serviço Social-CFESS, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2021.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?** 2021. Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FERNANDES, J. M.; LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. Especulação imobiliária e autoss segregação em Montes Claros/MG. **Revista Espaço e Geografia**, v. 22, n. 2, 2020.

FERRAZ, S. T. **Cidades saudáveis**: uma urbanidade para 2000. Brasília: Paralelo 15; 1999.

FIEMG. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Plano de Ação**: Distrito Industrial Montes Claros, 2016. Disponível em: <<http://www.codemge.com.br/wp-content/uploads/2018/10/di-montes-claros-plano-de-acao.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

FRANÇA, I. S. **A Cidade Média e suas Centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, MG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros**: novas configurações socioespaciais. 393f. Tese (Doutorado em Geografia e Gestão do Território) – Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/ Uberlândia, 2012.

\_\_\_\_\_; SOARES, B. Centralidade e Cidades Médias: O Setor de Saúde em Montes Claros. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 1, p. 1-15, 2014.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, M. I. S.; OLIVEIRA, R. S. Dinâmica imobiliária em cidades médias: a expansão dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG. **Geo UERJ**, v. 1, n. 25, p. 19-38, 2014.

\_\_\_\_\_; BARBOSA, R. S. Expansão de habitação de interesse social: O Programa Minha Casa Minha Vida em Montes Claros/MG. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 36, n. 3, 2019.

\_\_\_\_\_. Urbanização contemporânea e desigualdades sociais: análise de Montes Claros/MG. **Revista GeoSertões**. v. 5, n. 9, p. 73-100, 2020. Disponível em: <<https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/article/view/1424>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FREIRE, M. S. M.; SALLES, R. P. S.; SÁ, R. M. P. F. Mapeando iniciativas territoriais saudáveis, suas características e evidências de efetividade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1757-1766, 2016.

FREITAS, I. D. Crise urbana, desigualdades sociais e a pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Revista Libertas**, v. 21, n. 1, p. 180-200, 2021.

FUNDAÇÃO ZOO BOTÂNICA – FZB. Carta de Belgrado. Disponível em: <[http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta\\_de\\_belgrado.pdf](http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2021.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regional**. Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2007.

GOMES, P. I. J. **Território, Criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG**. Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Uberlândia, 2016.

GONÇALVES, A. R. **Indicadores de Dispersão Urbana**, Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Univ. Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40404/000828238.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <[www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954](http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954)>. Acesso em: 24 out. 2021.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem amos, 2020. Disponível em: <<https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais: Primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias**. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio&c=3143302>>. Acesso em 03 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Malha de Setores Censitários**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=30113&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

\_\_\_\_\_. **Malhas territoriais**, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **População estimada**, 2021. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Comunicado sobre o Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=30747>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2000. Disponível em: < <https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2015/07/projeto-moradia.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

IPAC/MOC/MG - **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais**. Montes Claros- Minas Gerais, 1985.

JAPIASSÚ, C. E.; GUERRA, I. F. 30 anos do relatório Brundtland: nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1884-1901, out/dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30287>. Acesso em: 24out. 2021.

JATOBÁ, S. U. S. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. In: **Boletim regional, urbano e ambiental**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. Brasília: Ipea, p. 141-148, 2011.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: <[https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2021.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade Montes Claros / MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2006.

\_\_\_\_\_; BRITO, J. L. S. Mapeamento da desigualdade socioeconômica de Montes Claros/MG. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 9, n. 2, p. 21-33, 2011.

\_\_\_\_\_. Geotecnologias aplicadas ao estudo de formação e de risco ambiental das favelas de Montes Claros/MG. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, p. 176-198, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26214>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, A. M.; SILVA, W. F. Análise espaço-temporal dos estacionamentos privados na área central de Montes Claros/MG. **Geografia em Questão**, v. 11, n. 2., 2018. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/17767/13358>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Atlas Ambiental de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020.

LIMA, F. A.; LIMA, S. C. Construindo cidades saudáveis: a instrumentalização de políticas públicas intersetoriais de saúde a partir do Planejamento Estratégico Situacional. **Saúde e Sociedade**, v. 29, 2020.

LIMONAD, E. Urbanização Dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**. V.1, n.14, p. 31-45, 2007. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MAGALHÃES, S. C. M.; CARVALHO, M. B. A expansão urbana de Montes Claros e suas implicações na ocorrência de doenças de veiculação hídrica. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 6, n. 1, p. 65-85, 2008.

MAGRINI, A. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, Itajubá, v.8, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.sbpe.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2021.

- MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, J. S. Na fila de espera. **Revista IHU ON-Line** [online], São Leopoldo, 18 abr. 2020. Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598154-na-fila-de-espera-artigo-de-jose-de-souza-martins>>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- MENDES, R. **Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos**: os casos de Jundiá e Maceió. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-06112004-211843/pt-br.php>> Acesso em: 2021-01-24.
- MENEGAT, E. **Crise urbana na atualidade**: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. Buenos Aires: Clacso, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20130717030829/10mene.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- MENESES, A. R. S. et al. Cidades saudáveis: o acesso equitativo a parques urbanos como promoção da saúde. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 7, n. 1, 2021.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos do Ministério das Cidades**, v. 6 Brasília: MCidades/Governo Federal, 2004. Disponível em: < <https://erminiamaricato.net/cadernos-mcidades/>>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Brasileiro**, 2015. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A7%C3%A3o-ambiental/historico-brasileiro.html>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- MORATO, R. G.; KAWAKUBO, F. S.; LUCHIARI, A. Avaliação da qualidade de vida urbana no município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 12, n. 2, p. 149-163, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74086>>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.
- NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intraurbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades**: o caso de Belo Horizonte. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_ (coord). **Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades**. IDHS: Instituto de Desenvolvimento Humano Sustentável da PUC Minas, 2005.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Twenty steps for developing a Healthy Cities project**. World Health. Organization Regional Office for Europe. 3rd Edition, 1997, 69 p. Disponível em: <[https://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0011/101009/E56270.pdf](https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0011/101009/E56270.pdf)>. Acesso em 23 jan. 2021.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- PENG, Xizhe; CHEN, Xiangming; CHENG, Yuan. **“Urbanization and its consequences”**. Paris, France: Eolss Publishers, 2000. Disponível em: <<http://www.eolss.net/sample-chapters/c04/E6-147-18.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PEREIRA, A. M.; **A Cidade Média e Região: O significado de Montes Claros no Norte de Minas**. Tese, UFU. Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M.; GONÇALVES PEREIRA, R. Habitação de interesse social e os impactos para os serviços públicos. **Conhecimento & Diversidade**, v. 11, n. 25, p. 146-164, 2019.

PIEROT, R. M.; LIMA, A. J. **Reflexões sobre planejamento e crise urbana no Brasil**. XIII Coloquio Internacional de Geocrítica El controldeespacio y losespacios de control. Barcelona, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Roselane%20Pierot.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.

PMMC. Montes Claros. **Decreto nº 3.393, de 17 de maio de 2016**. Institui as regiões de planejamento de Montes Claros e dá outras providências. Diário Oficial Eletrônico | ano 4 -nº 622. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial/2016/mai16/Di%C3%A1rio%20Oficial%20Eletr%C3%B4nico%2019-05-16.pdf>> Acesso em: 20 out 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro -IDHM**. Brasília: Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2022.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 271–283, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/pL9zbDbZCwW68Z7PMF5fCd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2021.

RAPOSO, R. Condomínios fechados em Lisboa: paradigma e paisagem. **Análise Social**, v. 43, n. 1, p. 109-131, 2008.

REIS, N. G. Dispersão urbana e modernização capitalista. *Cidades, Presidente Prudente*, v. 12, n. 21, p. 91-107, 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4876/3542>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

REIS, T. S. C. **Fragmentação espacial em cidades médias: novas formas de produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, MG, 2021.

RIBEIRO, F. V. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

RIBEIRO, F. V. Crise Urbana: a expropriação extrema dos cidadãos nas políticas de espaço. **Revista Cidades**, v. 11, n. 19, 2014. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4285>>. Acesso em: 29 set. 2021.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano-agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. S.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, E. O. Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas. **Geotextos (On-line)**, v. 9, n. 1, p.41-70, 2013. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6767/5968>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS, J. L. F.; WESTPHAL, M. F. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n.35, p.71-88, 1999. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000100007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100007)>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SANTOS, G. R.; SOUTO, K. G. O Desenvolvimento no Norte de Minas na Perspectiva da SUDENE. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 12, n. 2, p. 69-78, 2014. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1970/2088>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

SANTOS, P. P. G. V. **Globalização, desigualdades e COVID-19: uma análise do sistema de saúde brasileiro no enfrentamento da pandemia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, L. M. O.; FRANÇA, I. S.; ALVES, R. F. **Mobilidade e acessibilidade urbana: um estudo sobre o centro histórico da cidade de Montes Claros, Minas Gerais**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77829>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SEJUSP. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Portal de Dados Abertos - crimes violentos**. Minas Gerais, 2022. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SEMS. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de saúde 2022-2025**. Montes Claros, 2021. Disponível em: <<https://saude.montesclaros.mg.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SILVA, A. P. P.; BARBOSA, A. S. O cuidado em saúde mental no cenário de pandemia da COVID-19: a experiência de (re)organização do CAPS UERJ. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2020.

SILVA, J.; BARROSO, R.; RODRIGUES, A.; COSTA, S.; FONTANA, R. A urbanização no mundo contemporâneo e os problemas ambientais. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais – UNIT**, Vol. 2, p.197-207, 2014. Disponível em:<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/1723>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, J. B. Cidades ingovernáveis. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas II**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008.

SIMONI, C. A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SOUZA, J. R. **Trilhando por cidades saudáveis: contribuição metodológica de índice e sua aplicação em Uberlândia, Minas Gerais**, Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2016.

SOUZA, J. R.; SOARES, B. R. Urbanização contemporânea e qualidade de vida para “cidades inteligentes”: um debate a partir dos indicadores do IMRS na Microrregião de Araxá, Minas Gerais. **Para Onde!?**, v. 9, n. 2, p. 19-27, 2018.

SOUZA, C. D. F. D.; PAIVA, J. P. S. D.; LEAL, T. C.; SILVA, L. F. D.; SANTOS, L. G. Evolução espaço temporal da letalidade por COVID-19 no Brasil, 2020. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, n. 4, 2020.

SOUZA, L. F. D. **Festa na cidade**: uma leitura das Festas de Agosto de Montes Claros (MG) como intervenções no espaço urbano. Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Dissertação de Mestrado. Uberlândia, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, N. G. (org.). **Sobre a dispersão urbana**. São Paulo, Via das Artes/FAUUSP, pp. 38-54, 2009.

\_\_\_\_\_. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A. et. al. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TABARIN, C. S. Desenvolvimento urbano e sustentável na agenda internacional. **Revista de Geografia do PPGEU da UFJF**, Juiz de Fora-MG, n. 1, v. 10, p. 1-16, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/18083>>. Acesso em: 08 out. 2020.

TAYRA, F. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. 6, n. 119 (72), 2002.

TEAM, R. Core. **R**: A language and environment for statistical computing. R ver. 4.0. 3. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. 2021.

VALDÈS, H. M.; REGO, A.; SCOTT, J.; AGUYO, J. V.; BITTNER, P. **Como construir cidades mais resilientes**: um guia para gestores públicos locais. UNISDR, 2012. Disponível em: <[https://www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VELOSO, D. G.; LEITE, M. E. . A precariedade social da favela Vila Itatiaia em Montes Claros-MG. In: **XI Encuentro de geógrafos da América Latina**, 2007, Bogotá. XI Encuentro de geógrafos da América Latina - anais em CD rom, 2007.

VERSIANI, I. V. L.; ROCHA, M. V. X. D; ALVES, R. O. T. Distribuição espacial de parques públicos urbanos: possibilidades para a democratização do lazer na cidade de Montes Claros-MG. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, n. 3, v. 7, p. 140-171, set./dez. 2020.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VOLOCHKO, D. O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital. In. CARLOS, A. F. A. (org.) **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

ZANDONADI, J. C. Um “novo urbano” ou urbanização da sociedade? Reflexões diante do processo de urbanização contemporânea no Brasil e a ascensão das cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 2, p. 104-122, ago./dez. 2015.

WESTPHAL, M. F. O movimento de municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, p. 39-51, 2000. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232000000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232000000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Municípios saudáveis: aspectos conceituais. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, n. 2, v. 6, p. 9-18, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v6n2/03.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

## ANEXOS

## METODOLOGIAS DE ÍNDICES EM PESQUISAS NO BRASIL

	DIMENSÕES	ÍNDICE	RESULTADOS
<p><b>Cidades Saudáveis e indicadores de qualidade de vida:</b> análise e avaliação na área urbana de Ibiá-Minas Gerais.</p> <p>Josimar dos Reis de Souza Beatriz Ribeiro Soares</p> <p>(2014)</p>	<p>1) Qualidade ambiental urbana</p> <p>2) Nível socioeconômico</p> <p>3) Educação</p> <p>Fonte dos indicadores: Censo Demográfico de 2010 (IBGE).</p>	<p>1) Normalização das variáveis</p> <p>2) Cálculo dos indicadores por média aritmética ponderada</p> <p>3) Cálculo do Índice de Qualidade de Vida por média aritmética dos índices de qualidade ambiental, socioeconômico e educação</p> $IQV = (IQA+IS+IE) / 3$	<p>Para a visualização dos resultados os autores elaboraram mapas referentes à distribuição dos três índices nos 27 setores censitários de Ibiá bem como o mapa de qualidade de vida urbana no município.</p> <p>1) Elevado grau de QVU (entre 0,701 e 1,000);</p> <p>2) QVU média-alta (entre 0,601 e 0,700);</p> <p>4) QVU baixa (entre 0,201 e 0,400);</p>
<p><b>Índice de Vulnerabilidade social:</b> o exemplo da cidade de Paracatu-MG.</p> <p>Patrícia Soares Rezende Roberto Rosa</p> <p>(2015)</p>	<p>1) A princípio foram selecionadas 371 variáveis, posteriormente reduzidas para 21 agrupadas em quatro categorias: Condições de habitação e infraestrutura; estrutura etária e gênero, educação e renda;</p> <p>2) Variáveis extraídas do Censo Demográfico de 2010.</p>	<p>Vulnerabilidade social por fator:</p> <p>1) Análise fatorial exploratória;</p> <p>2) Transformação dos valores dos fatores para escala 0-1 (normalização)</p> <p>3) Reclassificação dos valores de acordo com as classes de vulnerabilidade social (muito baixa, baixa, moderada, alta e muito alta);</p> <p>4) Índice de Vulnerabilidade Social (entre 0,15 e 0,77).</p>	<p>1) Foram estabelecidos 5 fatores para a com posição do IVS: idade acima de 64 anos, educação, responsáveis pelos domicílios, saneamento básico, infraestrutura básica de moradia;</p> <p>2) Dos setores analisados 11 apresentam vulnerabilidade alta (23,86%), 26 com vulnerabilidade moderada (29,55%), 20 com baixa vulnerabilidade (22,73%) e 21 setores com vulnerabilidade muito baixa (23,86%). Para esse índice não foi encontrada vulnerabilidade muito alta (o valor teria que ser acima de 0,8 e nesse índice os valores ficaram entre 0,15 e 0,77 no município em questão);</p>
<p><b>Índice de Desenvolvimento Social em Aracaju (SE):</b> a realidade urbana em 2000 e em 2010.</p> <p>Cristiane Freitas Pinheiro de Jesus Nelson Wellausen Dias</p> <p>(2012)</p>	<p>Quatro dimensões foram consideradas e 10 indicadores</p> <p>1) Acesso a saneamento básico</p> <p>2) Qualidade Habitacional</p> <p>3) Grau de escolaridade</p> <p>4) Disponibilidade de renda</p>	<p>1) Valores em percentual foram divididos por 100</p> <p>2) Normalização dos valores médios</p> <p>3) Cálculo da média aritmética simples: O resultado dessa média corresponde ao IDS.</p> <p>4) Especialização do índice</p> <p>Dados dos Censos 2000 e 2010 (IBGE).</p>	<p>1) Houve um decréscimo dos valores máximos alcançados pelo índice entre 2000 e 2010 (0,610 em 2000 e 0,608 em 2010);</p> <p>2) A Zona de Expansão Urbana apresentou, na maioria dos setores que a compõe, um declínio dos valores de IDS;</p> <p>3) Na parte nordeste do município em 2000 setores apresentaram valores de IDS entre 0,200 e 0,450 e em 2010 passaram a alcançar os valores maiores;</p>
<p><b>Índice Municipal de Salubridade Ambiental e Sanitária-IMSAS</b></p> <p>Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho</p> <p>(2011)</p>	<p>1) Indicador de Abastecimento de Água (IAB);</p> <p>2) Indicador de Esgotamento Sanitário (IES);</p> <p>3) Indicador de Resíduos Sólidos (IRS);</p> <p>4) Indicador de Drenagem Urbana (IDU);</p>	$IMSAS = (IAB+IES+IRS+IDU) / 4$	<p>1) De acordo com o resultado obtido para o IMSAS, é possível inferir que o município de Doutor Pedrinho apresenta Baixa Salubridade (26 a 50), IMSAS = 46,98;</p> <p>2) Para o alcance da Salubridade Adequada são necessárias melhorias no abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais;</p>

**METODOLOGIAS DE ÍNDICES EM PESQUISAS DE OUTROS PAÍSES**

	<b>DIMENSÕES</b>	<b>ÍNDICE</b>	<b>RESULTADOS</b>
<p><b>An index to map feasibility of social distancing within urban areas</b></p> <p>(Um índice para mapear a viabilidade de distanciamento social em áreas urbanas)</p> <p>Chamberlain, H. R Lazar, A. N. Tatem, A. J.</p> <p>África Subsaariana</p> <p>(2021)</p>	<p>O índice é calculado a partir de duas variáveis:</p> <p>(1) Densidade populacional média;</p> <p>(2) Proporção do espaço ocupado por edifícios;</p> <p>Os valores do índice foram calculados para pequenas unidades espaciais criadas a partir de características delimitadoras (classificação por imagem de satélite).</p>	<p>1) Subdivisão da área urbana em unidades espaciais relativamente homogêneas (classificação por imagem de satélite);</p> <p>2) densidade populacional média classificados com base na maior densidade populacional possível;</p> <p>3) Score 10 para densidade populacional: unidades espaciais com densidade populacional superior a 32075,01 pessoas por km<sup>2</sup>;</p> <p>4) 2ª variável: proporção do espaço ocupado por edifícios que é calculada com base nos polígonos dos edifícios (vetor).</p>	<p>1) Os resultados preliminares incluem resultados mapeados para 10 países na África Subsaariana (Burkina Faso, Botswana, Lesoto, Moçambique, Níger, Malawi, Namíbia, Ruanda, Serra Leoa e Zâmbia). Nesses dez países os valores do índice de facilidade de distanciamento social foram calculados para 170 áreas urbanas, cobrindo um total de 23052 Km<sup>2</sup>, com os valores do índice calculados para 166776 unidades espaciais.</p> <p>2) Os valores de índice mais altos são comumente calculados para unidades espaciais associadas a assentamentos informais, com alta densidade populacional. Em áreas urbanas menores, os valores do índice de facilidade de distanciamento social variam mais entre os países, com algumas áreas urbanas tendo valores de índice relativamente homogêneos e consistentemente baixos.</p>
	<b>DIMENSÕES</b>	<b>ÍNDICE</b>	<b>RESULTADOS</b>
<p><b>Indicadores de transporte e mobilidade urbana para as cidades saudáveis-caso da Área Metropolitana de Lisboa, Portugal</b></p> <p>Ana Louro Nuno Marques da Costa</p> <p>(2017)</p>	<p>(1) Transporte e mobilidade: destacam-se aspectos associados aos movimentos pendulares, pela sua importância e regularidade;</p> <p>(2) Saúde pública e civismo: salientam-se as questões da sinistralidade rodoviária bem como o da criminalidade associada à condução;</p> <p>(3) Saúde pública e ambiente: destaca-se a qualidade do ar, considerando os limites legais de proteção da saúde humana, bem como o consumo de combustível por habitante, ou seja, a intensidade de uso de combustíveis fósseis, influenciado pelas opções modais, pelas características dos veículos e pelo estilo de condução.</p>	<p>1) Avaliou-se o impacto das variáveis associadas a cada indicador e posteriormente foi feita a seleção daquelas de maior impacto;</p> <p>2) A avaliação de impacto das variáveis foi baseada em outros autores referenciados no artigo;</p> <p>3) Foram selecionadas 29 variáveis relacionadas a 3 dimensões e 9 indicadores. Analisou-se quantitativamente essas variáveis em cada município da AML e foram construídos mapas temáticos para ilustrar a distribuição dessas nos municípios em estudo.</p> <p>6) Classificando os níveis de dispersão com base no coeficiente de variação, das 29 variáveis em estudo: 11 apresentam um CV Baixo, 4 apresentam um CV Médio, e 14 apresentam um CV Alto.</p>	<p>Em 14 das 29 variáveis identifica-se uma elevada desigualdade entre os municípios da AML, essencialmente associados aos destinos dos deslocamentos pendulares, utilização da bicicleta, proporção de deslocamentos pendulares com duração superior a 60 minutos e com a proximidade dos residentes ao transporte público, com destaque para o comboio e o metropolitano, dentro da dimensão Transporte e Mobilidade;</p>
	<b>DIMENSÕES</b>	<b>ÍNDICE</b>	<b>RESULTADOS</b>
<p><b>Social Progress Index (Global Index)</b></p> <p>Índice de Progresso Social (Índice Global)</p> <p>Scott Stern Petra Krylova Jaromir Harmacek</p> <p>(2020)</p>	<p>(1) Três dimensões</p> <p>Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos para o bem-estar, Oportunidades.</p> <p>(2) Doze componentes relacionadas às dimensões</p> <p>(3) Cinquenta indicadores;</p>	<p>1) Correção dos dados faltantes;</p> <p>2) Normalização</p> <p>3) Obtenção dos componentes</p> <p>4) Scores de dimensão;</p> <p>5) Cálculo da pontuação geral do IPS;</p> <p>6) Verificação da consistência</p>	<p>O Índice de Progresso Social separa os aspectos sociais e econômicos do desempenho dos países, tornando possível comparar a qualidade de vida de um estado com a de seus pares econômicos;</p> <p>Apenas 13 países apresentam desempenho superior em termos de progresso social em relação às suas rendas, enquanto 35 países apresentam desempenho inferior. Os EUA são o único país do G7 que retrocedeu no progresso social. É também um dos três únicos países onde o progresso social diminuiu, junto com o Brasil e a Hungria (no período de 2011 a 2020).</p>

**REGISTRO ICONOGRÁFICO<sup>7</sup>****Fotografia 01:** Residências no bairro Recanto das Águas, RP Village do Lago

Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 02:** Vias públicas no bairro Recanto das Águas e descarte incorreto de lixo, RP Village do Lago

Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

<sup>7</sup> A fim de ilustrar a realidade da população em algumas RPs de Montes Claros foram feitos, no mês de junho de 2022, alguns registros iconográficos.

**Fotografia 03:** Residências e rua sem pavimentação no bairro Village do Lago I, RP Village do Lago



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 04:** Paliçada para conter erosão nas proximidades da Ponte Rui de Albuquerque no bairro Village do Lago I, RP Village do Lago



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 05:** Vias públicas no bairro Todos os Santos, RP Todos os Santos



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 06:** Residências no bairro Todos os Santos, RP Todos os Santos



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 07:** Residências no bairro Todos os Santos, RP Todos os Santos



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 08:** Vias públicas no bairro Ibituruna, RP Ibituruna



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 09:** Residências no bairro Ibituruna, RP Ibituruna



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.

**Fotografia 10:** Vista de rua e residência no bairro Ibituruna, RP Ibituruna



Fonte: SANTOS, L. M. O., 2022.